

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

O uso público das emoções: o papel do choro em um contexto deliberativo



WESLEY MATHEUS



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

UFMG

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO WESLEY MATHEUS DE OLIVEIRA

Realizou-se, no dia 29 de fevereiro de 2016, às 9 horas e 30 minutos, na sala 2094 da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada "*O uso público das emoções: o papel das emoções em um contexto deliberativo*", apresentada por **WESLEY MATHEUS DE OLIVEIRA**, número de registro 2014662260, graduado no curso de CIÊNCIAS SOCIAIS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Ricardo Fabrino Mendonça - Orientador (DCP/UFMG), Prof^a. Flávia de Paula Duque Brasil (Fundação João Pinheiro), Prof^a. Eleonora Schettini Martins Cunha (DCP/UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada () Reprovada

Finalizados os trabalhos, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 29 de fevereiro de 2016.

Prof. Ricardo Fabrino Mendonça
Orientador (DCP/UFMG)

Prof^a. Flávia de Paula Duque Brasil
(Fundação João Pinheiro)

Prof^a. Eleonora Schettini Martins Cunha
(DCP/UFMG)

320 Matheus, Wesley
M427u O uso público das emoções [manuscrito] : o papel do choro
2016 em um contexto deliberativo / Wesley Matheus de Oliveira. -
2016.
176 f. : il.
Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1. Ciência política – Teses. 2. Emoções - Teses. 3 .Política urbana - Teses. I. Mendonça, Ricardo Fabrino. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

**“O uso público das emoções:
o papel do choro em um contexto deliberativo”**

Wesley Matheus

Belo Horizonte

2016
Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política

**“O uso público das emoções:
o papel do choro em um contexto deliberativo”**

Wesley Matheus

Dissertação apresentada no programa de pós-graduação em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Inovações da Democracia no Século XXI.

Linha de Pesquisa: Inovações da Democracia e Tendências da Gestão Participativa.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça

Belo Horizonte
2016

*A todas as pessoas que não têm um
palco para encenação
da própria existência (aos sem território)*

Agradecimentos

Agradecer é reconhecer que nossa existência só é possível quando mediada por outras pessoas. É entender que nossas pulsões e vontades só se transformam em realizações quando passam pelos olhos, pelas mãos, pelo corpo de quem nos nota, de quem nos rodeia. Imagino que exista um punhado de vontades passíveis de serem realizadas, singularmente, na solidão de um só, mas arrisco dizer que mesmo estas vontades susceptíveis de serem materializadas por pessoa eremita seriam mais jubilosas se atravessadas por mínima multidão. Agradecer é entender a complexidade que atravessa a vida, é entender que a comida não fica pronta sozinha, que as roupas não são costuradas ou lavadas, simplesmente por máquinas, é entender que as ideias não são pensadas, apenas, em nossa cabeça. Agradecer é regraciar, entender que mérito só acontece porque existe mais gente envolvida na causa. Agradecer é perceber que as mãos não seguram a caneta e o teclado que tecem este texto sozinhas, é entender que para que eu tivesse este tempo para te escrever, muitas pessoas doaram um pedaço, mínimo que seja, do viver. Agradecer é ver que a gente não abre caminho, na mata escura, sozinho, nossos pés vão sobre a trilha de outros pés vizinhos. Agradecer é se ver, como gota, na chuva que é a humanidade. **Agradecer é, com os olhos ungidos, permanecer na constante tarefa de reconhecer que “eu sou” apenas quando “tu és”.**

Se você se vê neste trabalho, desde já te agracio e te agradeço por sua existência.

É necessário fazer menção à instituição de fomento que garantiu recursos fundamentais para efetuação desta pesquisa: CAPES (bolsa de mestrado). Além disso, é importante agradecer ao Departamento de Ciência Política da UFMG por possibilitar um ambiente favorável à realização deste trabalho.

Resumo

A deliberação pode ser compreendida como “o debate e a discussão que objetiva produzir opiniões racionais e bem informadas, nas quais os participantes são convidados a revisar suas posições à luz da discussão, de novas informações e de demandas oriundas do processo” (CHAMBERS, 2003, p.309). Em alguma medida, esta definição se estabelece sobre a crença de que as boas ideias habitam as redondezas de palavras ditas em terreno público. Essa sobrevalorização da *argumentação racional*, no entanto, pode acabar por estimular a marginalização da afetividade e das emoções na formulação teórica realizada pelos deliberacionistas. Por mais que deliberacionistas possam conferir às emoções um indispensável papel nos processos de argumentação racional, os desenvolvimentos realizados pelos autores e autoras nessa direção são tímidos e revelam-se incapazes de explicar os atravessamentos das emoções no processo de argumentação pública. Nesse sentido, é preciso chamar atenção para a necessidade de considerarem-se as emoções em uma perspectiva teórica que vê a troca pública de razões como essencial à constituição de uma democracia legítima. Dada a baixa incidência de avanços efetivos sobre o tema por parte da teoria deliberativa, o presente trabalho busca fazer algumas contribuições a esta agenda de pesquisa. Para tanto, foi necessária imersão em um contexto compreendido como deliberativo que seja atravessado por emoções comunicáveis e socialmente compartilhadas. Isso foi realizado a partir da inserção em assembleias realizadas dentro das Ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança – na região da Mata do Isidoro, em Belo Horizonte, e da análise de registros videográficos das assembleias formais e informais envolvendo as ocupações. Para viabilizar o estudo, foca-se na manifestação do choro em processos de debate (assembleias, audiências etc.) envolvendo as ocupações listadas e observam-se possíveis efeitos deste choro sobre o momento de debate. Lembrando que o choro serve de sinalizador para atravessamentos emotivos nos processos de debate, chega-se a quatro efeitos, possíveis, das emoções sobre um contexto deliberativo: (i) atenção; (ii) sensibilização; (iii) evidenciação e (iv) conclusão.

Palavras-chave: *teoria deliberativa, emoções e política, políticas urbanas.*

Abstract

Deliberation can be understood as a “debate and discussion aimed at producing reasonable, well-informed opinions in which participants are willing to revise preferences in light of discussion, new information, and claims made by fellow participants” (CHAMBERS, 2003, p.309). This perspective believes that knowledge about public questions needs an open and plural debate. Therefore, the focus on rational argumentation stimulates the marginalization of emotions in deliberative theory. At one time or another, deliberative democrats talk about emotions, but these developments are insufficient to understand that effects of emotion in deliberatives processes. However, it is urgent to consider emotions insid in a democratic perspective. This work aims at contributing to this research agenda. To achieve this, we have dived in a deliberative context marked by communicable emotions. This was accomplished by the observation of cry in assemblies’ within urban ocupations (Rosa Leão, Vitória, Esperança) situated in Belo Horizonte. This study uses ethnographic methods and videographic analysis to capture crying moments in debates. After identifying occurrences of cry, it was possible define potential consequences of some emotions in public debates: (i) attention; (ii) sensibilization; (iii) evidence; (iv) conclusion.

Keywords: *deliberative theory, politics and emotions, urban politics.*

Lista de Gráficos, Ilustrações e Tabelas

Gráfico 1. Número de artigos publicados no campo da teoria deliberativa, disponibilizados pelo Portal de Periódicos CAPES, entre os anos 1992-2015 (PÁGINA 31).

Gráfico 2. Nuvem de palavras referente aos resumos dos artigos publicados no campo da teoria deliberativa, disponibilizados pelo Portal de Periódicos CAPES, entre os anos 1992-2015 (PÁGINA 34).

Imagem 1. Localização das Ocupações da Izidora (PÁGINA 102).

Imagem 2. Ocupação Rosa Leão (em primeiro plano), depois da Mata do Isidoro, cidade de Belo Horizonte (PÁGINA 103).

Imagem 3. Moradores das ocupações da Izidora, região Norte de Belo Horizonte no Plenário da ALMG (PÁGINA 108).

Imagem 4. Placa indicadora do horário de realização das assembleias na ocupação Vitória (à esquerda) e Assembleia realizada no mesmo espaço (à direita), (PÁGINA 110).

Imagem 5. Altair empunhando carteira de trabalho na entrada da ocupação Vitória (PÁGINA 139).

Imagem 6. Homem expõe ferimento ocasionado por PMMG em protesto (à esquerda), mulher chora ao relatar situação vivenciada nas ocupações (à direita) (PÁGINA 143).

Quadro 1. Síntese dos critérios utilizados para codificação do *choro expresso* nos vídeos apreendidos (PÁGINA 114).

Quadro 2. Dimensões de atuação do choro no contexto deliberativo (PÁGINA 122).

Sumário

Agradecimentos	6
Resumo.....	7
Abstract	8
Lista de Gráficos, Ilustrações e Tabelas.....	9
Introdução	12
CAPÍTULO 1. A TEORIA DELIBERATIVA	18
1.1 Deliberação e a Razão Expressa Pela Argumentação.....	18
1.2 Retomada da argumentação: problemas e benefícios	21
1.3 Centralidade da Razão expressa pela argumentação falada e o Risco de Marginalização das Emoções.....	25
1.4 Esforços registrados de leitura das emoções dentro da deliberação	27
1.5 Um mapeamento mais amplo das emoções na deliberação	31
CAPÍTULO 2. EMOÇÃO E POLÍTICA	38
2.1 Emoção enquanto objeto das ciências.....	39
2.2 Motivos pelos quais as emoções são marginalizadas pela deliberação	42
2.2.1 Comunicando emoções.....	44
2.2.2 A emoção, a razão e as <i>verdades</i> sobre o mundo.....	46
2.2.3 A complexidade do processo emotivo	53
2.2.4 Alargamento conceitual e o deslocamento conceitual.....	57
2.2.5 A restrição da política à terra pública e do afeto ao privado.....	58
2.3 Pontuações acerca das emoções na política.....	59
2.3.1 Grécia Antiga: Platão e Aristóteles.....	60
2.3.2 Pensamento político na Idade Moderna.....	68
2.3.3 Agendas Contemporâneas	73
CAPÍTULO 3. O PAPEL DO CHORO NO DEBATE PÚBLICO	83
3.1 Ponderações acerca das lágrimas	86
3.1.1 Gênero: nem todas as pessoas são educadas para manifestação pública do choro .	87
3.1.2 Idade: nem todas as idades “permitem” a manifestação pública do choro	88
3.1.3 Contexto: nem todas as situações são permeáveis à manifestação pública do choro	89
3.2 Reconhecimento de Direitos e a manifestação emotiva	92
3.3 Izidora: entre uma cidadania atrofiada e uma cidadania insurgente	97
3.4 Descobrimo os papéis do choro	105

3.5 Os palcos que abrigam as lágrimas	107
3.6 Mudanças de Plano e Proposta de Análise	113
CAPÍTULO 4. OS PAPÉIS DO CHORO NO CONTEXTO DELIBERATIVO	120
4.1 Os potenciais papéis do choro	120
4.1.1 O choro enquanto apelo à escuta	124
4.1.2 O choro enquanto convite à unidade no processo de debate	132
4.1.3 O choro enquanto validador de demandas	139
4.1.4 O choro silenciador	148
4.2 Outras considerações sobre emoções e deliberação.....	151
Considerações Finais	153
Referências Bibliográficas	158
Anexos	173

Introdução

Com a dificuldade dos modelos democráticos agregativos de responderem à multiplicidade de demandas existentes em sociedades cada vez mais complexas e plurais, viu-se, no campo da teoria política, uma crescente necessidade por reformular os princípios orientadores dos modelos democráticos de nosso tempo. O campo teórico formado pelos deliberacionistas propõe uma saída a esta dificuldade das instituições modernas de tratarem a multiplicidade constitutiva dos cidadãos (BENHABIB, 1996; CHAMBERS, 2003; MORRELL, 2010). Para as autoras e autores do campo, a solução desse dilema passa por ampliar a entrada dos cidadãos nos processos de tomada de decisões, de modo que estes contribuam com as questões de interesse público não somente pelo voto, mas pela construção de um debate público em torno das questões de interesse comum.

A deliberação pode ser compreendida como um debate livre de constrangimentos, que tem por objetivo a construção de opiniões racionais e bem informadas entre seus participantes, que são impelidos a revisarem suas opiniões frente às novas perspectivas e informações apresentadas (CHAMBERS, 2003, p.309). Lembrando que isso não significa a exclusão da representação e da votação no processo democrático.¹ Antes, trata-se de reconhecer que esses instrumentos, em si mesmos, são insuficientes (BOHMAN, 1996) para resolução dos problemas de justiça que atingem o cerne da democracia contemporânea.² O uso público da razão por parte dos cidadãos seria essencial para constituição de uma sociedade mais equânime e inclusiva (BOHMAN, 1996; CHAMBERS, 2003; COOKE, 2000).

Em alguma medida, esta definição se assenta na crença de que as boas ideias habitam as redondezas de palavras ditas em terreno público. Essa sobrevalorização da *argumentação racional*, no entanto, pode acabar por estimular a marginalização da afetividade e das emoções na formulação teórica realizada pelos deliberacionistas (YOUNG 2000; SANDERS 1997,

1 A substituição do modelo agregativo de preferências em contextos de sociedades complexas é problemática, dado que as preferências devem ser agregadas de alguma maneira (vieira & silva, 2013),

2 Para teóricos como Joseph Besette e James Fishkin decisões coletivas seriam mais democráticas quando tomadas após um processo de cuidadosa reflexão (apud morrell, 2012).

MANSBRIDGE, 1999; HALL, 2007, KRAUSE, 2008, MORRELL 2010). Por mais que deliberacionistas possam conferir às emoções um indispensável papel nos processos de argumentação racional³ (NEBLO, 2002), os desenvolvimentos realizados pelos autores nessa direção são tímidos e revelam-se incapazes de explicar os atravessamentos das emoções no processo de argumentação pública (STEINER, 2012).

Nesse sentido, é preciso chamar atenção para a necessidade de considerarem-se as emoções em uma perspectiva teórica que vê a troca pública de razões (argumentação racional) como essencial à constituição de uma democracia legítima (MANSBRIDGE, 1999). A teoria deliberativa de democracia tem uma compreensão ainda limitada sobre o que seria englobado pelo uso da emoção (MORRELL, 2010; STEINER, 2012). O dualismo entre emoção e razão, forte no contexto Ocidental, induz a um risco de considerar-se ilegítima toda e qualquer manifestação pública de emoções, dado que a esta pode ser lida sob a chave de uma ação irracional incapaz de comunicar algo. Ainda que os deliberacionistas não defendam esta dicotomia (NEBLO, 2002; MENDONÇA, 2011), podem acabar por alimentá-la, porque não lidam, de forma mais central, com o tema das emoções. Discutir *emoções* é conferir mais materialidade à teoria, na medida em que se discute uma dimensão mais *carnal* da mesma. Ao tratar manifestações emotivas como expressões potencialmente deliberativas, atuamos, em alguma medida, sobre os eixos de inclusividade e legitimidade da teoria: *Inclusividade*, por abrirmos o espectro de frequências capturáveis pelas antenas da deliberação; e *legitimidade*, por revermos as manifestações possíveis em um contexto deliberativo.

Para realização deste trabalho é importante tratar a dimensão emotiva como comunicável e socialmente compartilhada. O tratamento mais restrito das emoções como individuais e incomunicáveis revela-se inadequado à

³ Por mais que autores centrais à teoria reconheçam a importância das emoções para o contexto deliberativo (NEBLO, 2002), imagino que o desenvolvimento marginal ou não existente de uma teoria das emoções por parte dos mesmos, indica como as emoções não ocupam lugar de destaque nesse campo teórico. Isso não é gerado, apenas, por uma incapacidade técnica em lidar com as emoções, mas trata-se de uma sobrevalorização de uma dimensão racional da vida. Sobrevalorização que não é resolvida pela simples consideração de um mutualismo existente entre razão e emoção, mas sim pelo tratamento devido das emoções nos desenvolvimentos teóricos do campo.

compreensão da mobilização pública das mesmas. Mesmo que emoções possam ser incomunicáveis em certos contextos, partimos da premissa de que elas atuam sobre os fenômenos da vida pública e são construídas socialmente.

Estes desenvolvimentos serão estruturados em quatro capítulos ao longo deste trabalho. No **capítulo 1**, realizar-se-á uma apresentação da Teoria Deliberativa e uma defesa de como a perspectiva deliberativa da democracia não incorpora as emoções em seus principais desenvolvimentos. Para isso, foram analisadas obras basilares da área, além de uma análise textual dos artigos produzidos na área, nos últimos trinta anos, observando-se como, e com que força, a palavra *emoção* aparece nas construções teóricas.

No **capítulo 2**, objetiva-se discutir os principais motivos para não incorporação das emoções dentro da perspectiva deliberativa, apesar da existência de uma multiplicidade de tradições científicas e filosóficas sobre o tema. Isso será construído em três etapas onde: (a) pontuar-se-á a existência de abordagens científicas sobre o tema; (b) discutir-se-ão motivos que atravancam um olhar deliberativo sobre as emoções; (c) apontar-se-á a existência de desenvolvimentos acerca das emoções em subáreas do estudo da política, alegando que a leitura destes pode ser interessante à compreensão de possíveis implicações das emoções no contexto deliberativo. Apontaram-se, nesta etapa, cinco possíveis motivos para o afastamento das emoções dos desenvolvimentos em deliberação, sendo eles: (i) descrença com relação à capacidade comunicativa das emoções; (ii) classificação das emoções enquanto inteligência de menor valia; (iii) a complexidade envolvida na análise do processo emotivo; (iv) risco de alargamento conceitual envolvido na leitura das emoções enquanto expressões deliberativas; (v) a corriqueira associação entre *política/vida pública* e *afetos/vida privada*. Procurou-se discutir um-a-um esses motivos, apontando equívocos existentes em cada uma dessas objeções à inclusão das emoções enquanto fenômeno pertinente e passível de análise.

Dada a escassez de estudos sobre o tema por parte da teoria deliberativa, o presente trabalho busca fazer algumas contribuições a esta agenda de pesquisa. Para tanto, fez-se necessária uma imersão em um contexto compreendido como deliberativo que seja forte e inequivocamente atravessado por emoções.

Partindo da premissa de que a vida, quase em sua totalidade, é atravessada por emoções comunicáveis e socialmente compartilhadas, resta à escolha de um contexto com um problema relevante, e que vê na discussão pública aberta a contribuições das pessoas afetadas por este problema, uma possibilidade de solução.

Em um mundo cada vez mais urbanizado, é indiscutível a relevância que a questão urbana tem ganhado nas últimas décadas. O **capítulo 3** deste trabalho delinea esta questão, que é compreendida como um “problema social provocado pelo crescimento acelerado e não planejado das cidades em sociedades estruturadas sob o fluxo de capitais especulativos” (SANTOS, 1982, p.66). Cidades contemporâneas são frequentemente marcadas pela necessidade de mudança, pois elas não cumprem com o propósito de bem viver de sua população. Para serem justas, tais mudanças devem ser atravessadas pelos desejos daqueles que não têm acesso à cidade já instituída e consolidada (HARVEY, 2014).

Essa situação não seria diferente em Belo Horizonte, que vive um ciclo vicioso de desigualdade e exclusão (VELÁSQUEZ, 2014).⁴ As inúmeras ocupações urbanas existentes na cidade são prova disso.⁵ Dada a relevância da questão urbana este estudo se debruçará sobre as ocupações urbanas da região do Isidoro⁶ em Belo Horizonte: Ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança. As ocupações localizam-se no vetor Norte da cidade, uma região que desperta crescente interesse do mercado imobiliário em função de diversos investimentos nas áreas do Aeroporto de Confins, da Linha Verde e da Cidade Administrativa.

4 Declaração do Diretor Regional do ONU-Habitat, Elkin Velásquez, durante sua intervenção no seminário Habitar realizado na última semana de Novembro de 2014, em Belo Horizonte.

⁵ Belo Horizonte hoje conta com cinco grandes ocupações urbanas: Dandara, Eliana Silva, Irmã Dorothy, Camilo Torres, Granja Werneck ou Izidora/Isidoro (Formada por três outras ocupações *Rosa Leão*, *Vitória e Esperança*). Que juntas totalizam dez mil famílias fazendo parte de tal movimento por moradia e direito à estrutura cidadina. Fonte <<http://mappingthecommons.net/pt/belo-horizonte/>> acessado 10 de Junho de 2015.

⁶ “Em julho de 2013, várias famílias começaram a ocupar um grande terreno abandonado na Granja Werneck, no vetor norte de Belo Horizonte. A necessidade levou centenas de famílias sem-terra e sem-casa para as ocupações Rosa Leão (homenagem à falecida liderança comunitária), Vitória e Esperança. As ocupações estão localizadas na Mata do Isidoro, que tem sido o foco de projetos de intervenção urbanística pela Prefeitura que propõem a valorização imobiliária da região. Após a ocupação espontânea, o povo começou a se organizar com o apoio de vários movimentos sociais populares, como Brigadas Populares, CPT, MLB, MLPM e Consulta Popular.” Disponível em <<http://mappingthecommons.net/pt/belo-horizonte/>> acessado em 10 de Junho de 2015.

Cerca de oito mil famílias ocupam parte da região que totaliza pouco mais de 9,6km² (área maior que o hipercentro da cidade de Belo Horizonte, localizado no interior da Avenida do Contorno). Por se tratar de um contexto de ocupações que não conta com uma ação direta do Estado para ordenamento das situações problemáticas que resultam da vida conjunta no espaço, os moradores realizam reuniões constantes para discutir questões coletivas. Elas ocorrem habitualmente aos finais de semana, no período da noite, em locais centrais das comunidades e duram em torno de duas horas.⁷ Cada ocupação conta com suas reuniões ou assembleias. Para além dessas assembleias, algumas audiências públicas⁸ junto à prefeitura de Belo Horizonte e representantes do estado de Minas Gerais são realizadas com o intuito de resolver a questão das ocupações.

O **capítulo 4** deste estudo tem como objetivo traçar os papéis que as emoções cumprem no contexto deliberativo. Para facilitar a análise de uma área de estudo tão espinhosa este estudo assumiu como demarcador da manifestação emotiva a expressão do *choro*. A partir daí buscou-se averiguar episódios de choro existentes nas assembleias formais e informais relacionadas às ocupações e averiguar os impactos dessas manifestações para o debate desenvolvido. A captura e a análise desses episódios foram atravessadas por três momentos: (i) observação de assembleias relacionadas às ocupações, (ii) entrevistas e rodas de conversa informais realizadas junto às pessoas que participaram das assembleias e (iii) análise de quase 22 horas de registros videográficos das assembleias, disponíveis no *YouTube*.

Todo esse esforço visa a alargar o escopo de manifestações e expressões passíveis de serem lidas como relevantes para a deliberação. De modo mais específico, esta etapa proporrá a leitura das emoções como um componente estruturador do que a teoria deliberativa compreende por razão. Isso não significa que as emoções sejam sempre benéficas aos processos deliberativos, mas se trata de reconhecê-las como um componente desse processo. Componente este que tem diferentes papéis na argumentação pública, e pode

7 Informações obtidas através do contato direto com lideranças das Ocupações.

8 Vídeo de uma das audiências públicas < <http://www.youtube.com/watch?v=oy5b7qqm8aw> > acessado no dia 3 de novembro de 2014.

apresentar-se como positivo e/ou negativo, a depender do momento, da forma, do contexto e das intenções pelas quais é acionado.

Dada a necessidade identificada no campo, **esse trabalho chama a atenção para a relevância de discutir emoções dentro de uma perspectiva deliberacionista.** Afinal, que papéis as emoções podem desempenhar para a estruturação de processos discursivos mais vívidos? E de que forma elas podem atuar como óbices para o desdobramento deliberativo de questões? Objetiva-se, em suma, apontar a dimensão pública das emoções e a forma como podem atravessar processos de trocas públicas de razões. Aqui, há uma tentativa de lançar luzes sobre um campo ofuscado da experiência humana, trazendo aos olhos facetas e contornos pouco observados pela teoria política contemporânea. O objetivo deste trabalho não é o de realizar um mapa das emoções e suas contingências específicas sobre os momentos em que as pessoas discutem publicamente sobre problemas de interesse comum. Em vez disso, trata-se de um esforço para compreensão do processo emotivo que atravessa momentos de discussão pública acerca de algo.

CAPÍTULO 1. A TEORIA DELIBERATIVA

“Não vamos esquecer que as emoções
são os grandes capitães de nossas vidas,
nós obedecemos-lhes sem nos apercebermos.”
Vincent van Gogh

1.1 Deliberação e a Razão Expressa Pela Argumentação

Ao realizar-se um apanhado sobre os principais esforços de conceituação do que se compreende por *deliberação*, algo chama a atenção: a frequente defesa, no campo teórico, da conversação pública para resolução de questões de interesse comum. Por mais que as autoras e os autores do campo tenham dissonâncias ao conceituar o que compreendem por *deliberação*, deliberacionistas consideram inegável o papel que a argumentação pública tem para realização de uma democracia mais justa (HABERMAS, 1997; 2005; BOHMAN, 1998; DRYZEK 2000; VIEIRA & SILVA, 2013). De maneira geral, essa abordagem democrática concentra seu foco sobre os aspectos qualitativos do *processo de troca de ideias* que precede as decisões públicas (CHAMBERS, 2003), apresentando a *reciprocidade* entre os envolvidos no processo como condição central para o campo deliberativo (GUTMANN & THOMPSON, 2002; MENDONÇA & SANTOS, 2009).

Cabe, aqui, visitar as principais conceituações sobre deliberação e compreender o quanto essa *argumentação pública e racional*, frequentemente mediada pela fala, é central para teóricas e teóricos da área. Maeve Cooke (2000), por exemplo, compreende a deliberação como uma *troca pública de argumentos* livres de constrangimentos e envolta pelo *uso prático da razão*. James Bohman (1996) a define como um *processo dialógico de troca de razões* com o propósito de solucionar situações problemáticas que necessitam de um mínimo de cooperação entre os envolvidos. Cohen (1997) discute a necessidade de o Estado ser atravessado por arenas nas quais os cidadãos seriam capazes de propor problemas para agenda política e participar diretamente do *debate* sobre essas questões. Seyla Benhabib (1996) e Jane Mansbridge (1999) discutem como o processo de argumentação pública não se restringe apenas às arenas

formalmente estabelecidas no contexto do estado, mas deve ocorrer em um apanhado de redes e associações de contestação e argumentação pública que permeiam nossos cotidianos.

Na versão Habermasiana de deliberação, e também na Rawlsiana, argumentos necessitam ser justificados em um plano: racional, lógico e elaborado⁹ (STEINER, 2012). Características que possibilitam a leitura e a classificação desses modelos de democráticos como modelos *discursivos de validade* (HABERMAS, 1983) ou modelos que buscam legitimidade e validade das decisões através da *argumentação*¹⁰ *racional*¹¹ entre os que estão envolvidos nos processos de tomada de decisão. Uma argumentação que deve ter características que possibilitem sua compreensão para o maior número de pessoas (STEINER, 2012).

A tentativa de tratar as questões de interesse público através da argumentação não é nova. Os gregos tentaram tratar, em certo momento histórico, as contendas políticas a partir da argumentação falada. Na tentativa de escapar de tradições conservadas firmemente e de posições pouco maleáveis, democratas atenienses defendiam a necessidade de uso da argumentação para uma defesa mais razoável dos posicionamentos acerca de questões públicas (FEYERABEND, 2010). Essa capacidade argumentativa falada, no entanto, não seria uma novidade nem no contexto grego. O argumento ocorreria em todos os períodos históricos e em todas as sociedades¹² (FEYERABEND, 2010). Apesar dessa centralidade da argumentação não ser restrita aos gregos, os desenvolvimentos registrados na Grécia Antiga em torno do tema são notáveis até os dias atuais e continuam a influenciar os desenvolvimentos teóricos no Ocidente. Hannah Arendt (2009), por exemplo, em *A Condição Humana*, defende a ideia de que somos seres igualmente humanos, distintos de outras

⁹ Vale ressaltar que a elaboração argumentativa demandada pelos dois autores não é a mesma, Rawls é mais exigente neste processo de argumentação racional. Diferente de Rawls, Habermas considera possível que comunicações não-verbais atravessem o processo de argumentação.

¹⁰ Compreendido como o ato de posicionar-se no mundo através das expectativas que se têm sobre o mesmo.

¹¹ O que confere racionalidade à esta argumentação discursiva seria “o fato de suas pretensões de validade serem suscetíveis à crítica, através de procedimentos reconhecidos intersubjetivamente”. (Habermas, 1983).

¹² Trabalhos antropológicos como os de Evans-Pritchard (2004) ilustram esse uso da argumentação discursiva em outras culturas.

espécies, por uma constante presença e um continuado diálogo com os outros, uma ideia fortemente desenvolvida por Aristóteles que, por definição, acreditava que a *pólis* estava assentada na comunicação entre seres humanos:

Na *polis*, os homens se relacionavam com os seus iguais por meio de palavras e do discurso, exercitando-se continuamente na arte do acordo e da persuasão, e não da violência: somente por meio da constante criação de novas relações os homens se autogovernam sem se dominarem uns aos outros ou se deixarem dominar uns pelos outros (FIORATI, 1999, p. 54).

A centralidade da argumentação não é corroborada, todavia, por todos os pensadores de teoria política¹³. O economista Joseph Schumpeter, por exemplo, negava a possibilidade de uma teoria democrática centrada na cooperação argumentativa entre cidadãos (ALMEIDA, 2002). Para ele, a opinião pública não passaria de um constructo que carece de unidade e racionalidade, na medida em que se origina de indivíduos que não são independentes, nem racionais, mas marcados por impulsos vagos e obscuros. Schumpeter criticava a idealização do cidadão e da democracia. No contexto das sociedades modernas de elevada complexidade, teorizar indivíduos interessados pelo debate público, capazes de discorrer sobre questões complexas, seria um idealismo romântico na perspectiva de Schumpeter.¹⁴ Sua perspectiva procedimental da democracia retira a centralidade do discurso como constitutivo da ação política e da sociedade civil, comumente compreendida como sociedade política. Além disso, essa linha teórica¹⁵ não considera a participação cidadã como uma condição essencial à qualidade da democracia (UGARTE, 2004).

¹³ Vale mencionar, contudo, que essa dimensão argumentativa não esgota a dimensão política da vida (CHARAUDEAU, 2008). A argumentação é constitutiva da ação política, mas a ação política não se resume a ela (CHARAUDEAU, 2008). Uma argumentação que, seguindo grande parte destas perspectivas, detém uma função mediadora entre a instância cidadã e a instância política, contribuindo, desse modo, com a manutenção de uma legitimidade política (CHARAUDEAU, 2008).

¹⁴ É necessário ater-se à eficiência do processo de tomada de decisões. O debate amplo sobre questões de interesse comum seria demorado e infrutífero, na medida em que não existiria um bem comum a ser alcançado. Para atender, eficientemente, à multiplicidade de demandas sociais, Schumpeter apresentaria a ideia de representação política mediante o voto: um procedimento para troca de governantes e estruturação plural e tolerante de uma sociedade diversa (SCHUMPETER, 1984, p. 338).

¹⁵ Defendo que essa perspectiva procedimental da vida política é esvaziadora da dimensão cooperativa da vida, na medida em que considera os indivíduos orientados estritamente para seus próprios interesses.

Também, no campo de teorização do constitucionalismo, há perspectivas que retiram a centralidade do *debate ampliado*¹⁶ como constituidor da dimensão política da vida em sociedade. Para atores como Luigi Ferrajoli, os direitos constitucionais têm uma função de conter a força da maioria através de um mandato constitucional. A comunidade não pode decidir por nada que atinja os direitos de liberdade e não pode isentar-se de decidir o essencial para o cumprimento de direitos sociais (UGARTE, 2004). Por mais que a constituição possa ser encarada como um canal para criação de condições essenciais à deliberação, existe a possibilidade de ela também promover uma cristalização dos debates em sua forma pouco dinâmica, o que dificultaria a entrada de novas demandas oriundas de um debate ampliado dos cidadãos.

Apesar de procedimentos democráticos, como o voto e os processos para criação dos partidos, apresentarem um papel crucial na estabilização da democracia, como apontado por Weber (1997), os modelos democráticos agregativos¹⁷ não atenderam, de modo satisfatório, à multiplicidade de demandas existentes em sociedades cada vez mais complexas e plurais. Observou-se, no campo da teoria política, uma crescente necessidade por reformular os princípios orientadores dos modelos democráticos de nosso tempo. O movimento corriqueiramente compreendido como a “virada deliberativa” (DRYZEK, 2000), insere-se nessa tentativa de reformulação.

1.2 Retomada da argumentação: problemas e benefícios

Não é de hoje que o legado discursivo tem ganhado força dentro da teoria democrática. “Desde os anos 70 tem surgido no interior da teoria democrática contemporânea uma tendência a reavaliar o peso argumentativo no interior dos processos decisórios” (AVRITZER, 2000, p. 26). Alguns identificam a origem deste processo em autores como Habermas, Cohen, Melucci, e Bohman, que chamam a atenção para os momentos discursivos em teorias da esfera pública e/ou de movimentos sociais (AVRITZER, 2000).

16 Trata-se de um debate que procura incluir todos, ou a maior parte possível, dos afetados pela questão discutida.

17 Este período é marcado pelo modelo democrático decisionístico: “marcadas pela redução do conceito de soberania ao processo eleitoral e a justificação do processo de racionalidade política enquanto decorrente da presença de elites políticas ao nível de governo” (AVRITZER, 2000, p. 29).

No que tange à teoria deliberativa, temos seus textos fundamentais, entre o fim da década de 1980 e início da década de 1990. Com Jürgen Habermas (1983; 1987), Bernard Manin (1987)¹⁸, Joshua Cohen (1989; 1993), John Dryzek (1990), Seyla Benhabib (1992) e David Miller (1992), o campo da teoria deliberativa, como compreendido hoje na teoria política contemporânea, registra seus primeiros apontamentos e críticas.

Para os deliberacionistas, os modelos ditos realistas não dão conta da multiplicidade constitutiva dos cidadãos, nem do real processo de formulação das preferências no desenrolar da vida em sociedade (BENHABIB, 1996; CHAMBERS, 2003; COOKE, 2000; GUTMANN & THOMPSON, 2002; VIEIRA & SILVA, 2013). A tarefa da política, de acordo com os deliberacionistas, não seria simplesmente a de eliminar ineficiências, mas, sobretudo, possibilitar justiça (VIEIRA & SILVA, 2013). Para alguns deliberacionistas, a troca pública de razões encampa os valores de justiça e respeito, configurando-se como um ideal político fundamental (COHEN, 1997). Tal teoria desloca o centro da constituição de uma sociedade política da figura do voto, para as práticas de prestação de contas e de justificação pública (CHAMBERS, 2003). Essa abordagem teórica atualiza, em alguma medida, a percepção do discurso¹⁹ como constitutivo da ação política, na medida em que deliberação normalmente é compreendida como uma troca de argumentos livre de constrangimentos que envolvem o uso prático das razões e que pode levar à transformação de preferências (COOKE, 2000).

Os benefícios atribuídos à deliberação por seus defensores são muitos. Maeve Cooke (2000) trabalha cinco deles: (1) poder educativo do processo de deliberação²⁰; (2) poder de gerar comunidade e bem comum; (3) justiça do procedimento; (4) qualidade epistêmica dos resultados; (5) ideal político condizente ao nosso contexto. Outros autores e autoras adicionam mais alguns benefícios. Construídas sobre condições adequadas, a deliberação poderia (6)

¹⁸ Autores como Marcos Nobre (2004) apontam esse texto como um pontapé inicial da teoria. Nesse texto Manin faz uma distinção dos sentidos de deliberação, apresentando dois sentidos ao termo: (a) processo de discussão e (b) decisão.

¹⁹ Vale lembrar que “o discurso não deve ser assimilado à expressão verbal da linguagem.” (CHARADEAU, 2001, p.24).

²⁰ Autoras e autores como Carole Pateman e Stuart Mill trabalham essa dimensão pedagógica dos processos de participação, mas sem grande ênfase nessa dimensão discursiva.

ampliar as perspectivas existentes sobre os fatos da vida; (7) promover a tolerância e (8) suscitar o entendimento entre grupos²¹ (BENHABIB, 1992; CHAMBERS; 1996; GUTMANN & THOMPSON, 2002; COHEN, J. 1997; DRYZEK, 2000). Para além disso, decisões tomadas levando-se em consideração a deliberação por parte das pessoas afetadas pela tomada de decisão tem um potencial de promover uma representação democrática mais vibrantes e legítimas por forçar representantes oficialmente eleitos a oferecerem repostas aos pontos deliberados (HICKERSON & GASTIL, 2008²²; DRYZEK, 2000).

Ao discutir esse campo teórico, todavia, não podemos deixar de mencionar alguns problemas cruciais à efetivação da prática: (1) participantes entram na deliberação com distintas condições sociais e materiais, sendo que influências externas têm um peso no desenvolvimento das discussões (BOHMAN, 1996; MANIN, 2002); (2) há uma grande dificuldade de realização do ideal da troca pública de razões em sociedades dotadas de problemas cada vez mais complexos, que envolvem um gigantesco contingente de pessoas, muitas vezes, desinteressadas (BOHMAN, 1996; DRYZEK, 2000); (3) o estabelecimento de acordos via debate não é simples (COOKE, 2000; LUCAS, 1985); (4) deliberação não se abre igualmente a todas as maneiras de se apresentar reivindicações²³ (MANSBRIDGE, 1990; BENHABIB, 1996; BLAU, 2011; SANDERS, 1997; YOUNG, 1998; 2001); (5) a amplitude do conceito de deliberação dificulta a constituição de um arranjo institucional para sua realização (CHAPPELL, 2012); (6) a complexidade exigida para realização da democracia deliberativa dificulta a compreensão entre o que ela é capaz de cumprir e o que esbarra em seus limites (CHAPPELL, 2012); (7) grande parte dos cidadãos não teria habilidades para engajar-se em um processo deliberativo (POSNER, 2003) ou cidadãos são capazes de deliberar, mas são relutantes em fazê-lo. E, mesmo quando cidadãos

21 Pensadores aliados a uma perspectiva foucaultiana tratariam os discursos como formações de poder/conhecimento aprisionadores dos indivíduos (Dryzek, 2000). Pessoas não teriam um acesso livre ao “mundo dos discursos”, a escolha dos discursos pode não ser refletida.

22 Hickerson e Gastil (2008) apresentam uma extensa lista de estudos que concordam com esta premissa: Ackerman & Fishkin, (2004); Gastil,(2000); (2008); Leib, (2004); Yankelovich, (1991).

23 Questão que talvez faça o modelo deliberativo ser vislumbrado como algo utópico de ser realizado, na medida em que a pressuposição de uma troca pública de razões seja muito distante do mundo.

estão dispostos a participar, é crucial que existam os que escutam o que é dito, como bem alerta Susan Bickford (2006) no livro *The Dissonance of Democracy*.

Para além destas limitações que batem à porta das proposições deliberacionistas acerca da democracia, alguns liberais apontam a deliberação como um constrangimento que força os indivíduos a não maximizarem seus interesses privados, sendo ela um freio às liberdades individuais:

A tomada de decisão coletiva por indivíduos livres, iguais e racionais não necessariamente precisa assumir a forma de deliberação; barganha e voto, sem comunicação prévia, seriam outras maneiras possíveis²⁴ (ELSTER, 1998, p. 111).

A forma deliberativa seria um constrangimento que força os indivíduos a não maximizarem seus interesses privados²⁵ (ELSTER, 1998). Os ativistas, por sua vez, ao denunciar os possíveis vícios elitistas da democracia deliberativa recuperam a dimensão social e participativa que pode estar ausente na discussão sobre a deliberação. Apesar do ideal de *inclusividade* que atravessa as premissas da deliberação (HABERMAS, 1997), sua aplicabilidade é problemática. Deliberacionistas frequentemente são criticados por uma ingenuidade quanto às potencialidades da prática discursiva em incluir novas vozes ao processo democrático das sociedades contemporâneas (SANDERS, 1997; YOUNG, 2000, 2001a; DRYZEK, 2001; MOUFFE, 2000; FARIA, 2010)²⁶. O caráter inclusivo da deliberação é sempre criticado dado que a capacidade de vir a público e tomar a palavra é fortemente determinada por hierarquias construídas ao longo da história (MANIN, 2002).

²⁴ Algo que a teoria deliberativa em suas revisões não desconsidera, tal corpus teórico se abre para uma multiplicidade de práticas institucionais (MANSBRIDGE et al, 2009).

²⁵ Apesar do ideal deliberativo se revelar mais próximo de concepções republicanas, ele não pode ser considerado como um ideal que habita apenas os lares republicanos, como assinalado por Joshua Cohen (1997). É possível vislumbrar o ideal deliberativo transitando por casas liberais. John Rawls é um exemplo de um liberal que faz defesa de tal ideal de debate acerca de determinado problema de interesse amplo, apesar de não ser considerado por muitos teóricos um “deliberacionista em essência.

²⁶ Autoras como Chantal Mouffe (1992, 2000) criticam a ingenuidade dos deliberativos quanto às potencialidades da prática discursiva em incluir novas vozes ao processo democrático das sociedades contemporâneas e assinalam a necessidade de reformulação da tradição liberal passando pelo abandono de premissas individualistas e racionalistas, bem como a recuperação da dimensão da participação ativa e do pluralismo (FARIA, 2010).

Esses são problemas que atingem o cerne da teoria e a colocam em questão.²⁷ Talvez, a realidade nunca possibilite condições essenciais à deliberação, principalmente quando essa condição é a igualdade entre os indivíduos (CHAMBERS, 2003, p.254). Isso não significa, contudo, que as proposições de tal campo teórico devam ser abandonadas. Mesmo quando estabelecida em contextos de desigualdade, a deliberação pode apresentar contribuições interessantes à resolução e mediação de dissensões sociais.

É importante lembrar que a deliberação não é uma teoria unificada, mas uma família de abordagens, muitas vezes contraditórias (MENDONÇA, 2010), o que faz com que essas potencialidades e problemas se manifestem de modos distintos em sua multiplicidade de correntes. Não há problema em considerar-se a razão como um veículo de resolução dos nossos problemas políticos; o problema está em considerar-se apenas razões expressas de uma certa maneira como o meio possível para resolução de conflitos e dissensões. Existe uma dimensão comunicativa da vida, capaz de solucionar problemas de interesse amplo, que excede as palavras e pode vir acompanhada delas nos processos de resolução de embates e contendas.

1.3 Centralidade da Razão expressa pela argumentação falada e o Risco de Marginalização das Emoções

A troca pública de argumentos, ou “competição de discursos na esfera pública”, nas palavras de Dryzek (2004, p.51), contribui para qualidade dos resultados e tem como um de seus objetivos melhorar a qualidade do conhecimento envolvido nos processos de tomada de decisões em um contexto democrático (HABERMAS, 1996, COOKE 2000). Isso porque o conhecimento necessário para tomada de uma decisão não está pronto e quanto maior o número de contribuições para sua formulação, melhor (BOHMAN, 1996). Mas essa sobrevalorização da argumentação racional²⁸ por parte dos autores, em alguma

27 Considero injusta a crítica à deliberação pela via do consenso, dado que os deliberacionistas, em grande medida consideram o sucesso da deliberação fora dessa dimensão. Para Bohman (1996), por exemplo, o sucesso da deliberação ocorreria quando os que participam da atividade conjunta reconhecem suas contribuições e influências para mesma, mesmo quando não concordam com os resultados finais.

28 Importante lembrar que algumas autoras como Simone Chambers (2003) considera ultrapassada uma visão restrita e altamente racionalista do processo de troca de razões que enfatiza um modelo de imparcialidade que deve prevalecer acima de toda diferença. Grande parte da teoria deliberativa assumiu uma idéia mais flexível e pluralista em relação ao processo de troca de razões (Bohman, 1995; Benhabib,

medida, promove uma marginalização da afetividade e das emoções na política discutida pelos deliberacionistas (YOUNG 2000; SANDERS 1997, MANSBRIDGE, 1999; HALL, 2007, KRAUSE, 2008), fortalecendo a crítica de que a deliberação não se abre igualmente a todas as maneiras de se apresentar reivindicações²⁹ (MANSBRIDGE, 1990; BENHABIB, 1996; SANDERS, 1997; YOUNG, 1998; 2001). O foco na razão pode acarretar, assim, no privilégio daqueles vistos como educados, desapaixonados ou autorizados a falar publicamente³⁰ (YOUNG, 2001). Dado que a construção da razão não é feita apenas pela *palavra*, livre das sensações corpóreas, ou livre das emoções, faz-se necessário trabalhar o entrelaçamento entre a argumentação racional e as emoções (KRAUSE, 2008), rompendo com qualquer antagonismo existente entre emoção e razão.

É importante lembrar que algumas autoras, como Simone Chambers (2003), consideram ultrapassada uma visão restrita e altamente racionalista do processo de troca de razões, que enfatiza um modelo de imparcialidade centrado na palavra amarrada a evidências narráveis. Grande parte da teoria deliberativa assumiu uma ideia mais flexível e pluralista em relação ao processo de troca de razões (BOHMAN, 1995; BENHABIB, 1996; DRYZEK, 2000; GUTMANN & THOMPSON, 2004). Isso porque a *imparcialidade* exclui muitos pontos de vista e questões (BENHABIB, 1996; PHILLIPS, 1995 apud CHAMBERS, 2003), além de excluir importantes sinalizadores de posicionamento, como choro, riso, grito, angústia e medo.

Vale ressaltar, ainda, que deliberacionistas não consideram emoção o antônimo de razão. O antônimo da razão seria uso excessivo e arbitrário da força, não a emoção (NEBLO, 2014). Muitos deliberacionistas concordariam com a ideia de que a emoção é necessária para invocar a razão (MARCUS, 2002) e defenderiam que a razão não é invocada em um vácuo de sensações, dado que

2002). motivos: (1) imparcialidade exclui muitos pontos de vista e questões restritas a determinados contextos (Benhabib, 2002; Phillips, 1995 apud Chambers, 2003).

²⁹ Questão que talvez faça o modelo deliberativo ser vislumbrado como algo utópico de ser realizado, na medida em que a pressuposição de uma troca pública de razões seja muito distante do mundo.

³⁰ Weber (1997) já alertava para essa crescente racionalização dos processos estatais em sua obra parlamentarismo e o governo em um Alemanha reconstruída. trata-se de uma obra onde o pensador alemão trabalha fortemente com seu conceito de burocratização.

a racionalidade pura é impossível (KRAUSE, 2008; MENDONÇA, 2011). Emoções podem afetar a: (a) memória; (b) a seleção de analogias históricas mobilizadas no debate; e (c) os julgamentos realizados pelos sujeitos. Esses elementos são essenciais à comunicação dos posicionamentos dos indivíduos sobre os acontecimentos da vida (JOAS, 2001, apud STEINER, 2012).

1.4 Esforços registrados de leitura das emoções dentro da deliberação

Apesar de as emoções atravessarem de maneira pouco incipiente os estudos em deliberação é possível encontrar algumas pesquisas e reflexões focadas especificamente sobre essa dimensão. Pode-se dizer, com uma certa segurança, que tais estudos são, consideravelmente, motivados pelas críticas que *teóricas da diferença* realizaram ao modelo deliberativo de democracia (CHAMBERS, 2004). Teóricas como Benhabib (2002) e Young (2001) argumentam que os espaços deliberativos são pautados por valores e normas que beneficiariam os homens, na medida em que certos pressupostos da teoria, como a ênfase na razão e no discurso não-emocionado, promoveriam uma exclusão sistemática de grupos que não são associados a estes valores e normas (LANDES, 1996). A não consideração de outros modos de expressão, frutos de distintas socializações e culturas, seria um embargo à constituição de uma sociedade igualitária a partir do modelo deliberativo de democracia (SANDERS, 1997). De acordo com Mendonça (2011, p. 212), a crítica levantada por Iris Young (2001; 2000) “buscou mostrar a importância de *cumprimentos, narrativas e retóricas* para democracia” e, desde sua realização, “muitos pesquisadores ressaltam a necessidade de uma concepção ampliada de deliberação” (MENDONÇA, 2011, p.212).

Dalhberg (2005) leva essas críticas em consideração e se debruça sobre os desenvolvimentos habermasianos para compreender a pertinência de algumas dessas apreciações direcionadas ao modelo de democracia estruturado sobre a argumentação pública. Dahlberg (2005) buscou averiguar, teoricamente, se a esfera pública pautada por Habermas é capaz de absorver as diferenças existentes nas comunidades políticas sobre as quais são aplicadas. Em uma leitura mais ampla do legado habermasiano revela que tal abordagem seria

capaz de acomodar diversas formas de discurso, inclusive as expressões de caráter mais emocional, e que, de certo modo, esta leitura de Habermas enquanto um teórico frio que desvaloriza a potência comunicativa e expressiva existente nas emoções seria uma leitura indevida. Mendonça (2011) e Hauber (2015) concordam com Dalbergh (2005) quanto à leitura exageradamente racionalista da obra de Habermas. Isso porque Habermas reconhece a possibilidade da ação comunicativa - crucial ao modelo deliberativo, ocorrer de várias formas, incluindo a forma extra-verbal (1983, p.86 apud MENDONÇA, 2011).

Outro estudo que procura responder à crítica realizada por teóricas da diferença é desenvolvido por Hickerson & Gastil (2008). Os pesquisadores aplicaram cerca de três mil questionários a pessoas participantes de fóruns deliberativos, do sistema de júri norte-americano nos Estados Unidos, com intuito de aprender as afetações do gênero e das emoções sobre a experiência dos participantes no processo deliberativo desenvolvido. A partir dos questionários aplicados, viu-se que, apesar de as mulheres relatarem com maior frequência a experenciação das emoções nos fóruns deliberativos, uma maioria esmagadora de ambos os sexos relataram uma experiência emocional no contexto dos fóruns. Para os autores, isso serviria de indício de que as hipóteses acerca de um apagamento das emoções promovido pela deliberação estariam equivocadas. Dalbergh (2005) e Hickerson & Gastil (2008) pontuam como a deliberação dá conta de absorver as manifestações emotivas, não sendo necessárias grandes reformulações em suas estruturações teóricas fundamentais. Mendonça (2011), seguindo Dryzek (2001; 2010), considera a crítica ao modelo, mas acredita que os deliberacionistas não negam com tanta veemência as formas de comunicação extra-verbais. De acordo com tais autores é possível a manifestação de formas alternativas de comunicação entremeio à deliberação, desde que estas contribuam para reflexão, sem constranger as pessoas que as presenciam e sem apagar os interesses mais amplos envolvidos no debate. Mas essa postura não foi observada em todos os desenvolvimentos que aproximam a deliberação das emoções.

Outras reflexões reconhecem a crítica levantada pelas teóricas da diferença e reconhecem a necessidade de reformulação do modelo a ponto de ele conseguir incorporar as manifestações emotivas em suas construções. Hall (2005) e Krause (2008) evidenciam a necessidade de se considerar, e até mesmo fomentar, a manifestação das emoções no contexto de debate, dado que estas podem ser interessantes para ampliação da inclusividade no processo de discussão. Para além disso, tais reflexões procuram salientar como uma separação entre razão e emoção pode ser um grande equívoco que retira/extirpa possíveis análises e reflexões de uma dimensão crucial à deliberação (KRAUSE, 2008; BICKFORD, 2011). Mansbridge et al (2006), a partir de entrevistas realizadas junto a facilitadores/mediadores de fóruns deliberativos, mostram como as emoções podem ser interessantes para obtenção de processos de discussão mais vívidos e profundos. Para além disso, o estudo revela como a injeção de emoções no processo de discussão possibilitou momentos de forte introspecção entre os participantes. Em um caminho semelhante, Marion Barnes (2012) mostra a importância de se atentar para as emoções nos fóruns deliberativos que alimentam os processos de elaboração e avaliação de políticas públicas.

Neste movimento de incorporação das críticas levantadas pelas teóricas da diferença, Morrell (2010) traça um percurso teórico que objetiva demonstrar a importância da empatia para o estabelecimento da deliberação. Morrell argumenta que o senso de comunidade e a capacidade de consideração do outro enquanto interlocutor possível são condutas necessárias ao estabelecimento de momentos deliberativos, e o estabelecimento destas condutas estaria estreitamente associado à existência de empatia entre os que necessitam debater acerca de algo.

Neblo (2002) é um exemplo de reflexões mais amplas acerca das possibilidades e atravessamentos das emoções no contexto deliberativo, apresentando doze possíveis papéis que as emoções cumprem no processo de debate. Para Neblo as emoções seriam fundamentais aos momentos de (i) inserção no debate, além de serem engrenagens ativas nas situações de (ii) apresentação e interpretação dos argumentos em um processo de argumentação pública. Para o autor as

emoções, ainda, auxiliariam a identificação de situações realmente relevantes, passíveis de serem atravessadas por debate. As proposições de Neblo são interessantes, mas algumas delas esbarram na dificuldade de serem verificadas empiricamente - algo comum aos estudos que tentam compreender as afetações das emoções nas tramas cotidianas. Além disso, o caráter bastante ensaístico do texto, não oferece pistas para superação dessas dificuldades de verificação das hipóteses levantadas. Mesmo assim, representa um esforço à incorporação das emoções nos desenvolvimentos deliberativos. Um esforço mais ponderado, que apresenta potencialidades e barreiras das emoções para o processo.

Mas nem todas as pessoas que pensam a deliberação, fazem uma incorporação contundente da crítica levantada pelas teóricas da diferença aos seus desenvolvimentos. Existe uma linha mais racionalista no processo que não reconhece a necessidade de incorporação das emoções nas construções teóricas deliberativas. Trata-se de teóricos mais cautelosos para com a assimilação das emoções na deliberação. Isso ocorre por acreditarem que apelos emocionados não são passíveis de uma inspeção arrazoada e podem corromper a deliberação, embargando o processo de julgamento de um grupo de discussão (THOMPSON & HOGGETT, 2001). É possível, assim, mapear três tipos de respostas às críticas levantadas com relação a não consideração das emoções no contexto deliberativo: (a) existem aquel_s que consideram os desenvolvimentos estruturadores da teoria como capazes de tratarem as emoções; (b) existem aquel_s que consideram necessário reformular as premissas da teoria para uma incorporação mais contundente das emoções ampliando sua capacidade de inclusão (chave deste estudo); (c) existem aquel_s que consideram desnecessário e pouco proveitoso qualquer tentativa de se incorporar as emoções no espectro deliberacionista.

Entre os estudos que consideram a necessidade de tratar-se as emoções no seio da deliberação, seja por revisão ou reformulação do legado já existente, é possível mapear dois eixos de desenvolvimentos: (i) aqueles que buscam compreender se as manifestações emotivas são motivações ou entraves aos processos de debate público e se a não consideração das mesmas é um fator de exclusão de pessoas do debate (BARNES, 2012; DAHLBERG, 2005; HALL,

2005; 2007; HAUBER, 2015; HICKERSON & GASTIL, 2008; KRAUSE, 2008; MANSBRIDGE et al, 2006; MORRELL, 2010; van STOKKOM, 2005; THOMPSON & HOGGETT, 2001), (ii) aqueles que objetivam apreender possíveis relações entre emoções e julgamentos morais realizados dentro dos processos de argumentação pública (KRAUSE, 2008; PANTTI & ZONEN, 2006; BICKFORD, 2011; MOLEWIJK et al, 2011;).

Concordando ou não com as pontuações apresentadas pelas teóricas da diferença, tais críticas continuam incitando a consideração das emoções por parte de deliberacionistas. Um número razoável de estudiosos concorda com Hickerson & Gastil (2008) sobre a necessidade de a teoria deliberativa considerar os avanços na investigação sobre emoções nos últimos anos. Apesar dos desenvolvimentos registrados, entretanto, a área ainda carece de desenvolvimentos empíricos mais contundentes (HAUBER, 2015). É necessário um refinamento metodológico, pois, muitas das vezes, os estudos pecam por não deixar evidente os caminhos travados para captura do fenômeno em questão. Algo crucial para o estudo onde a captura do fenômeno é tão intrincada. Além dessa dimensão metodológica, é importante haver mais reflexões e estudos sobre as relações entre as emoções e as dimensões basilares à deliberação, como *inclusividade*, *reciprocidade*, *respeitabilidade* e *racionalidade*, dado que a classificação das emoções como importantes ou não à deliberação só se dá frente à averiguação da relação que elas travam com as dimensões cruciais ao modelo deliberativo.

1.5 Um mapeamento mais amplo das emoções na deliberação

Apesar dessa ressalva, é fato a preocupação dos deliberacionistas com as emoções não se revelou suficientemente forte para impulsionar a reflexão sobre o modo como as emoções afetam a construção e implementação de instituições deliberativas. Mesmo quando as emoções são discutidas e consideradas por parte dos deliberacionistas, elas são tratadas de maneira tangencial e insuficiente, não sendo consideradas como componente estrutural do que se compreende por razão, de modo que a compreensão de seus reais efeitos torna-se distante (STEINER, 2012). Para verificação e sustentação desta suposição,

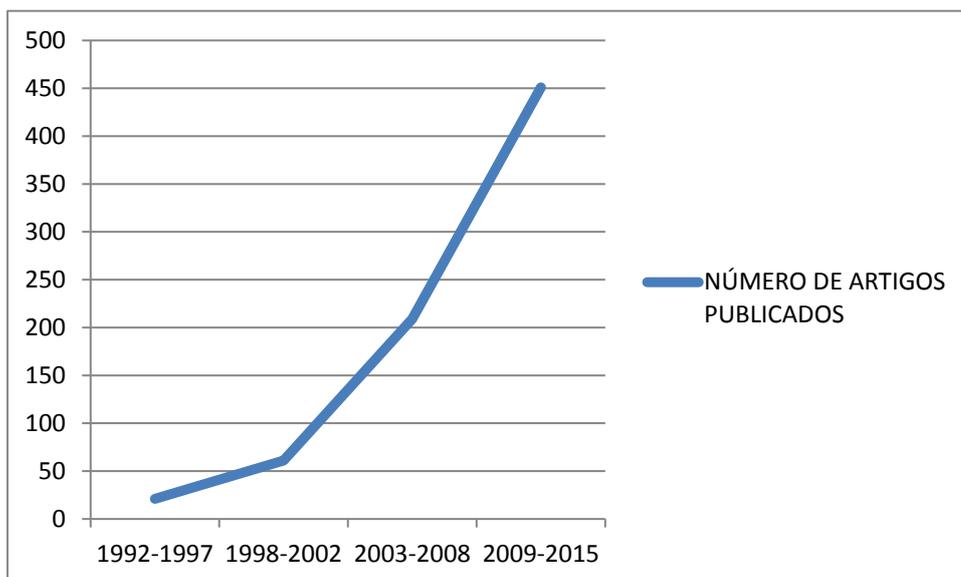
nada melhor do que realizar uma análise uma varredura exploratória do material produzido pela teoria desde sua proposição.

Na tentativa de captar a trajetória da área, realizou-se uma busca de *artigos*, que tenham seus resumos disponibilizados em língua inglesa, no Portal de Periódicos CAPES³¹ a partir do termo *deliberative theory*. A pesquisa poderia ser feita a partir do termo *deliberative democracy*, mais usual ao desenvolvimentos deliberacionistas em teoria política. Isso não foi feito, contudo, pelos seguintes motivos: (i) considerou-se o termo *democracy* como um termo mais restritivo, teoricamente, que o vocábulo *theory*; (ii) apesar de a deliberação estar fortemente associada à democracia, considerou-se que ela não é inerente à mesma (CHAMBERS, 2009), o que possibilita desenvolvimentos deliberacionistas fora do guarda-chuva da democracia³². O portal apresentou um total de 2.708 artigos atravessados pelo termo *deliberative theory*. Tais artigos não trabalhavam, em sua totalidade, com a teoria deliberativa, tratada neste estudo. Houve, assim, a necessidade de analisar artigo a artigo, através dos resumos disponibilizados pelos periódicos, selecionando-se apenas os textos associados à teoria política. Encontrou-se um total de 742 textos alocados na teoria democrática deliberativa.

³¹ “O Portal de Periódicos da Capes oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 37 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e à a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na web.” Informação retirada do site oficial do Portal < [http://www-periodicos-capes.gov-br.ez27.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=104](http://www-periodicos-capes.gov.br.ez27.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pcollection&Itemid=104)> acessado dia 10 de Junho de 2015.

³² Baogang He e Warren (2011) revelam a existência de práticas deliberativas no contexto autoritário observado na China. O que em alguma medida mostra a possibilidade de manifestação da deliberação em contextos pouco ou não democráticos.

Gráfico 1. Número de artigos publicados no campo da teoria deliberativa, disponibilizados pelo Portal de Periódicos CAPES, entre os anos 1992-2015.



FONTE: produção própria a partir de dados do Portal de Periódicos CAPES.

O primeiro texto que aparece nesta lista é o texto de David Miller (1992) *Deliberative Democracy and Social Choice*, em que o autor tenta identificar as aproximações e afastamentos entre: uma perspectiva democrática baseada na agregação de preferências individuais e uma perspectiva estruturada sobre o debate livre e aberto entre as pessoas. É importante lembrar que existem textos fundamentais à teoria que antecedem o ano de 1992, mas tais textos, em sua maioria, foram publicados em livros o que faz com que eles não estejam presentes neste banco que retrata apenas artigos³³. Os trabalhos escritos por Joseph Bessette (1980), Joshua Cohen (1989) e John Dryzek (1990) são exemplos de obras basilares ao campo que antecedem o texto de David Miller (1992), para não citar o legado habermasiano já bastante estruturado. É inegável a importância de Habermas no fundamento da teoria deliberativa (LUBENOW, 2010), mas seria um equívoco situar as bases da teoria no esforço singular de um autor. Existe um complexo de autor_s envolvidos no desafio de transformação das instituições públicas em estruturas mais democráticas,

³³ Exemplos de textos fundamentais ao campo teórico que foram publicados em livros, não em periódicos: Habermas (1984; 1989), Dryzek, (1990), Benhabib (1992); Cohen (1989; 1993).

através implementação e qualificação de práticas discursivas – algo, perceptível no levantamento de literatura realizado.

Os artigos foram analisados a partir de seus resumos (em língua inglesa) disponibilizados no portal de periódicos da Capes. A análise dos resumos possibilitou acessar, de maneira rápida e indicativa, aspectos centrais de cada estudo. A partir destas informações primárias disponibilizadas pelo portal os artigos foram:

- (a) Agrupados pelo ano de publicação, que variou entre os anos de 1992 e 2015;
- (b) Após a coleta dos arquivos referentes à deliberação, criou-se uma nuvem de palavras com as 50 palavras mais presentes em todos os resumos coletados;
- (c) Além disso, observou-se quando os artigos apontavam o aspecto emotivo dentro de suas pretensões teóricas e analíticas.

A análise é interessante para sinalizar, dada a incapacidade de capturarmos todos os textos de teoria deliberativa produzidos, como as emoções não aparecem como tema de peso e interesse na teoria deliberativa. Vejamos:

Ao realizar-se uma análise da nuvem de palavras, com o intuito de verificar a capilarização da teoria deliberativa nas últimas três décadas³⁴, percebe-se:

- (a) Uma ausência de qualquer termo relacionado à dimensão afetiva e/ou sentimental da vida como: *emotions, feelings, affections, passions etc.* Apesar da possibilidade do termo *communication* ou *communicative*, presente nas nuvens, ser lido sobre a ótica das emoções, *communication of emotion* (BUCK, 1984), as leituras dos textos que carregam tais termos em teus resumos não fortalecem essa suposição. Essa ausência da dimensão emotiva na nuvem de palavras robustece a hipótese central deste estudo, de que a dimensão emotiva é marginalizada pelos deliberacionistas.
- (b) A nuvem de palavras mostra a prevalência de termos associados à argumentação racional: *argue, argument, discuss, discussion, reason, reasoning* ao longo dos anos. Algo esperado dado que a deliberação é compreendida pelo choque público de razões (FUNG, 2004).
- (c) Quando se organiza as nuvens por quinquênio elas revelam variações nos termos associados à tentativa de institucionalização da teoria deliberativa: *administrative, decision, institutions, policy, practice, process*. Algo que ilustra, em partes, a proposição de Simone Chambers (2003) de que a teoria democrática deliberativa mudou seu status de proposição teórica para o de uma teoria mais aplicável, entre a década de 1990 e os primeiros anos da década de 2000. Talvez estes status caminhem de mãos dadas ao longo da construção teórica proposta, algo que faria mais sentido à lógica de construção do conhecimento científico, que concatena a reformulação da teoria a partir de revisões práticas do mundo³⁵. Essa forte presença de termos associados às instituições formais também pode ser explicada pelo fato de a teoria democrática deliberativa exigir fortes

³⁴ Período no qual tal campo se estruturou.

³⁵ O livro de Steiner (2012), *The Foundations of Deliberative Democracy: Empirical Research and Normative Implications*, é um bom exemplo de verificação da construção teórica da teoria deliberativa a partir de verificação empíricas, servindo de ilustração para como uma teoria pode ser estruturada, discutida e reformada.

alterações nos processos de tomada de decisões coletivas e nas instituições que abrigam esses processos³⁶ (FUNG, 2005).

- (d) O termo *democracy* aparece com força no período analisado. O que mostra uma forte associação entre a deliberação e discussões acerca de democracia. O que não é suficiente para contra argumentar a dissociação entre democracia e deliberação apresentado por Simone Chambers (2009), dado que textos que defendem uma dissociação entre os termos não podem ser separados dos que defendem uma conjunção entre os mesmos.

Em linhas gerais, esta nuvem de palavras foi construída, simplesmente, para ilustrar a marginalização da dimensão afetiva dentro do campo deliberativo e, apesar das limitações encontradas em sua construção, sua apresentação, reforça a necessidade de se desenvolver uma leitura mais minuciosa das emoções e dos afetos dentro da área. Como visto no capítulo, as emoções não são totalmente apagadas de tal campo teórico, mas atravessam o campo de modo tangencial. Antes de iniciar um processo de construção teórica acerca dos possíveis efeitos das emoções no processo de argumentação pública, é interessante compreender os motivos que promoveram o afastamento das emoções desse eixo de estudo. Se os entraves são compreendidos com êxito, a aproximação almejada entre deliberação e emoções tem maiores chances de ser exitosa, na medida em que se terá, em mãos, uma cartilha que orienta possíveis riscos a serem encontrados no caminho. Tendo isso em vista, no próximo capítulo, buscar-se-á discutir os principais fatores que influenciaram o afastamento das emoções dos desenvolvimentos deliberacionistas.

³⁶ O livro organizado por Shaw Rosenberg (2007), "*Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?*", traz inúmeros exemplos de tentativas de reformulação institucional nos EUA e Europa, tendo como marco orientador os desenvolvimentos da teoria deliberativa.

CAPÍTULO 2. EMOÇÃO E POLÍTICA

“Além dos fatos, a verdade é um sentimento”.
Síntese

“Sou um coração batendo no mundo”.
Clarisse Lispector

Este capítulo objetiva discutir os principais motivos para não incorporação das emoções dentro da perspectiva deliberativa, apesar da existência de várias tradições filosóficas e científicas que se debruçam sobre a compreensão das emoções e suas consequências. Este objetivo será realizado em três momentos: em um primeiro momento, buscar-se-á apresentar um breve histórico dos estudos das emoções, mostrando, de maneira sucinta, como as emoções passaram a ser tratadas como objeto possível de ser encarado pelas ciências e não apenas como um assunto restrito ao domínio da metafísica. Em um segundo momento, procurar-se-á discutir os principais motivos de apagamento das emoções no âmbito da deliberação, apesar de ela ser compreendida como um objeto passível de ser interpretado pelas ciências e pela filosofia. Neste segundo momento, discutir-se-ão cinco principais equívocos/motivos que promovem um certo apagamento das emoções dos desenvolvimentos deliberacionistas, procurando, na medida do possível, justificar tais equívocos a partir de elaborações registradas por teorias de estudos das emoções. Em um terceiro momento, dedicar-nos-emos a mostrar que (i) apesar de marginalizada pelos desenvolvimentos deliberacionistas, as emoções são consideravelmente trabalhadas por subáreas da teoria política, e que (ii) leituras de pesquisas que outras subáreas da teoria política realizaram sobre o tema, podem revelar-se como interessantes à compreensão dos papéis que as emoções desenvolvem dentro de um contexto deliberativo.

Vale a pena assinalar que, neste capítulo, trabalharemos os termos *paixões*, *inclinações* e *sentimentos* como partes de uma dimensão mais ampla, tratada como *dimensão emotiva*. Apesar de o uso do termo *paixão* ao invés do termo *emoção*, ter uma diferença significativa com relação a uma reconceituação da *emoção* pela filosofia moderna: “referir-se às emoções como ‘paixões’,

enfaticava que as emoções aconteciam a um indivíduo ou lhe eram impostas - algo que se *sofria* em vez de algo que se *fazia*” (JAGGAR, 1997, p. 158). O detalhamento de cada um desses termos, com intuito de tratar uma melhor taxonomia dos mesmos, é importante, mas escapa as possibilidades deste trabalho.

2.1 Emoção enquanto objeto das ciências

Hoje, por mais difícil e complicado que seja o estudo das emoções, não encaramos com tanta estranheza a possibilidade de explorá-las no âmbito das ciências. É sabido que o fenômeno é intrincado, labiríntico e obscuro, mas independente de todas as dificuldades envolvidas na compreensão das emoções, não se nega, integralmente, a viabilidade de averiguá-las através da prática científica³⁷. Isto nem sempre foi assim, contudo. Por mais que aceitemos, com certa tranquilidade, a ideia de que as emoções são dotadas de uma certa corporalidade ou materialidade, a perspectiva de que as emoções são um fenômeno imaterial, que excede uma realidade sensível, era forte até meados do século XVII (LECROINTRE, 2007). Nas obras de Aristóteles (2005) e Platão (1975), por exemplo, é possível notar referências às emoções enquanto estruturas pertencentes à alma dos seres humanos. Apesar de René Descartes ser classificado como um importante filósofo para naturalização das emoções (BOROS, 2009), em *As Paixões da Alma*, o autor também defende que importantes componentes necessários à produção das emoções estão situados na alma³⁸.

A alocação das emoções em uma dimensão extraterrena pode ser tratada como um fator, entre outros, que motivou grande parte das reflexões pretéritas acerca das mesmas, tratando-as como um componente de caráter metafísico, não,

³⁷ Na perspectiva de Charles Peirce o *Método da ciência* pode ser interpretado como a *constatação do mundo que nos rodeia*. Ele funcionaria da seguinte forma: para sanar nossas dúvidas perante a realidade “é necessário que seja encontrado um método pelo qual as nossas crenças não possam ser causadas por algo humano, mas por alguma permanência externa³⁷” (PEIRCE, p. 16, 1877). O método capaz de atingir este objetivo, seria o *método científico*. Na perspectiva peirceana este método é capaz de possibilitar que diferentes pessoas cheguem a uma conclusão semelhante sobre determinado objeto. Em caso de discordâncias há a necessidade de rever-se o caminho utilizado para chegar a tais conclusões e/ou as conclusões que se tem sobre determinado objeto³⁷.

³⁸ Um ponto complicado da obra de Descartes, na medida em que aquilo que está em um plano extraterreno não poderia ser analisado a partir das regras pautadas formulação de um conhecimento terreno/natural (LECROINTRE, 2007).

necessariamente, observável³⁹. Ainda hoje, pessoas como Lisa Barret (2006) apontam as emoções como um evento exclusivamente conceitual que nunca seria capturado pelas mãos daquele_s interessados em retê-lo. Essa escolha teórica apresentada por Barret e por outros autor_s serve de embargo à captura observacional da dimensão afetiva, e força qualquer conclusão acerca das emoções a ser realizada sem a averiguação material das mesmas (LECROINTRE, 2007).

No entanto, o questionamento de uma certa impalpabilidade do fenômeno emotivo abre uma brecha para o tratamento das emoções enquanto um fenômeno de natureza terrena, não localizado unicamente na alma dos sujeitos. A secularização⁴⁰ das emoções proposta por Spinoza (2007), na obra *Ética*, e o tratamento das emoções à nível sensorial recomendado por David Hume (1994), no *Tratado sobre a natureza humana*, podem ser citados como movimentos interessantes e importantes para consideração e estudo das emoções dentro de uma dimensão terrena, não as tratando, apenas, como uma questão de caráter metafísico⁴¹. Vale ressaltar que esta possibilidade de tratamento naturalizado/terreno das emoções não foi consequência da publicação de uma única obra filosófica, mas se trata de um complexo movimento de escolas do pensamento, que, pouco a pouco, ofereceram pontuações necessárias à dissociação das emoções do plano extraterreno. Assumir as emoções enquanto um fenômeno terreno é, também, aceitar a possibilidade de observá-las e analisá-las, não se restringindo, apenas, a uma leitura abstrata acerca do tema, algo crucial para apreensão científica do fenômeno.

³⁹ A observação revela-se como crucial para compreensão do fenômeno em uma perspectiva científica. Seja para correntes que apostam na generalização indutiva, seja para correntes que apostam no método hipotético-dedutivo, as consequências observacionais de um fenômeno são necessárias para uma melhor compreensão do mesmo. Princípios exteriores aos sujeitos são necessários para a produção de um conhecimento científico. Francis Bacon (1561-1626) apontaria que: “O ser humano ministro e intérprete da natureza, faz e entende tanto quando constata, pela observação dos fatos ou pelo trabalho da mente, sobre a ordem da natureza” (BACON, pp. 14, 1979)³⁹. David Hume também assumiria a percepção do fenômeno como basilar para compreensão do mesmo.

⁴⁰ Trata-se da retirada da reflexão das emoções da dimensão moral pautada pela religião (BOROS, 2009).

⁴¹ Spinoza diz no Prefácio da parte 3 de sua obra *Ética* – “Tratarei, assim, da natureza e da virtude dos afetos, bem como da potência da mente sobre eles, por meio do mesmo método pelo qual tratei, nas partes anteriores, de Deus e da Mente. E considerarei as ações e os apetites humanos exatamente como se fossem uma questão de linhas, de superfícies ou de corpos.” (Spinoza 2007, p.163 apud BOROS, 2009)

Basicamente, essas leituras se debruçaram sobre a compreensão dos componentes e aspectos estruturadores das emoções, que não são poucos. Uma complexidade de dimensões e elementos que potencializou um grande leque de correntes teóricas, muitas das vezes complementares, acerca das emoções. Calhoun e Solomon (1984) listam cinco vertentes de maior destaque no eixo de estudo das emoções – sensorial, fisiológica, comportamental (behaviorista), valorativa e cognitiva –, e apontam que cada uma destas correntes enfatiza um distinto componente das emoções. Essas múltiplas correntes servem de ilustração para este debruçar das ciências sobre o fenômeno emotivo, um debruçar que ocorre em tempos e modos distintos, e que em sua diversidade contribui para apreensão das emoções e seus efeitos.

Seguindo na leitura de Calhoun e Solomon (1984) sobre o campo, as correntes sensorial (Hume) e fisiológica (James/Lange) buscam compreender a real sensação envolvida em uma emoção. Elas discordam, contudo, sobre a emoção ser, primeiro, uma sensação psicológica, dos sujeitos frente um evento, ou uma alteração fisiológica que suscita mudança do quadro psicológico frente um evento. O argumento de James e Lange, expoentes da corrente fisiológica, é o de que distúrbios/alterações fisiológicas seriam necessários para o surgimento das emoções. Já as abordagens sensoriais fazem uma defesa de que estas alterações fisiológicas não seriam a fagulha das emoções mais a consequência das mesmas. As abordagens comportamentais registram um foco maior em compreender quais comportamentos estão mais ou menos associados a um determinado tipo de emoção, e em tal corrente as emoções são analisadas tanto como causas dos comportamentos (Darwin) ou como fenômeno constituído por um padrão comportamental (Dewey, Ryle). Teorias valorativas já se esforçam em compreender as relações entre atitudes emocionais positivas e negativas - como gostar, desgostar, amar e odiar - e julgamentos morais apresentados pelos indivíduos ao longo de suas vidas. Por último, mas não menos importante, encontra-se a abordagem cognitiva. Trata-se de um amplo espectro de teorias focadas na conexão entre as emoções e nossas crenças acerca da realidade que nos cerca.

O interessante é observar que apesar das discordâncias averiguadas no interior das múltiplas tradições de estudos envolvendo as emoções, existe uma

concordância entre estas escolas: a aceitação dos atravessamentos terrenos dos aspectos emocionais⁴². Consonância necessária para retirar os estudos das emoções do âmbito da metafísica, lugar comum das reflexões do tema até os séculos XVII e XVIII, e inaugurar a possibilidade de leituras científicas acerca do fenômeno emocional⁴³. Apesar de não ser característica obrigatória das teorias das emoções, a preocupação com os papéis que as emoções desempenham na vida ordinária e nos julgamentos morais, frequentemente, habita os desenvolvimentos da área (CALHOUN & SOLOMON, 1984).

Apesar dessa possibilidade analítica que envolve o histórico de estudos sobre as emoções, as mesmas não atravessaram de modo sistemático os desenvolvimentos deliberacionistas. E isto não é fruto de mero descuido, descaso ou desinteresse por parte das pessoas que compõe tal campo de estudos. A não incorporação, contundente, das emoções em tal campo teórico é fruto de vários fatores que excedem a simples vontade dos indivíduos em incorporarem ou não as emoções como objeto passível de reflexão e análise no escopo da deliberação. Trata-se de trancas teóricas e analíticas que estreitam os consorciamentos possíveis entre emoção e deliberação. A aproximação entre tais eixos de estudo deve, assim, levar em consideração essas trancas, e quando possível superá-las. É o que este estudo visa a realizar na próxima seção.

2.2 Motivos pelos quais as emoções são marginalizadas pela deliberação

A baixa inserção das emoções no debate deliberacionista pode ser relacionada a cinco fatores, passíveis de sobreposição, a serem explorados nas cinco subseções que se seguem. Vejamos:

- (a) Corriqueiramente, a emoção é classificada como uma inteligência de menor valia, incapaz de solucionar dilemas públicos. Associa-se a

⁴² Vale ressaltar que existem reflexões como as de Lisa Feldman Barrett (2006) que fazem a defesa de que as emoções não são entes físicos, mas sim estados conceituais. Dessa forma as emoções não teriam atravessamentos terrenos capturáveis.

⁴³ Isso porque as ciências, neste interim, eram um pouco avessas à possibilidade de construção de conhecimento a partir de dados não-observacionais. O empirismo era balizador do pensamento científico, e os desenvolvimentos de Francis Bacon e David Hume servem de exemplo para essa afirmação. É sábio que existe um debate no campo da ciência natural acerca da possibilidade de construção de conhecimento a partir de dados não-observacionais.

dimensão afetiva a uma espécie de essência subjetiva incomunicável, incontrolável e irrefletida (GOLEMAN, 1995);

- (b) Há uma aproximação entre modelo deliberativo e modelo científico no que tange o processo de busca pela *verdade*; o modelo deliberativo está calcado na publicização e no compartilhamento do maior número de experiências possíveis acerca de determinado problema, com intuito de acessar-se uma maior qualidade epistêmica e/ou *verdade* acerca do problema em questão.
- (c) Desinteresse da filosofia e das ciências sociais contemporâneas pelo estudo das emoções, dada a dificuldade de estruturar-se uma abordagem sobre tal fenômeno (CALHOUN & SOLOMON, 1984).
- (d) É importante ressaltar um grande problema que ronda a incorporação das emoções dentro do escopo deliberativo: trata-se do *alargamento conceitual* ou *concept stretching*⁴⁴.
- (e) A leitura corriqueira que se faz do domínio privado como o espaço de manifestação dos afetos e do domínio público como o espaço possível da política, também reduz as chances de aproximação entre deliberação e emoções.

Procurarei demonstrar como estes são possíveis equívocos cometidos no interior da teoria deliberativa, justificando, assim, a necessidade de tratarmos a emoção de forma mais atenta dentro da construção de processos democráticos deliberativos. Reconhece-se, contudo, a dificuldade que isso representa, pois, como dito anteriormente, não é por mero descuido que as emoções não são tratadas com a devida atenção dentro da teoria deliberativa. Mobilizar-se-á, quando possível e necessário, estudos das emoções para responder esses possíveis equívocos levantados. Não irei defender uma corrente de estudo das emoções⁴⁵, mas ilustrar como correntes, distintas, respondem em tom parecido

⁴⁴ Uma boa reflexão acerca de concept stretching no campo das ciências sociais pode ser encontrada em Collier e Mahon (1993).

⁴⁵ Apesar de, em alguns momentos, apresentar-me mais próximo de uma perspectiva defendida por autores como Antonio Damasio (1996), Martha Nussbaum (2003) e Jesse Prinz (2003).

ao que aqui nomeio por equívocos da teoria democrática deliberativa. Vale lembrar que as questões aqui levantadas não são questões que afetam especificamente o estudo das emoções dentro da deliberação, mas, em alguma medida, acometem o estudo das emoções de uma forma mais geral.

2.2.1 Comunicando emoções

Para a compreensão dos atravessamentos que as emoções possuem na vida pública é de suma importância tratá-las como publicamente comunicáveis e socialmente construídas. Abordá-las como exclusivamente individuais, incomunicáveis e inacessíveis, revela-se como uma premissa problemática à captação do que elas fazem ao serem mobilizadas na vida pública. Ao considerar-se essa possibilidade das manifestações emotivas, este estudo não nega, nem negligencia, o fato de que certos atravessamentos emotivos são restritos a uma ordem subjetiva, incomunicável e inacessível, mas chama a atenção para consideração para a exibição pública das emoções e suas consequências políticas.

Frequentemente, nós tratamos emoções como componentes que estão dentro de nós, mas parece evidente que uma análise dos aspectos emocionais da vida não deve se orientar estritamente a aspectos internos dos seres humanos como aspectos fisiológicos e psicológicos (CALHOUN & SOLOMON, 1984). Emoções, quase sempre, têm um aspecto externo, quase óbvio na expressão comportamental dos indivíduos.

Essas dimensões (*interna* e *externa*) das emoções são bem exemplificados pela bela experiência de vida do ativista sul-africano Nelson Mandela, Nobel da Paz no ano de 1993. Durante os vinte anos que Nelson Mandela ficou na prisão ele foi forçado a trabalhar com extração de calcário na Ilha Robben⁴⁶. Dado o constante contato com o pó de calcário, os ductos lacrimais de Mandela foram obstruídos, impossibilitando que o líder chorasse. Nas palavras do amigo e cantor Bono Vox, em texto escrito à revista Time⁴⁷, “Mandela não poderia

⁴⁶ Localizada na África do Sul, foi o local onde Nelson Mandela e seus companheiros estiveram encarcerados durante mais de duas décadas. Foi inscrita pela UNESCO, no ano de 1999, no compêndio de lugares considerados patrimônio da humanidade.

⁴⁷ Edição especial realizada como um tributo à morte de Mandela. Acessado em 5 de Maio de 2015 <<http://world.time.com/2013/12/05/bono-the-man-who-could-not-cry/>> .

produzir lágrimas em um momento de auto-dúvida ou tristeza”. Assim que o ativista saiu da prisão, no ano de 1994, ele passou por uma cirurgia para corrigir este problema. Tal cirurgia não era apenas uma correção da lubrificação dos glóbulos oculares de Mandela; ela representava algo mais. Representava a chance de expressar, de modo mais incidente, o significado de sua existência. **Uma das possibilidades do choro é a oportunidade de comunicação pública de algum episódio emblemático que atravessou ou atravessa nossas histórias; trata-se de uma forma de comunicação que carrega consigo a capacidade de evidenciar nossas existências.** Assim, o entupimento dos ductos lacrimais não apagou parte da dimensão emotiva que pulsava em Mandela, mas encalhou uma via capaz de ser mobilizada no processo de escrita pública de uma história, até então, “encarcerada” ou contada de modo incompleto.

Behavioristas como Watson, Tolman e Skinner estão mais convencidos sobre o potencial comunicativo que as emoções exibem. Tais autores apresentam um enfoque sobre o comportamento manifesto pelos indivíduos, revelando-se menos interessados em descobrir e/ou localizar alguma parte do sistema neural em que as emoções estariam localizadas. Essa corrente se aproxima dos estudos desenvolvidos por Charles Darwin (2009), que analisou a manifestação emocional de animais, atentando, prioritariamente, para os comportamentos observáveis de tais animais. Darwin concluiu que as emoções têm importante função de adaptação no meio ambiente e na comunicação.

Em uma breve revisão dos principais abordagens de estudo das emoções – sensorial, fisiológica, behaviorista, valorativa, cognitivista - torna-se claro que nenhuma dessas abordagens nega o potencial comunicativo existente nessas manifestações. Por distintos caminhos, reconhecendo-se as emoções como um constructo social ou como determinadas biologicamente, nota-se uma dimensão comunicativa que atravessa os campos da natureza e da cultura manifesta através das emoções. É certo que diferentes abordagens reconhecem, em níveis distintos, essa comunicação não-verbal. A abordagem comportamental, por exemplo, daria maior peso para essa dimensão. Apesar de outras correntes não

pontuarem tão veemente essa potência comunicativa que reside sobre as emoções, contudo, elas frequentemente reconhecem a possibilidade que temos de orientar nossos estados emocionais a outra pessoa, comunicando, um pouco, da sensação que temos ao existir⁴⁸. **Isso não quer dizer que qualquer manifestação emocional seja passível de ser comunicada, mas se trata de afirmar que a dimensão emotiva da vida não pode ser ignorada por uma possível inviabilidade comunicativa que seria inerente às emoções.**

2.2.2 A emoção, a razão e as verdades sobre o mundo.

As emoções são corriqueiramente lidas como combustíveis da *desordem* e do *descontrole*; palavras temidas por uma perspectiva de ciência fundada sobre a predição de algum fenômeno e/ou objeto a partir de sua análise em ambiente/situação controlada ou próximo (a) do controle do (a) pesquisador (a). Para uma perspectiva de ciência que associa o descontrole a uma incapacidade de compreensão do mundo, as emoções revelam-se não como objeto de interesse de estudo, mas como um empecilho à realização de qualquer estudo ou proposição com potencial explicativo acerca da realidade. Algo que se torna mais claro em contextos em que as pessoas são solicitadas a prover razões em relação a algo e deixam transparecer, com maior intensidade, as emoções envolvidas no processo.

No ano de 1961, o jornal *The New Yorker* enviava a filósofa e teórica política Hannah Arendt (1906-1975) para realizar a cobertura do julgamento de Adolf Eichmann (1906-1962). Eichmann, identificado como o *executor chefe do Terceiro Reich*, foi um político da Alemanha Nazista e tenente-coronel da SS⁴⁹. Era responsável pela logística de extermínio de milhões de seres humanos ao fim da Segunda Grande Guerra. Ele planejou a identificação e deslocamento de milhares de indivíduos para distintos campos de concentração.⁵⁰ Os serviços secretos israelitas levaram Eichmann para Israel com intuito de julgá-lo por

⁴⁸ Buck Ross em *The communication of emotion* (1984) apresenta uma boa defesa da capacidade comunicativa não-verbal que atravessa nas emoções.

⁴⁹ SS é a abreviação de *Schutzstaffel*, uma organização paramilitar ligada ao partido nazista e a Adolf Hitler.

⁵⁰ Para uma leitura mais atenta do caso ler: *Eichman em Jerusalém* (ARENDR, 1999).

crimes cometidos contra a Humanidade durante o período da Segunda Guerra Mundial.

O julgamento gerou dissensões pelo mundo, e através de uma autorização do governo Israelense, foi transmitido em tempo real por emissoras radiofônicas de todo globo. Tratava-se de uma tentativa de apanhar os fiapos de justiça soltos pelo ar desde o fim da II Guerra. Durante o julgamento, Eichmann ficou sentado atrás de um vidro blindado contra a passagem de balas e sons, enquanto muitos remanescentes do Holocausto provinham razões contra ele. Centenas de pessoas tratavam de tecer a colcha de *palavras* que cobriria de sentido as acusações realizadas contra o funcionário do Estado Nacional Socialista.

Entre essas centenas de *falas*, uma tornou-se notória, justamente por não fazer o uso de palavras em toda sua extensão. Trata-se da exposição de um homem que ao dar seu depoimento na sessão, vê-se atravessado por um turbilhão de memórias e sensações. Estarrecido, despenca em meio ao tribunal. Uma cena, documentada pelos diversos arquivos do julgamento, capaz de comunicar tanto sem a mediação de palavras. Parecia que aquele homem oferecia explicações não por palavras ditas, mas por sua disposição corpórea no mundo. O choro, o cair súbito sobre o chão acompanhado de gritos incontidos, pareciam capazes de tecer parte da colcha de justificativas que cobriria de sentido as acusações levantadas contra Eichmann.

Todo este potencial comunicativo das *emoções manifestas*, ali, poderia ser irrelevante, caso as instituições formais responsáveis pelo julgamento, naquele momento, não fossem capazes de *aceitar, compreender e absorver* o intenso fluxo de manifestações emotivas que ali se apresentavam. Tarefa difícil no contexto Ocidental, onde as emoções são corriqueiramente compreendidas como obstáculos a qualquer compreensão válida e confiável acerca da realidade. Onde, inadvertidamente, pessoas escutam que decisões sensatas devem ser tomadas com a “cabeça fria” longe de qualquer influência emotiva.

O comportamento esperado para aquele tribunal não era o choro, o riso, ou o desmaio pela dor das lembranças. O esperado era o levantar-se, tomar “a

palavra” e pronunciar⁵¹, de maneira contida, um encadeamento de sentenças contra as temeridades cometidas pela Alemanha Nazista. Sentenças, manifestas em palavras, possivelmente marcadas pelo: (1) o uso de evidências para sustentar as conclusões estabelecidas; e (2) pela utilização de uma estrutura lógica e causal para construção da argumentação contra Eichmann. Ao rever o instante do julgamento aqui mencionado, existe uma sensação de que os únicos *momentos capturáveis* por estas instituições formais seriam momentos marcados pela utilização de evidências, amarradas por uma estrutura lógica oralmente exposta pelo uso de palavras. As instituições formais estariam preparadas para capturar momentos de *anúnciação lógico-discursiva*, corriqueiramente compreendidos como momentos racionais. Parece que tudo o que escapa a esta forma, forma da palavra racionalmente encadeada, não seria compreendido pela audiência do julgamento como uma manifestação política válida, pois não seria compreendido como uma manifestação racional sobre o problema em questão.

Esta expectativa comportamental, esperada para os que depunham contra Eichmann, não é exclusiva daquele contexto. O ser humano que dá ouvidos às razões, silenciando seu quadro emotivo diante do mundo, atravessa a dimensão política⁵² do Ocidente há séculos⁵³. Platão, por exemplo, defendia o controle das emoções perante o mundo, pois essas seriam um entrave ao agir racional frente os problemas que nos acometem. René Descartes via na atividade de um pensamento, livre da carga emotiva que nos atravessa, a condição basilar da boa existência humana⁵⁴. A moral cristã via no controle das paixões terrenas, o caminho para se acessar uma possível vida eterna (AGOSTINHO, 1995). Os estoicos, como Zenão de Cítio, acreditavam que os seres humanos tornar-se-

⁵¹ Atos de Fala na perspectiva de Jürgen Habermas.

⁵² Entendo como dimensão política a dimensão mobilizada para resolução de conflitos de interesse comum.

⁵³ Apesar disto este desejo ou esta crença na *redentora racionalidade* dos sujeitos não é unanimidade no pensamento político do Ocidente, Joseph Schumpeter (1883-1950) não acreditava na racionalidade enquanto condição basilar a todo e qualquer indivíduo. Aristóteles afirma em uma passagem conhecida do Livro III da Política que "a lei é a razão sem desejo". A lei apresentaria uma invulnerabilidade que a blindaria contra o ataque das paixões, mostrando, assim, uma vocação para colocar-se acima dos interesses particulares e conseqüentemente impedindo a dominação de um ser humano sobre outro.

⁵⁴ Importante salientar que essa “posição dualista sobre a relação corpo e mente, encontrada ao longo da história, afastou o estudo das emoções do campo das ciências *biológicas* fazendo com que este tema fosse abordado principalmente pela psicologia e filosofia” (LECROINTRE, 2007, p.341).

iam livres e felizes através da razão. Para os estoicos, ao *logos* caberia à capacidade analisar, julgar e rejeitar o mundo no processo de busca pelas verdades. O novelista Lionel Trilling produziu vários trabalhos na primeira metade do século XX que ilustravam certa “obrigação moral em ser inteligente”⁵⁵, existente no tecido social do Ocidente. Aqui, estão apenas alguns exemplos de como a dimensão emotiva, corriqueiramente é vista como um entrave à razão. Frequentemente, associa-se às emoções como a barreira que impede que vejamos o mundo de maneira, clara e acertada. Frequentemente, especializa-se a dimensão emotiva como uma região produtora de distúrbios em nossa percepção acertada acerca da realidade. É comum apresentarmos a dimensão emotiva como um entrave a qualquer boa epistemologia que se preze. **Não que as emoções sejam sempre um mecanismo que auxilia a construção das verdades⁵⁶ sobre o mundo: elas, realmente, podem ser problemáticas neste processo⁵⁷, mas dissociá-las deste processo pode ser um grande equívoco.**

Os estudos de Damásio (1996) acerca das emoções fortalecem a tese defendida nesta seção. Damásio defende a ideia de que “as emoções e os sentimentos não são de todo uns intrusos no bastião da razão, podendo encontrar-se, pelo contrário enredados nas suas teias, para melhor e para pior.” (1996, p.12). O autor não pretende negar que as emoções e sentimentos provocam distúrbios destrutivos nos processos de raciocínio em determinadas circunstâncias. As emoções podem influir, de maneira negativa, sobre os processos de raciocínio. Também não há a pretensão de assumir que os indivíduos são seres puramente emocionais e que as emoções são os mecanismos, únicos, pelos quais nos

⁵⁵ “*The moral obligation to be intelligent*” é um apanhado de ensaios voltados para refletir uma certa obrigação moral envolvida na racionalidade (TRILLING, 2000).

⁵⁶ Verdade corriqueiramente é compreendida como “aquilo em que o raciocínio humano iria em algum momento resultar”⁵⁶ (POGREBINSCHI, 2005, p.29).

⁵⁷ Francis Bacon ao propor um método para averiguação da natureza, *Novo Organum*, assinala a importância de atentar-se às emoções neste processo. O autor chama atenção para como as emoções podem perturbar a construção, ideal, do conhecimento: “O intelecto humano não é luz pura, pois recebe influência da vontade e dos afetos, donde se poder gerar a ciência que se quer. Pois o homem se inclina a ter por verdade o que prefere. Em vista disso, rejeita as dificuldades, levado pela impaciência da investigação; a sobriedade, porque sofre a esperança; os princípios supremos da natureza, em favor da superstição; a luz da experiência, em favor da arrogância e do orgulho, evitando parecer se ocupar de coisas vis e efêmeras; paradoxos, por respeito à opinião do vulgo. Enfim, inúmeras são as fórmulas pelas quais o sentimento, quase sempre imperceptivelmente, se insinua e afeta o intelecto.” (*Novo Organum*, XLIX)

posicionamos frente à realidade. O ponto, para o autor, é que certos aspectos do processo da emoção são indispensáveis para a racionalidade.

As emoções e os sentimentos, juntamente com a oculta maquinaria fisiológica que lhes é subjacente, auxiliam-nos na assustadora tarefa de fazer previsões relativamente a um futuro incerto e planejar as nossas ações de acordo com nossas previsões. Para Damásio (1996), a razão humana depende não de um único centro cerebral, mas de vários sistemas cerebrais que funcionam de forma concertada ao longo de muitos níveis de organização neuronal. Emoção, sentimento e regulação biológica desempenham um papel na razão humana, e existe um grande número de trabalhos em neurociência que tem apresentado conclusões semelhantes às de Damásio (DALGLEISH, 2004; GREENE et al. 2001 apud LECROINTRE, 2007).

Nesse sentido, a redução/anulação das emoções pode instituir uma fonte igualmente importante de comportamento irracional (p.78). A ausência de emoção pode resultar em comportamentos anômalos, como evidenciam os emblemáticos casos de Gage e Elliot, os quais demonstram atitudes irracionais após terem danos na parte do sistema nervoso responsável por exprimir as emoções (DAMASIO, 1996). Segundo Damásio, até o ano de 1993, registraram-se 12 estudos de pessoas com lesões parecidas a de Gage e Elliot; em nenhum dos casos, deixou-se de registrar uma relação entre *perda de emoções e sentimentos e deficiência na tomada de decisões*. Nesses casos, a atenção, a memória, a inteligência, e linguagem, em termos de seus níveis básicos, parecem tão inatas que seria um erro invocá-las como explicação das falhas dos doentes na capacidade de juízo. Há, aí, fortes indícios da ideia de que a emoção seria um componente essencial ao que compreendemos por razão. Algo que assinala a necessidade e a importância de se considerar tal dimensão em uma perspectiva política centrada na argumentação pública, livre e desimpedida, entre iguais.

Mesmo para autores menos afeitos à associação entre emoções e racionalidade é possível observar desenvolvimentos que discorrem sobre a capacidade das emoções afetarem nosso processo de interpretação da realidade. Em Sartre (2005), por exemplo, a emoção não teria uma capacidade de ação redentora

sobre os problemas que nos atravessam, mas ele reconhece uma espécie de atuação da dimensão emotiva nos processos de leitura do mundo, vivenciados pelos seres humanos. Para Sartre, existem momentos em que o mundo ergue obstáculos frente aos nossos anseios, inviabilizando a realização de nossos desejos e vontades. Nessas situações de impedimento, emocionarmos-nos com o intuito de remover e/ou superar os obstáculos que o mundo colocou em nossos caminhos, através de uma ressignificação desses obstáculos, que são deslocados no momento em que deixamos de ler esses obstáculos enquanto obstáculos. Trata-se de ver, devido à tristeza envolvida no processo, uma reprovação em um concorrido vestibular para medicina não como um fracasso, mas como oportunidade para pensar em outras atuações profissionais possíveis. Essa potência de ressignificação catalisada pelas emoções, na perspectiva sartriana, levou o autor a tratá-las como “confabulações” do mundo vivido. Assim, mesmo na perspectiva de Sartre, as emoções não estariam tão distantes dos processos cognitivos que nos atravessam.

É verdade que existem várias situações onde as emoções podem limitar uma reflexão mais acertada da realidade, motivando a construção de juízos equivocados e/ou pouco confiáveis. No entanto, mesmo nestas ocasiões, as emoções não se revelam como engrenagens dissociadas da razão. Ao contrário, atuam conjuntamente com os mecanismos responsáveis por racionalizar o mundo que nos cerca. Talvez elas sejam engrenagens que fomentem razões precipitadas acerca do mundo, mas não são, necessariamente, o combustível de todas as nossas confabulações e delírios acerca da realidade.

Independentemente de emoções serem percepções, cognições por si e/ou respostas a elas, parece sensato pensar as emoções como envolvidas, positiva ou negativamente, em nossos processos de busca de um conhecimento confiável acerca do mundo. Seja como (i) fator estimulador da busca, seja como (ii) fator avaliador do encontrado, elas atravessam a engrenagem da experiência fomentadora da apreensão do mundo que nos rodeia. Assim, uma teoria política estruturada sobre razão que negligencia os atravessamentos afetivos da vida em suas construções revela-se como uma teoria estruturalmente incompleta, dado que dissociar a emoção da razão revela-se como tarefa cada vez mais difícil e imbricada.

Seria um equívoco centrar as falhas e/ou entraves da razão, essencialmente, na dimensão emotiva da vida, dado que existem inúmeros fatores capazes de gerar: (i) ruídos em nossa percepção da realidade; e (ii) uma indeterminação do mundo a ser vivido em um intervalo de tempo futuro, inviabilizando a constituição de um conhecimento aplicável, confiável e válido acerca do que nos cerca. E, sabendo que as emoções podem auxiliar os processos de tomada de decisão, pelo foco em informações relevantes e inacessíveis (McDERMOTT, 2004 apud MORRELL, 2010), é importante: (i) suspender a ideia de que as emoções são progenitoras primárias e únicas de qualquer juízo fracassado e/ou inválido acerca da realidade e (ii) reconsiderar a possibilidade das emoções atuarem positivamente nos processos de construção de juízo acerca da realidade.

Os equívocos acerca das verdades do mundo não podem ser lidos exclusivamente sobre a égide da influência emotiva sobre a apreensão do mundo. Eles derivam, também, de nossa própria incapacidade de apreender a totalidade do mundo. Na ausência de uma onipotência, onipresença e onisciência acerca dos desdobramentos da realidade, podemos cometer equívocos diversos. Ansiamos por falar do mundo em sua completude, partindo de nossa pequenez e incompletude diante dele, o que pode gerar muitos ruídos e equívocos⁵⁸.

O ponto defendido nesta seção pode ser resumido da seguinte maneira: **o fato de que as emoções podem gerar distúrbios a uma apreensão mais confiável e válida acerca da realidade não é condição necessária para classificarmos emoções como entraves a qualquer conclusão acerca do mundo.** Apesar de elas serem passíveis de perturbarem o pensamento elas são podem ser classificadas como perturbadoras em si. Deste modo as emoções atravessam as razões e são indissociáveis delas. Nas palavras de Nussbaum (2003), os pensamentos também podem revelar-se como perturbadores por si mesmos. Uma classificação que dissocie razão da emoção desconsidera a capacidade epistêmica que atravessa a manifestação das emoções nos planos

⁵⁸ É possível que as emoções atuem como mecanismos que acusam a nossa incapacidade de uma leitura completa e totalizante da realidade que nos cerca.

da vida e que, novamente, reforça a necessidade do esforço aqui empenhado para compreender as emoções pelas lentes deliberacionistas.

O filósofo Charles Peirce apresenta, de modo sucinto, uma proposição capaz de ilustrar parte da capacidade epistêmica envolvida nas emoções: “De modo geral, sabemos quando é de nosso desejo formular uma pergunta ou formular um juízo, pois há diferença entre a sensação de duvidar e a de crer.” (PEIRCE, P. 76, 1877). O trecho da obra de Peirce ilustra um dos possíveis papéis das emoções no processo de transformação de nossas dúvidas em crenças. Não se trata, necessariamente, de considerar as emoções como a engrenagem transformadora das dúvidas em crenças, mas se trata de reconhecer uma capacidade sugestiva contida nas emoções: a capacidade de **apontar os instantes de estabelecimento de um conhecimento mais válido e confiável acerca da realidade.**

Tendo em mente, entre outras coisas, essa capacidade *motivadora e avaliadora* que atravessa as emoções é difícil desconsiderá-las de uma proposição teórica como a *deliberação* que pressupõe: (i) o interesse/motivação das pessoas em debaterem problemas amplos, (ii) a necessidade de as pessoas, a partir, dessa discussão ampliada, avaliarem o(s) melhor(es) argumentos apresentados. Isso não quer dizer que todos os desenvolvimentos em deliberação devam tratar dos atravessamentos das emoções, mas se trata de não se afastar a dimensão afetiva dos pilares que sustentam tal teoria.

2.2.3 A complexidade do processo emotivo

Muito do desinteresse pelas emoções no campo deliberativo pode ser explicado pela complexidade analítica do fenômeno: (i) o fenômeno possui dimensões *fisiológicas, psicológicas e sociais*; (ii) a compreensão do fenômeno pressupõe uma interdisciplinaridade muito demandante; (iii) como visto acima, as emoções possuem componentes observáveis e componentes não observáveis. Todas essas dificuldades encontradas no fenômeno emotivo, aliadas à histórica desqualificação da capacidade epistêmica contida nas emoções, transformam-

nas em terreno de habitação laboriosa⁵⁹. Vejamos estes pontos que revelam a complexidade das emoções de um modo mais detalhado.

(i) Não damos conta de compreender as emoções a partir, apenas, de uma perspectiva teórica.

Uma estratégia utilizada para ampliar nossa capacidade de apreensão do mundo, por diversos campos do conhecimento, foi a dissolução da complexidade aparente dos fenômenos com intuito de se descobrir leis elementares que regem o funcionamento do mundo (MORIN, 2005). É inegável a contribuição deste modelo para a apreensão da realidade, mas deve-se ter em mente que determinados fenômenos e/ou objetos não comportam tão bem a simplificação. Simplificar de maneira abrupta o fenômeno emotivo pode implicar a perda de dimensões cruciais para compreensão do que as emoções fazem no mundo, pois mesmo sendo verdade que os mecanismos das emoções são influenciados pela cultura e pelo aprendizado, sua constituição, também é fruto de características biológicas (DAMASIO, 1996). Isso não significa dizer que um trabalho, bem sucedido, acerca dos papéis das emoções deva se munir de todos os tipos de leitura possíveis sobre as emoções. Trata-se, contudo, de considerar que uma leitura unidimensional acerca das emoções não abraçará grande parte do que as emoções são e fazem em um contexto e/ou situação de interesse. Assim, se este estudo se propõe a realizar uma apreensão das emoções a partir de um contexto de debate é importante entender que a opção por uma abordagem mais psicológica e menos fisiológica, por exemplo, implicará perdas significativas do fenômeno de interesse, dado que seus atravessamentos fisiológicos, também, são elementares para compreensão de sua atuação no mundo. É importante estar ciente da multidimensionalidade intrínseca às emoções.

(ii) a compreensão do fenômeno pressupõe uma interdisciplinaridade não observada em grande parte da ciência moderna.

⁵⁹ No campo da filosofia o tema das emoções retorna com força através do trabalho de Robert c. Solomon (1976), *The Passions*.

Nas palavras de Edgar Morin (2005), faltam às ciências uma consciência de que o mundo é embaraçado demais para ser apreendido a partir de uma única abordagem. Nesse amontoado de nós que é o mundo, as ciências humanas não contam com uma consciência das propriedades físicas e biológicas dos fenômenos de natureza humana e as ciências naturais não se veem inseridas em uma cultura, em uma sociedade, em uma história que as envolve (MORIN, 2005). Faltam às ciências consciência dos princípios, ainda obscuros, que afetam suas aferições e proposições do mundo, princípios que poderiam ser revelados através de uma ampliação do olhar ou de olhares sobre o fenômeno de interesse. Pela ausência de um olhar mais amplo, capaz de captar um maior número de variações contidas dentro de um fenômeno, muitos elementos cruciais à compreensão de determinadas situações transformam-se em componentes residuais não captados pelos modelos preditivos da realidade. Abordagens mais interdisciplinares conseguiriam constituir modelos compreensivos da realidade mais complexos capazes de explicar esses componentes residuais; forma como, muitas vezes, as emoções são pensadas. É importante falar que mais complexo, neste caso, não é sinônimo de menos compreensível. Pois a capacidade de compreensão de um modelo explicativo da realidade tem forte associação com o quanto ele faz sentido na realidade. Podemos criar modelos simplistas, mas desconexos, da realidade, que ao final das contas apresentarão uma baixa capacidade explicativa. Assim, os desenvolvimentos que procuram compreender as intersecções entre emoções e política não devem se restringir à pesquisador_s da psicologia ou da ciência política, etc.. Pelo contrário, é de suma importância que tais construções sejam elaboradas em um ambiente multidisciplinar. Na medida do possível, essa interdisciplinaridade deve motivar as construções estabelecidas neste trabalho⁶⁰.

(iii) as emoções possuem componentes observáveis e componentes não observáveis.

⁶⁰ Por ser uma dissertação de mestrado dentro da ciência política esse estudo não possibilita um atravessamento tão forte de outras áreas. Mas na medida do possível procurou-se travar conversações com pesquisador_s de múltiplas áreas (filosofia, psicologia, psiquiatria, etc.) atuantes no campo das emoções.

Não seria equivocado dizer que as emoções envolvem: atividades no sistema nervoso central e periférico; alterações na expressão facial e na postura; alterações na atividade cognitiva e no conteúdo da atividade cognitiva; ativação ou inibição de ações comportamentais; e mudanças subjetivas no caráter da experiência (NIELSEN & KASZNIAK, 2007). O processo emocional é, assim, um amontoado de componentes observáveis⁶¹ e não observáveis, e isso propõe um grande desafio às pessoas que se interessam por estudá-las e/ou por entender seus impactos em contextos específicos. Se o estudo objetiva falar sobre o impacto das emoções em determinado contexto de interesse, é de suma importância, que este estudo forneça garantias de que o que está sendo capturado se trata das emoções. Mas como apontar a existência de emoções em um contexto em que sabemos que elas existem, mas em que não podemos aferi-las através da observação? Uma alternativa para o problema é a utilização de variáveis *proxy* que indicam, indiretamente, a presença dos componentes não observados no contexto⁶². Esse artifício é interessante, mas traz consigo dificuldades: (a) é necessário que a variável *proxy* seja correlacionada ao fenômeno de interesse; (b) ao apontar-se para uma variável *proxy*, pode-se estar apontando para outras direções, não desejadas do mundo, o que enfraquece a confiança e validade das nossas aferições com relação aos papéis desempenhados pelas emoções nos contextos de interesse⁶³.

⁶¹ Certos componentes das dimensões são até observáveis, mas exigem um aparato tecnológico complexo. Um bom exemplo de estudos que fazem uso de ferramentas computadorizadas para averiguação de componentes “não observáveis” das emoções é o artigo *Bodily maps of emotions* (NUMMENMAA et al, 2014). Em tal estudo distintas fontes de informação foram relacionadas para descobrir os padrões de estímulos corpóreos gerados por diferentes emoções.

⁶² Esse trabalho não parte da premissa levantada por autoras como Lisa Feldman Barrett (2006) de que as emoções não são entes físicos, mas sim estados conceituais. Aqui, acredita-se que tal objeto possui componentes passíveis de serem apreendidos pela empiria e componentes restritos a operações conceituais.

⁶³ Muito da carência de desenvolvimentos acerca dos atravessamentos das emoções nos mundos da vida, também é fruto de uma alocação das emoções em uma dimensão imaterial da vida. Essa alocação das emoções em uma dimensão impalpável levou a estruturação de uma crença na inviabilidade de averiguação material da mesma, dificultando a construção de um conhecimento descritivo e explicativo envolvendo as emoções (LECOINTRE, 2007). Isso levou, também, à concentração de grande parte das discussões envolvendo as emoções, entre os séculos XVII e XIX, para o campo da *metafísica*. Um dos primeiros trabalhos realizados com o intuito de capturar os atravessamentos materiais das emoções foi realizado pelo suíço Albrecht von Haller (1708—1777) em seu trabalho nomeado *Dissertações sobre as partes sensíveis e irritadas dos animais*, publicado no ano de 1752 (LECOINTRE, 2007).

2.2.4 Alargamento conceitual e o deslocamento conceitual

Ao afirmar-se a dimensão comunicável das emoções e uma consequente capacidade de provimento de explicações sobre os fenômenos do mundo, possibilitada por elas, torna-se necessária uma ampliação do que se compreende por formas de expressão deliberativas. Tal ampliação é potencialmente negativa para capacidade explicativa do conceito (SARTORI, 1970; COLLIER & MAHOUN, 1993). Vale lembrar que, para a força do conceito de *deliberação*, é essencial uma clara distinção entre formas de expressão *deliberativas* e formas de expressão *não deliberativas*. Caso contrário, podem-se ampliar tanto as práticas e/ou ações deliberativas, que todo o mundo se torna forma passível ou capaz de transportar um conteúdo de interesse para deliberação⁶⁴. Como bem assinalado por Mendonça (2011), neste movimento, “é preciso tomar a precaução [...] de estabelecer critérios definidores para que a deliberação não perca sua especificidade e se torne sinônimo de comunicação.” (MENDONÇA, 2011, p.213). **Mas, se ampliação da capacidade explicativa do conceito é realizada com intuito de captar um maior número de manifestações relevantes, ele não se enfraquece, sendo readequada para que cumpra seus reais propósitos.**

Outro risco existente em operações conceituais realizadas em ciências sociais reside no deslocamento de um conceito para outro cenário e/ou época. Sartori (1970) definiria esta operação como *conceptual traveling*. Ao realizá-la, muitas das vezes, pesquisadores(as) não têm consciência de que um conceito que faz muito sentido para determinado fenômeno, em determinada época, pode ser ineficaz para explicar fenômenos de outro período. Nossa conceituação de riso e choro, por exemplo, não significa a mesma coisa para qualquer cultura em qualquer época (VINCENT-BUFFAULT, 1988). O que o riso e as lágrimas são capazes de retratar, é passível de mudanças ao longo do tempo e em diferentes contextos. **Em termos práticos, deve-se ter em mente que determinadas conclusões acerca dos papéis desempenhados pelas emoções no debate público, são sujeitas a alterações, dado o avanço e/ou recuo para outras**

⁶⁴ Quanto menor o poder discriminatório do conceito mais ele é capaz de explicar tendências no mundo, mas com o custo de apresentar uma menor capacidade de apuração.

épocas, dada a inclusão e/ou exclusão de pessoas provenientes de distintas culturas no processo deliberativo analisado. Esse viés de cultura e época dificulta, também, a inserção das emoções na teoria deliberativa.

2.2.5 A restrição da política à terra pública e do afeto ao privado

Outro ponto que também pode afetar a ausência de retratações mais minuciosas das emoções dentro dos desenvolvimentos em deliberação está associado às frequentes associações realizada entre *política/vida pública* e *afetos/vida privada*. Para além de um apagamento da dimensão política existente na vida privada, criticada pelos desenvolvimentos feministas, por exemplo, essas associações, quando realizadas, reduzem as possibilidades de interpretação das emoções na vida pública e conseqüentemente impossibilitam a retratação dos afetos enquanto componentes atuantes na vida política. Isso não significa dizer que a dimensão emotiva se expresse apenas no lar, mas significa dizer que é possível ler as emoções pelas lentes da política, a partir do momento em que se lê a política no lugar em que se imagina que as emoções habitam. Aqui, não se definem as emoções como privadas, mas considera-se que esta associação entre emoção e o privado, consorciada a uma interpretação de política e vida pública, potencializa, ainda mais, o apagamento da dimensão afetiva da política. A título de exemplo dessas associações, podemos citar as construções de Aristóteles em sua obra *A Política*, perspectiva retomada por Hannah Arendt em *A Condição Humana*.

Apesar da atenção desdobrada ao fenômeno emotivo por parte da deliberação, e ainda que seja costumaz a associação entre *política/vida pública* e *afetos/vida privada*, é possível observar desenvolvimentos em outras sub-áreas da teoria política acerca de possíveis efeitos das emoções sobre os processos da vida política. É claro que as construções realizadas em outras subáreas não são integralmente esclarecedoras quanto aos possíveis efeitos das emoções sobre a deliberação, por uma simples questão de diferenças constitutivas entre tais áreas. No entanto, elas podem fornecer alguns *insights* para que desenvolvamos nosso percurso.

2.3 Pontuações acerca das emoções na política

Apesar de a dimensão emotiva da vida ser pouco trabalhada na teoria deliberativa, ela é atravessada por reflexões, ora tímidas ora ousadas, de outras correntes formadoras do que conhecemos por pensamento político Ocidental. Pensadores como Maquiavel e Tocqueville, por exemplo, já consideravam a necessidade de se atentar à dimensão emotiva da vida *para uma reflexão e/ou realização política de êxito*. Maquiavel alertava o príncipe sobre riscos de ser odiado pelo povo, sensação que aos olhos do autor, seria força motriz das conspirações contra o reinado do príncipe. Tocqueville, por sua vez, não restringiu suas considerações políticas a uma gestão racional dos interesses. O autor deixa claro, em sua célebre obra *A Democracia na América*, que são três as instâncias responsáveis pelo regimento da ordem social, sendo elas: as paixões, os interesses e a ordem social.

É importante ressaltar que mesmo fora da teoria deliberativa, o pensamento político encontrou e encontra dificuldades para incorporar o tecido emotivo da vida em suas formulações teóricas⁶⁵. Apesar da ontologia fria e desencarnada que paira sobre o pensamento político Ocidental (BOQUET & NAGY, 2008; PROCHASSON, 2005), contudo, há diversos esforços para vestir a política e o político⁶⁶ com uma malha afetiva. Esta seção presta-se ao trabalho de expor, na medida do possível e assumidamente com inúmeras lacunas, alguns destes momentos e apontar o quanto eles podem jogar luz na compreensão das emoções em um contexto deliberativo. Mesmo que estas outras reflexões não se concentrem, necessariamente, sobre o momento público do debate, elas são interessantes aos propósitos aqui desenvolvidos, pois **são uma tentativa de compreensão das emoções na dimensão política da vida**.

⁶⁵ “Se, agora, os historiadores começam a conhecer melhor os mecanismos simbólicos que impulsionam a vida política, como mostra o crescente aparecimento de trabalhos consagrados aos rituais políticos (manifestações, funerais, viagens presidenciais, protocolos, etc.), ainda são poucas as tentativas de se estudar os motores emocionais destas práticas, e mesmo os fenômenos de apropriação ou de recepção de que são objeto.” (PROCHASSON, 2005, p. 309-310).

⁶⁶ Uma dificuldade encontrada em incorporar as emoções dentro do *político* e da *política*. Aqui compreende-se *político* como tudo aquilo que é passível de ser pensado em tal campo filosófico/científico, e *política* como a dinâmica ordinária dos objetos/fenômenos compreendidos e analisados como *políticos*.

Vale lembrar que a visão negativa que certas perspectivas têm acerca das emoções no âmbito político não é condição suficiente para refutar a capacidade contributiva que estas correntes têm para compreensão das emoções no âmbito da democracia deliberativa. Dado que este estudo não assume a manifestação pública das emoções como necessariamente positiva, revisitar óticas que avistam as emoções como algo estritamente negativo é também importante. Tais perspectivas podem auxiliar na clara compreensão dos impactos da expressão de opiniões sobre a deliberação. Para além disso, essa seção serve para demonstrar a importância das emoções para política, desmascarando a premissa de que as emoções deveriam ser fenômenos exclusivos da psicologia.

2.3.1 Grécia Antiga: Platão e Aristóteles

Antes de adentrar o pensamento de Aristóteles e Platão acerca das emoções, é importante justificar os motivos de se acessar ideais elaboradas há mais de dois milênios. Como bem alertado pelo filósofo Luiz Henrique Lopes dos Santos⁶⁷, ao falar da atualidade do pensamento dos gregos, o tempo da filosofia não é cumulativo como o da ciência. Na ciência, é mais usual aceitar uma superação de determinados paradigmas do conhecimento; na filosofia, isso não ocorre da mesma maneira e constantemente se retomam perspectivas incendiadas anteriormente. Assim, propor-se a entender Platão e Aristóteles é entender um pouco de nós hoje, dado que constantemente retomamos o legado deixado pela farta obra destes autores.

É importante identificar, de saída, as tensões existentes entre Platão e Aristóteles, pois elas são capazes de sintetizar muito das aflições que permeiam a consideração das emoções no pensamento político desenvolvido hoje no Ocidente. Entre a desilusão da vida pública, que permeia o pensamento platônico, e a potência da vida cívica, que atravessa a base aristotélica, estruturam-se distintas perspectivas quanto à capacidade das emoções atuarem sobre a constituição de um bem viver na terra.

⁶⁷ Luiz Henrique dos Santos é professor senior do departamento de filosofia da Universidade de São Paulo e compõe um projeto que busca compreender a atualidade do pensamento grego hoje. O projeto é coordenado pelo professor Marco Antônio de Ávila Zingano e conta com um investimento de R\$ 379.440,00.<http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/10/106-109_filosofia_200.pdf?b7728f> acessado dia 11 de Novembro de 2015.

Ao nos debruçarmos sobre a perspectiva de Platão acerca das emoções, percebemos uma descrença com a capacidade das emoções em figurar como mecanismo de realização dos juízos sobre o mundo. No *Fedro*, emoções como ira e medo são tratadas como movimentos irracionais dos seres que necessitam ser domados pela razão. O autor trabalha isso através da metáfora dos cavalos e do cocheiro, quando associa as emoções aos cavalos, que necessitam de domínio, e a razão ao cocheiro, que as doma. Ao descrever sua crença acerca das influências das emoções sobre a vivência humana, o pensador grego não as considera como meros impulsos incontroláveis. Pelo contrário, para Platão, as emoções “forneceriam uma força motriz que deveria ser canalizada ao longo da vida. Afinal, sem cavalos, a habilidade do cocheiro seria inútil.” (JAGGAR, 1997, P. 157).

Esta necessária submissão das emoções à razão fica evidente na maneira hierarquizante que Platão interpretava a alma humana. Platão lia a alma humana em três níveis, de modo que, no nível mais elementar, estaria situado o princípio da vida, sem percepção, memória ou desejo (MARTINS, 1995). No segundo nível, a alma revela, conforme o pensamento platônico, o seu lado mortal e passageiro estruturado sobre as paixões, sensações e vontades. Este segundo nível é dividido em dois outros subníveis: o mais baixo se forma pelos apetites e luxúria, e o mais alto constitui-se pelas emoções. No terceiro, e mais nobre nível, situa-se a parte imortal da alma constituída pela razão. Na perspectiva do autor é pelo desenvolvimento deste último nível da alma que se constitui uma boa vida política, *polis*, entre os cidadãos *polis*.

Em a *República*, Platão mantém a leitura das emoções como entraves à boa vivência dos seres humanos. “Tem-se a compreensão de que o ser humano, entregue às paixões, possivelmente sofrerá a interferência da força de seus sentimentos quando exigida uma conduta racional e ética junto à cidade.” (MENESCAL, 2009, p.81). Apesar da força motriz associada às emoções, no *Fedro*, Platão apontava que a manifestação das emoções na vida política poderia ser prejudicial à constituição de um bom regime de governo, que deveria ser estabelecido, exclusivamente, pelas vias da razão. Durante o diálogo estabelecido em A República, Platão faz admoestações acerca de práticas que

incitavam a manifestação de certas emoções nos habitantes da *polis*, e a necessidade de serem evitadas⁶⁸.

Platão temia o desvirtuamento dos cidadãos pela utilização de palavras que faziam referência à experiência da morte e a um possível sofrimento após a vida, gerando medo. Para o autor, a boa governança estaria assentada sobre o estabelecimento da razão obtida pela *paidéia* (educação), capaz de levar os cidadãos a domar pulsões emocionais que motivariam a realização de atos não virtuosos, destituidores da moral e da ética balizadora da boa vivência. Para Platão⁶⁹, não seria interessante observar um envolvimento das emoções no processo de formulação de juízos acerca da realidade. Emoções não contribuiriam para o processo de julgamento moral realizado pelos seres humanos. O autor dá margens, todavia, para que se pensem as emoções como combustíveis que fomentam o engajamento, a continuidade e a abstenção dos indivíduos dos processos de debate público de questões. As emoções fomentariam, ainda, a entrada de um indivíduo em um debate, propondo o que ainda não foi proposto, rompendo com uma homogeneidade de perspectivas apresentadas. Mas, talvez, a principal hipótese que se retire do pensamento platônico é de que as emoções revelam-se como um embargo ao estabelecimento da *Razão Pública*⁷⁰, razão essa que é importante para o estabelecimento da deliberação. Platão não confere às emoções um elevado potencial político, mas apesar disso suas construções podem auxiliar na construção de boas hipóteses acerca das afetações das emoções nos processos de debate público.

⁶⁸ “— Devemos também rejeitar todos os nomes odiosos e medonhos a respeito destes lugares: “Cocito”, “Estígio”⁶⁸, ‘habitantes do inferno”, “espectros’ e outros da mesma espécie que causam arrepios a quem os ouve. Talvez sejam úteis para outras finalidades, mas nós tememos que os nossos guardiões, por causa de tais arrepios, fiquem com febre e enfraquecidos.” (*A República*, PLATÃO, Livro III).

⁶⁹ “Platão, seguindo Sócrates, defendia que a origem do Intelecto, estava na alma. A alma era uma substância simples e indivisível, eterna, possuidora da verdade, princípio de todo o movimento, capaz de reminiscências de existências anteriores, nunca se decompondo. Sua ligação com o corpo era de aprisionamento estando nele por uma espécie de decadência e assim buscando a purificação e a libertação. A tarefa da alma era superar as ilusões das impressões sensoriais e vencer as seduções do corpo para que fossem avivadas suas reminiscências.” (GOMES, *sem data*) Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/cogvila/dischistoria/Gomes3.pdf>.

⁷⁰ Conceito cunhado por John Rawls, que apesar de não ser aceito pelo campo como um deliberacionista, registra grande influência sobre as produções do campo (MENDONÇA, 2009).

Já em Aristóteles encontramos um importante desenvolvimento envolvendo o estudo das emoções na vida política. Em seus tratados acerca da retórica, o autor⁷¹ nos fornece “a mais antiga descrição sistemática das emoções que conhecemos” (KONSTAN, 2001, p.60). O filósofo não tratava as emoções como um mecanismo irrisório a ser negado em nossas reflexões acerca da vida política. Pelo contrário, Aristóteles considerava as emoções importantes para compreensão de vários aspectos da política, incluindo a *retórica* e a *motivação dos seres humanos para a ação política* (SOKOLON, 2006). A abordagem aristotélica das emoções não suporta a ideia de uma excelência da vida humana a partir do aniquilamento e/ou constrangimento das emoções. Para o autor, as emoções seriam um aspecto crucial à constituição da *virtude* humana⁷², e consequentemente da criação e estabelecimento de bons regimes políticos.

Para Aristóteles, a relação entre emoção e razão não é equiparável a uma relação tirânica entre senhor e escravo, mas sim a uma relação de orientação familiar similar à existente entre pais e filhos. Nesse tipo de relação, as crianças não obedecem aos pais pela existência de uma força bruta que as coage; elas os obedecem por terem uma capacidade de decisão menos desenvolvida que a dos adultos. Assim, também seria a alma, uma constante interação entre emoção e razão, em que ambas funcionam juntas, em harmonia, no processo de tomada de decisão e ação (SOKOLON, 2006).

O pensador, que colocou a capacidade discursiva dos seres humanos como algo basilar para constituição da vida em sociedade⁷³, escreveu dois distintos tratados acerca da elaboração discursiva: *A Retórica* e *A Poética*. Em *A Retórica*, Aristóteles preocupa-se com o fazer comunicativo, realizado publicamente, com intuito de convencimento e/ou persuasão, atentando-se para o impacto das emoções nesse processo. Já em *A Poética*, Aristóteles foca seus esforços em uma potência imaginária dos seres, atentando-se para a elaboração discursiva realizada com fins poéticos e literários.

⁷¹ “Depois de Aristóteles foram os estóicos os que mais se dedicaram à descrição e taxonomia das paixões, que agruparam sob quatro grandes gêneros: prazer, dor ou pesar, desejo e medo.” (KONSTAN, 2001, p.60).

⁷² Pode-se aqui compreender *virtude* como *ethos* humano.

⁷³ O que o aproxima da teoria deliberativa.

O pensador grego acredita que, de algum modo, todas as pessoas se ocupam da ordem discursiva da vida⁷⁴, pois “todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento⁷⁵, defender-se ou acusar⁷⁶” (ARISTÓTELES, 2005, p.89). Nesses momentos de argumentação, defesa e/ou acusação, as pessoas necessitam fazer valer seu posicionamento frente ao mundo, seja (i) pela qualidade epistêmica de seus argumentos, seja (ii) pela maneira de expor e manter os argumentos no debate. Para Aristóteles, a retórica se ocuparia, em grande medida, do segundo momento citado. Seria ela “a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada” (ARISTÓTELES, 2005, p. 96). A retórica seria a capacidade de descobrir o modo de fala mais adequado à persuasão da audiência, ferramenta essa que protegeria a verdade de possíveis derrotas em um processo de debate⁷⁷.

Para o autor, existiriam três meios para persuasão de um ouvinte, por parte do orador, através do discurso. Seriam eles os derivados do carácter moral do orador (*ethos*); os associados à emoção despertada pelo orador nos ouvintes (*pathos*); e os originários do uso de argumentos mais próximos da verdade (*logos*). *Pathos para Aristóteles* seria a coisa acompanhada de dor e prazer como a raiva, ódio, amor ou compaixão. Para Aristóteles, persuade-se pelo *ethos* ou pelo carácter quando o discurso é dito de tal modo que sinaliza certa dignidade ou probidade do falante. Pessoas honestas passam uma maior confiança, principalmente em situações em que não se tem muito conhecimento, disponível, acerca do assunto falado. Contudo, é necessário que a confiança seja resultado do discurso proferido, não de uma avaliação do orador que anteceda o momento da fala⁷⁸. Ao se persuadir pela apresentação da verdade, ou daquilo que mais se aproxima da verdade, Aristóteles considera que o orador mobiliza o caminho do *logos*. Quando os ouvintes são conduzidos a sentir emoção através do

⁷⁴ Ordem responsável pela mediação da vida política para o autor.

⁷⁵ Assim como realizado no campo da dialética.

⁷⁶ Assim como realizado no campo da retórica.

⁷⁷ A retórica apresentada por Aristóteles se aproxima com maior força de um compromisso com a verdade, quando comparada com os desenvolvimentos retóricos realizados por Sofistas clássicos como Górgias. Diferente da retórica apresentada pelos Sofistas, como Górgias, Aristóteles fazia a defesa de uma retórica que se estabelece sobre provas, compreendendo-se por prova um tipo de demonstração discursiva ao alcance do orador

⁷⁸ “É porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para persuasão a probidade do que fala” (ARISTÓTELES, 2005, P. 96).

discurso proferido, considera-se que eles estão sendo persuadidos pela via do *pathos*: “Persuade-se pela disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam conforme sentimos tristeza ou alegria, amor ou ódio” (ARISTÓTELES, 2005, p. 97).

Desse modo, as emoções, ou *pathos*, seriam um domínio capaz de alterar os juízos dos seres humanos acerca dos discursos proferidos no mundo. Um discurso bem encadeado logicamente, proferido por um orador confiável, pode registrar distintas avaliações da plateia, dada a atuação das emoções⁷⁹. Ao fazer estas considerações acerca da dimensão emotiva, Aristóteles considera o potencial epistêmico que reside nas emoções, não as tratando como uma engrenagem, necessariamente, prejudicial ao processo de avaliação e julgamento do mundo, mas como componente a ser considerado nesse processo de acesso à verdade através do discurso. Atualizações do legado Aristotélico têm apresentado a influência do *pathos* sobre o *ethos* no processo discursivo (EGGS, 2008; AMOSSY, 2008; PLANTIN, 2005 apud SOKOLON 2006). Trata-se de considerar que as condições emotivas das pessoas que escutam a fala de alguém afetam a “confiabilidade” registrada na fala deste alguém. Algo que, para autoras como Marlene Sokolon (2006), já estaria contido no cerne dos desenvolvimentos teóricos aristotélicos.

Apesar de Aristóteles considerar a existência de um *logos* capaz de atravessar a prática retórica, ela é muita das vezes “concebida como uma maneira de produzir convicção em uma audiência, sem necessariamente mobilizar conhecimento” (ONEILL, 2002, p. 253). Isso faz com que sua aceitação no campo deliberativo ocorra entremeio um chão de dúvidas e suspeitas para com suas potencialidades para estruturação de um debate público significativo. Autoras e autores que fazem a defesa da retórica, e de outras formas comunicativas, como possíveis à deliberação (CHAMBERS, 2009; DRYZEK, 2010) abrem um flanco para considerações das emoções no processo de debate público. Pois, como apresentado na perspectiva aristotélica, o *pathos* revela-se como uma das três dimensões fundamentais aos estudos da retórica. Aceitando-

⁷⁹ Normalmente traduzidas por paixões.

se a premissa de que a deliberação comporta uma argumentação não centrada exclusivamente na racionalidade (MARQUES & MAIA, 2008), abre-se a possibilidade de incorporação das contribuições de Aristóteles na compreensão das emoções no processo de formulação de juízos frente os argumentos expostos⁸⁰ em um processo de discussão pública.

As emoções podem ser lidas, assim, como **engrenagens fundamentais à reflexão crítica e aos juízos frente os argumentos expostos em cena pública**. Se a regra básica da democracia deliberativa é de que os encaminhamentos dos problemas de interesse amplo “sejam justificados no debate público entre cidadãos livres e iguais, prevalecendo a força do melhor argumento” (WERLE, 2004, p.139), as emoções (a) revelam-se uma dimensão crucial à consideração, avaliação e/ou legitimação dos argumentos expostos no debate. Isso implica dizer que uma mesma pessoa exposta a um mesmo argumento em condições emocionais distintas poderá assumir diferentes níveis de concordância, assimilação e/ou resposta ao argumento exposto.

Para além dos desenvolvimentos gregos, é importante fazer um ponderação sobre reflexões realizadas na Idade Média acerca do tema. No período, registraram-se esforços para organização de uma filosofia cristã capaz de explicar com maior integridade e menor dubiedade a experiência humana na terra. Nesse contexto, as reflexões sobre emoções ocorreram com mais propriedade através de pensadores como Agostinho de Hipona (século IV) e Tomás de Aquino (século XIII), passando por autores como Guilherme de Ockham (século XIV) e Marsílio de Pádua (século XIV). Esses autores se deram

⁸⁰ Dos poucos estudos que registrados no campo acerca das emoções, grande parte, se debruça sobre as emoções a partir deste caminho. Isso porque, como bem observado por William Reddy “essa dimensão performática, da qual os melhores atores políticos têm perfeita consciência, visto que estabelecem os limites de seus discursos em função dos efeitos que pretendem produzir, para além do que querem dizer. Assim, afirma Reddy, em uma perspectiva muito geral, ao se declarar um sentimento, podese visar à produção de um efeito no próximo, que se dá não apenas pela palavra, mas também através de outros tipos de encenações, como os sorrisos, o pranto, etc. Este efeito pode ser também auto-persuasivo: se a confissão nem sempre reflete a verdade, ela pode ter conseqüências sobre aquele que a pronuncia, revelando-lhe, precisamente, uma verdade ou uma mentira (em te dizendo que te amo, me dou conta se te amo ou não, independentemente do que senti, antes de afirmá-lo nesta confissão” (REDDY, 2000 apud PROCHASSON, 2005, p. 313)

ao trabalho de refletir o que seria um caminho ideal a ser trilhado para que um ser humano alcance a revelação ou experiência de existência plena.

Agostinho em suas reflexões acerca da origem do pecado associava o surgimento da transgressão aos momentos de submissão da razão às paixões terrenas. O filósofo acreditava que, antes da queda dos seres humanos⁸¹, corpo e alma se encontravam em atividade harmônica. Após o declínio, essas partes formadoras do ser humano se enlaçaram em constante desarmonia. Neste enlace conflituoso, a alma seria dotada de uma substância capaz de controlar o corpo nomeada por razão⁸² (AGOSTINHO, 1995). Para o autor, a melhor parte dos seres humanos estaria assentada na alma, apesar de todo o ser humano só existir na junção entre corpo e alma⁸³ (AGOSTINHO, 1996); uma crença que coloca Agostinho bem próximo do legado platônico. Já Tomás de Aquino tomou um rumo um pouco distinto ao tratar as emoções como um engrenagem envolvida no processo de desenvolvimento dos seres humanos (SANTIN, 2009). Para Tomás de Aquino as paixões, ou emoções, poderiam auxiliar ou prejudicar os seres humanos na realização de seus projetos morais, uma postura que foge do que até então, usualmente era feito; na medida em que o autor não citava as emoções como embargo, inquestionável, ao sucesso de qualquer proposta moral.

Essa perspectiva foi também defendida por René Descartes, representante da modernidade, séculos mais tarde em suas obras *O Tratado do Homem e as Paixões da Alma*⁸⁴. Sabendo que até meados do século XVII o poder da igreja

⁸¹ Compreendido como momento de desobediência dos preceitos divinos por Adão e Eva, relatado no livro da Gênese judaica e cristã.

⁸² “Não encontro outra coisa. Pois é no espírito que reside a faculdade pela qual nós somos superiores aos animais. E se eles fossem seres inanimados, eu diria que nossa superioridade vem do fato de que possuímos uma alma, e eles não. Mas acontece que também eles são animados. Contudo, existe alguma coisa que, não existindo na alma deles, existe na nossa, e por isso acham-se submetidos a nós. Ora, é claro para todos que essa faculdade não é um puro nada, nem pouca coisa. E que outro nome lhe daríamos mais correto do que o de razão” (AGOSTINHO, 1995, p.44).

⁸³ “Porque o homem não é só corpo ou apenas alma, mas o que é constituído de alma e de corpo. Esta é a verdade: a alma não é todo o homem, mas é a melhor parte do homem; nem todo o homem é o corpo, mas a porção inferior do homem; quando as duas estão juntas, temos o homem” (AGOSTINHO, 1996, referenciar página)

⁸⁴ Vale ressaltar que apesar dessas aproximações Agostinho e Descartes registram uma diferença basilar relacionada ao conceito de Razão. Agostinho não vislumbra como possível o afastamento da razão da fé, enquanto em Agostinho a existência ainda era condicionada por um ente superior capaz de propor criar os seres humanos, em Descartes essa condição de existência se assenta na dimensão do pensamento. O

não se via claramente separado do poder do Estado, essa matriz, ou melhor dizendo, essas matrizes do pensamento cristão em muito influenciaram a formulação do pensamento político Ocidental. Mesmo autores que foram importantes para a separação entre religião e política, como Maquiavel e Locke, elaboram construções normativas para o funcionamento da vida política muito influenciadas por premissas cristãs.

2.3.2 Pensamento político na Idade Moderna

Ao adentrarmos o pensamento político clássico representado pela figura de autores como Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Tocqueville, atuantes entre os séculos XVI e XVIII, percebemos algumas pontuações interessantes à assimilação das emoções no campo da política. Maquiavel, em meio às suas preocupações com o estado e sua visão dura e cautelosa acerca do universo do poder, apresentou breves, mas interessantes, conselhos relacionando emoções à efetivação de um bom governo.

Em suas construções teóricas, Maquiavel não vislumbrou o ser humano como um ser propenso a realizar o bem. Antes disso, estruturou sua teoria política considerando os humanos como seres egoístas, voltados para a ambição, inveja e vontade de dominação⁸⁵ (CARDOSO, 2010). Sua visão, muito comum entre formuladores do pensamento político clássico, prevê pessoas calculistas e pouco propensas à cooperação (PROCHASSON, 2005). Neste contexto, e tendo em vista o objetivo de manutenção da república, Maquiavel situava nos governantes a responsabilidade por organizar a sociedade de modo a evitar sua auto-destruição (CARDOSO, 2010). Ele assinalava que a governança para ordenação e preservação da sociedade não se instituiria apenas pelo uso bruto da força e da violência, dependendo de um uso *sapiente e bem orientado* da força (MAQUIAVEL, 2010).

“Penso, logo existo” retratado pelo autor é a síntese deste movimento em que o pensar é o movimento que lança os seres no plano da realidade. Para Agostinho a razão ainda não detinha essa potência se separada da fé, para o autor se o espírito se afasta das verdades da Sagrada Escritura “ele cai no abismo da ignorância, das conjecturas pessoais, no ceticismo de um mundo sem criador.” (ROSENFELD, 1996, p.18)

⁸⁵ Uma ontologia dos sujeitos muito próxima da que foi desenvolvida por Thomas Hobbes anos mais tarde.

Muito da prudência no uso da coerção se assenta sobre a capacidade do governante de fazer uma leitura do solo emotivo que estrutura a vida da sociedade governada: “Todavia o príncipe deve inspirar temor de tal modo que, se não puder ser amado, ao menos evite atrair o ódio, já que é perfeitamente possível ser temido sem ser odiado” (MAQUIAVEL, 2010, p.103). Para Maquiavel, o ódio representaria a centelha destrutiva da governança. Um príncipe que não atenta para esta dimensão estaria fadado ao fracasso. Caberia ao governante distanciar-se do ódio, evitando atitudes que atentam contra o bem ou contra a honra dos cidadãos que estão sob seu governo.

Ao olharmos para obra do contratualista Thomas Hobbes, vemos uma teoria política que também interpreta o ódio e o medo enquanto sensações importantes ao terreno da política. Para Hobbes a condição humana estaria assentada na guerra de uns contra os outros, cada um governado pelos seus próprios interesses. Daí a necessidade de estabelecimento de contratos sociais capazes de nos proteger de uma inclinação natural à destruição do outro. O contrato instituiria convenções capazes de conter a predisposição ao ódio existente na humanidade: “Por isso, quando não existe um poder comum capaz de manter os homens numa atitude de respeito, temos a condição do que denominamos guerra: uma guerra de todos contra todos” (HOBBS, 2009. p.95). E o sucesso do estado estaria na capacidade dele despertar o *medo* nos indivíduos: uma emoção capaz de frear a capacidade acional dos indivíduos frente ao mundo, algo crucial à suspensão do estado de guerra, dado que o indivíduo freia suas pulsões frente à ameaça de punição estatal.

A descrição do estado enquanto um *leviatã*, um ente de força maior que porta o cetro, signo do poder eclesiástico, e a espada, símbolo do poder civil, e é fruto da compactuação de todos, não se dá em um vazio. Ao descrever o Estado enquanto *leviatã*, aglutinador de um poder eclesiástico e civil, Hobbes procura encontrar a imagem mais exitosa para despertar a sensação de medo, horror e temor nos indivíduos que estão sob sua tutela. Enquanto Maquiavel retratava o ódio como obstáculo maior à instituição da governança de um povo, Hobbes estruturaria o fracasso da governança em cima da inexistência da sensação de medo frente à figura do Estado. Apesar de Hobbes, também, não constituir uma

organização aprofundada das afetações das emoções sobre os processos de governo, é notória a importância conferida ao medo em sua malha teórica.

Tanto para Maquiavel quanto para Hobbes, as emoções seriam caminho e termômetro para realização e monitoramento do exercício do poder. **Poderíamos associá-las, nestes casos, a um indicador de boa governança e de legitimidade dos processos desempenhados pelo estado.** Essa dimensão pode ser interessante à compreensão dos possíveis papéis das emoções no contexto deliberativo, na medida em que as emoções podem indicar: a existência ou não de mecanismos coercitivos no debate, dado que manifestações como grito, ira e/ou choro são capazes de sinalizar a indignação dos sujeitos em relação a algum desimpedimento e/ou constrangimento existente no contexto de deliberação.

Ao caminhar para as contribuições de outro pensador jusnaturalista⁸⁶, John Locke, vemos uma perspectiva sobre a relação entre emoções e governança que difere da apresentada por Maquiavel e Hobbes. As emoções, tratadas sobre o espectro das paixões, seriam, para Locke, um estrave à constituição de uma apreensão confiável acerca da realidade. Em linha distinta, Rousseau apresentou em seus desenvolvimentos uma interessante relação entre emoções e política. Em seu projeto para identificação dos prejuízos causados aos seres humanos pela convivência em comunidade, as emoções ocupam um papel fundamental para proposição da boa vida e para classificação dos infortúnios que afetam a harmonia social, representando o “sustentáculo fundamental da ética construída em Rousseau” (ESPÍNDOLA, 2007, p. 346). Em *Emílio*, um tratado sobre educação e formação cidadã, Rousseau propõe uma crítica aos ensaios individualistas e racionalistas que emergiam em sua época chamando atenção para importância do coletivismo e dos sentimentos patrióticos na constituição do bem viver (ROUSSEAU, 1982), ponto também é defendido por pensadores como Montesquieu e Tocqueville. Rousseau, também, não negaria uma consorciação entre razão e emoção no processo de interpretação e permanência dos indivíduos no mundo. Para o autor, um indivíduo deve ver por

⁸⁶ Formulações teóricas jusnaturalistas são aquelas que partem de um *estado de natureza* para o *estado civil* a partir da mediação de um *contrato social* (MELLO, 2000).

seus olhos, sentir por seu coração e governar-se pela sua razão na consecução de sua orientação do mundo. Trata-se de uma tríade que envolve a captura, a sensação/avaliação e o processamento do mundo a ser vivenciado. Sobre o constante movimento desta tríade, estaria assentado, na perspectiva rousseauiana, o cumprimento da liberdade humana (ESPÍNDOLA, 2007). Assim, o ser humano institui e operacionaliza sua liberdade na constante consulta da sensação/emoção de si mesmo, dado que é através da leitura das emoções que os seres constituem os estímulos e os limites às suas ações, construindo, assim, o solo moral balizador das realizações possíveis no mundo⁸⁷. Para Rousseau, as emoções ainda podem ser lidas como um instrumento de demarcação dos limites da ação política⁸⁸, na medida são o sustentáculo da ética.

Os olhares de autores como Rousseau, Montesquieu⁸⁹ e Tocqueville acerca das emoções revelam uma aproximação entre emoções e adensamento e/ou manutenção de uma comunidade política. **Para a manutenção da comunidade democrática, seria necessário um apreço emotivo pelas (i) ideias aglutinadoras da nação/pátria e (ii) pelos conceitos que alicerçam a democracia.** Para os autores, as emoções estariam intrinsecamente ligadas ao estabelecimento de uma vida pública vívida, em que as pessoas se reconhecem mutuamente como interlocutores possíveis, responsáveis por um plano de vida, *público*, que excede suas individualidades. Tais pontuações teóricas possibilitam dizer que a democracia, antes de um desenho institucional, é um sentimento. Isso dá margens para pensar-se que para o estabelecimento de processos

⁸⁷ Aqui não se desconsidera os limites institucionais impostos aos indivíduos, mas mesmos estes limites são efetivos dado uma avaliação emotiva da instituição que possibilite o respeito dos ordenamentos.

⁸⁸ Vale ressaltar que os *limites da ação política* são distintos dos *limites políticos da ação*. Enquanto os *limites da ação política* são definidos por uma base moral constituída pelo espírito da época, *zeitgeist*, de um povo os limites políticos da ação estariam mais associados aos limites impostos pelo jogo de forças e estratégias vigentes em determinado contexto. Isso não significa dizer que estas duas dimensões estão completamente separadas na realidade.

⁸⁹ Porém Tocqueville apresenta uma diferença basilar em relação a Montesquieu: o autor não demarcou com tanto afinco a associação dos sentimentos patrióticos a um modelo republicano de democracia. Montesquieu, ainda realizara uma equivocada associação entre paixões e os povos do sul, que como alertado por Pierre ansart (1983), trata-se de um argumento eurocêntrico evolucionista que associa os povos do norte a um ideal de racionalidade e abstração elevado que deve ser alcançado, em uma escala de desenvolvimentos pelos povos do sul envoltos malha emotiva de capacidade de abstração reduzida. Estava nessa premissa um dos motivos que levam Montesquieu a crer na inviabilidade de instauração da república em povos do sul.

deliberativos, seria necessário, para além de outras coisas, uma certa afeição pelo debate. O sucesso da deliberação não é fruto, apenas, de uma estrutura organizacional do debate, como os apresentados por Archon Fung (2004), mas trata-se, também, de um sentimento criado e mantido pelo/para o processo (BURKHALTER et al. 2002). Talvez a ausência deste sentimento de enternecimento pelo debate público explique muito da abstenção no processo de discussão.

Immanuel Kant⁹⁰, por sua vez, faz um contraponto ao projeto ético de Rousseau. Kant foi um autor que também se viu imerso no drama da revolução francesa, e buscou, através de uma filosofia moral baseada em uma dignidade individual, reatar a sociabilidade e a paz dilacerada naquele contexto, dando, ao menos em termos ideais, uma forma racional a esta nova Europa plebeia e “individualista” que surgia na virada do século XVIII para XIX (ANDRADE, 2006). Esse projeto político e moral constituído por Kant considera as emoções como manifestações incapazes de: orientar o dever moral dos cidadãos (BORGES, 2012); e de instituir a liberdade dos seres. A moralidade para Kant se beneficiaria da extirpação das emoções de seu processo construtivo, algo claramente expresso na introdução da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*: “Moderação nas emoções e paixões, autodomínio e calma reflexão são, não somente boas [...], mas parecem constituir até parte do valor íntimo da pessoa” (KANT, 2007, p.22).

É óbvio que outros autores cruciais, elementares ao período realizaram desenvolvimentos que possibilitam pensar a emoção, a política e seus atravessamentos. No entanto, creio que os autores aqui levantados para o período servem de amostra e exemplo para compreender-se o tom das afirmativas da época.

⁹⁰ Para Kant (2007), o bom projeto moral, guia das ações dos seres humanos nos planos da vida, só seria possível através do plano especulativo realizado no terreno da razão – lugar em que os seres humanos são capazes de se livrar da *parcialidade, instabilidade, passividade e vulnerabilidade* (SHERMAN, 1997) que atravessam as emoções, assim os limites. Segundo Maria de Lourdes Borges (2012), a obra Kantiana não é tão taxativa em relação às emoções. A variedade de sentimentos existentes não permite uma resposta simples à questão da influência das emoções sobre o cumprimento do dever moral e consequente estabilidade das comunidades políticas.

2.3.3 Agendas Contemporâneas

Além das pontuações apresentadas por pensadores clássicos da política, existem várias abordagens nos estudos políticos contemporâneos que tentam dar conta de avaliar possíveis impactos das emoções no campo da política. Cientistas têm explorado uma ampla gama de efeitos que as emoções têm sobre a motivação e o julgamento, mas essa atenção mais recente sobre as emoções se assenta sobre uma variedade de considerações teóricas, muitas vezes contraditórias, sobre os possíveis papéis das emoções na política (MARCUS, 2000).

Aqui, e a título de ilustração, mencionaremos três importantes correntes que têm trazido contribuições no tocante à atenção sobre as emoções: (i) estudos feministas, (ii) estudos de lideranças políticas, (iii) estudos em comportamento político. Seria, assim, tolice assumir o terreno da ciência política como um espaço “desapaixonado”. Revisitar, mesmo que de modo tangencial, algumas considerações destas outras “escolas” do pensamento político pode ser interessante para clarear a análise nos contextos de choque público de razões.

2.3.3.1 Feminismos

Se existe um forte avanço na compreensão dos papéis das emoções no cenário político, este avanço ocorre com o feminismo ou, melhor dizendo, com os feminismos. Estes avanços se estruturam a partir de duas importantes agendas feministas, a saber: (i) a defesa do terreno privado, *oikos*, como terreno do político, a partir da crítica à negligência das relações de poder no âmbito das relações familiares (OKIN, 2008⁹¹); e (ii) o apontamento do potencial epistêmico das emoções (JAGGAR, 1997). Aqui, não se trata de dizer que todas as correntes do feminismo, trabalharam essas agendas, mas a existência delas representa o surgimento de um tecido teórico possível para uma nova leitura das emoções. Tais pontos serão discutidos com mais afinco nos tópicos subsequentes.

(I) a política do privado: A ideia da existência de uma vida pública e de uma vida privada permeia de maneira central o pensamento político Ocidental ao

⁹¹ Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002>>

menos desde o século XVII, quando a defesa da liberdade individual exigiu a criação e o alargamento de um espaço isento de intervenção externa (OKIN, 2008). Isso não significa que a dicotomia entre público e privado não estivesse presente em momentos anteriores do pensamento político⁹². No pensamento grego clássico, encontra-se essa diferenciação clara entre uma esfera privada (*oikos*), marcada pela vida dos relacionamentos familiares, e a esfera do comum (*koinon*), compreendida como o espaço reservado à vida pública (ROY, 1999). Nesse contexto, eram comuns as associações entre a política (*polis*) e *koinon*, afastando qualquer possibilidade de atravessamento da política na vida sediada e ensejada no *oikos*⁹³. Para Aristóteles, por exemplo, era na esfera comum que os cidadãos munidos da ação (*práxis*) e do discurso (*lexis*) exerceriam a vida política⁹⁴, estabelecendo as proposições necessárias para o estabelecimento de uma boa vida. Para além dessa diferenciação entre uma vida doméstica e não doméstica, a dicotomia entre o público/privado também baliza, ao longo da história da teoria política, a diferenciação entre estado e sociedade⁹⁵, sendo que, em ambas as diferenciações realizadas, percebe-se o Estado como um ente público e a família, a vida íntima e doméstica, como o espaço do privado⁹⁶ (OKIN, 2008). Essa associação reiterada da política à vida pública inviabiliza um tratamento político da vida pessoal e invisibiliza a retratação de qualquer conflito encenado na ordem privada da vida. Além disso, com a corriqueira associação que se faz entre a vida privada e os afetos, há o risco de supressão das emoções da vida política⁹⁷. Para Mary Wollstonecraft, em *A Vindication of the Rights of Woman*, o âmbito do lar também seria lugar de revelação das virtudes cívicas. Não considerar a dimensão do privado como passível de ser atravessada pelas

⁹² Dado que qualquer teoria política que se deixe atravessar pela ideia de liberdade individual terá que tratar, em alguma medida, da diferenciação entre uma vida pública e uma vida privada, é difícil imaginar um pensamento político que não seja atravessado, minimamente, por esta preocupação.

⁹³ Essa dicotomia é ilustrada por Hanna Arendt em sua célebre obra *A Condição Humana*.

⁹⁴ ANTUNES, Marco Antônio. O público e o privado em Hannah Arendt. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-publico-privado.pdf>>

⁹⁵ Para Susan Moller Okin a diferença crucial entre estes dois usos da dicotomia público/privado se assenta sobre o fato de que: “o domínio socioeconômico intermediário (o que Hegel chamou de “sociedade civil”) é na primeira dicotomia incluído na categoria de “privado”, mas na segunda dicotomia incluído no “público”.

⁹⁶ Benhabib (1987) falaria de três dimensões que atravessa a vida privada: (a) uma dimensão moral e religiosa; (b) uma dimensão de liberdade econômica e de mercado; e © uma terceira dimensão referente à vida íntima, ao cuidado.

⁹⁷ Vale lembrar que este estudo não trata as emoções como entes exclusivamente privados.

virtudes cívicas seria problemático, pois isso implicaria, em fins últimos, não garantir direitos políticos e sociais às mulheres que viviam uma privação da vida pública de acordo com a autora. Como defendido por Susan Okin (2008), dizer que o pessoal é político implica assumir uma possibilidade de reconfiguração do privado através da leitura das relações de poder que atravessam a experiência doméstica⁹⁸.

(ii) o potencial epistêmico das emoções: como apresentado por Prochasson (2005), a política corriqueiramente imagina seus sujeitos como seres conscientes e racionais, impelidos apenas pelo impulso de suas ideias. Isso não significa, entretanto, que todos os seres humanos experimentam esses ideais de racionalidade almejados por grande parte da teoria política. Teóricas feministas assinalam, em mais de dois séculos de desenvolvimento, como as mulheres foram, historicamente, dissociadas deste plano da razão e das ideias, o que resultava em uma exclusão sistemática da vida política possível⁹⁹. Para as mulheres, restava uma associação naturalizante às dimensões da sensibilidade e afetividade, interpretadas como antípodas da razão Ocidental. Essa dupla dissociação – entre (i) política e emoções (YOUNG, 1987), e entre (ii) mulheres (minorias) e racionalidade – promove o que aqui se nomeia por *dupla exclusão* desses grupos da vida política. Isso levou teóricas do campo feminista a adotarem duas saídas para este problema de acesso à vida política: (i) mostrar a potencialidade epistêmica residente na manifestação das emoções, revelando a indissociabilidade entre emoções e construção do conhecimento acerca do mundo (JAGGAR, 1997); e/ou (ii) mostrar como o aspecto da emotividade/afetividade não é um aspecto que deve ser exclusivamente

⁹⁸ “O que, então, outras feministas, assim como as mais radicais, querem dizer com ‘o pessoal é político’? Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (OKIN, 2008, p.314).

⁹⁹ “Teóricas feministas têm assinalado que a tradição ocidental não tem visto cada um como igualmente emocional. Em vez disso, a razão tem sido associada a membros de grupos dominantes políticos, sociais e culturais e a emoções a membros de grupos subordinados. Entre esses grupos subordinados em nossa sociedade destacam-se as pessoas de cor, com exceção dos supostamente ‘inescrutáveis orientais’, e as mulheres” (JAGGAR, 1997, p.167).

atribuído às mulheres (TRONTO, 1997)¹⁰⁰. Para além do potencial epistêmico das emoções, uma outra maneira de contornar essa norma excludente foi a partir da defesa do corpo enquanto lugar de produção epistêmica. Se o corpo é historicamente tratado como um embargo à objetividade necessária à produção do conhecimento, para as feministas contemporâneas, ele não o é (BADER, 1987). O corpo tem, para as autoras do campo, um papel fundamental nos processos de compreensão intelectual e de transformação da cultura¹⁰¹. Esse movimento promoveu um alargamento na compreensão das emoções na vida política, na medida em que tal gesto teórico abriu um flanco para perceberem-se os atravessamentos públicos das emoções. Se a vida política é interpretada por muitos como a vida pública, o feminismo oferece substrato para observar-se o componente público das emoções e conseqüentemente o atravessamento das emoções na política.

Essas duas agendas– (i) defesa do terreno privado como terreno político; (ii) apresentação do potencial epistêmico das emoções – colocam o eixo de estudos feministas como importante alicerce para defesa dos atravessamentos políticos que residem nas emoções. Tais construções abrem margem para um novo conjunto de efeitos das emoções sobre os processos políticos. Efeitos esses que autores do período antigo e clássico não seriam capazes de sustentar, dadas às premissas ontológicas e epistemológicas que os balizam e o contexto em que escrevem. Como registrado no primeiro capítulo, muitos estudos aliados à perspectiva feminista realizaram críticas contundentes à deliberação no tocante a um apagamento da dimensão emotiva nas reflexões deliberacionistas. Essa crítica acendeu uma produção, ainda incipiente, dentro do campo deliberativo, o que permite vislumbrar a importância dos feminismos no deslocamento da abordagem deliberativa.

¹⁰⁰ Tanto Jaggard como Tronto negam a possibilidade de introduzir pequenas doses de sentimento nas formas existentes de teorização científica e moral; em vez disso, apontam a necessidade de uma revisão radical do predominante antagonismo entre emoção e pensamento.” (BADER, 1987, p.13)

¹⁰¹ “Notória e ubiquamente associado ao feminino, o corpo tem sido considerado, de Platão até Descartes e o positivismo moderno, como o inimigo principal da objetividade. Em resposta, feministas contemporâneas começaram a explorar alternativas às abordagens tradicionais sobre o conhecimento, centradas na mente, revendo o papel do corpo na compreensão intelectual e insistindo em sua centralidade na reprodução e transformação da cultura.” (BADER, 1987, p.10)

2.3.3.2 Estudos de Lideranças Políticas

O equilíbrio e a estabilidade no ato da decisão é corriqueiramente associado às tomadas de decisões mais efetivas e bem sucedidas, e estas características são constantemente exigidas de lideranças políticas. A exigência de equilíbrio por parte das lideranças somada ao interesse por compreender o que faz certas pessoas mais/menos aptas a tomarem decisões acertadas em contextos de pressão foi, entre outras coisas, fagulha geradora de estudos para compreensão de personalidades políticas. Isso culminou em uma certa tradição de estudos para compreensão de características de estabilidade e equilíbrio observadas entre algumas lideranças políticas.

Muitos destes estudos incluem as emoções como componente relevante para compreensão das distintas capacidades de decisão observadas entre as pessoas (MARCUS, 2000)¹⁰². Alguns dos desenvolvimentos registrados no campo são resultado da tradução de modelos psicológicos avançados para o contexto de atuação das lideranças políticas. O estudo de Barber (1985) serve de exemplo para isso: baseado no modelo afetivo desenvolvido por Russell (1980) o autor constrói um modelo de explicação da personalidade presidencial, compreendida a partir da duas dimensões: (a) motivação da tomada de decisões (ação/inacção) e (b) a orientação da tomada de decisões.

Esse esforço não se restringe, todavia, a Barber (1985), que em certa medida, lança luz sobre as emoções retirando-as do segundo plano no processo de tomada de decisões. Uma variação de estudos deste domínio se passa por explorar o papel das emoções em contextos específicos de tomada de decisões¹⁰³, nos quais se procura compreender como as emoções auxiliam ou não a manutenção de valores que orientam um projeto de governo em situações de maior: instabilidade, confronto e desamparo. Blight (1990 apud MARCUS 2000) serve de exemplo para este nicho de desenvolvimentos. O autor se

¹⁰² Em Marcus (2000) é possível encontrar uma lista de estudos que procuram compreender as diferenças de personalidade entre lideranças políticas a partir da expressão pessoal das emoções (Rogow 1963; Langer 1972; Greenstein & Destler 1983; Volkan & Itkowitz 1984; Barber 1985; Greenstein 1987, 1994; Volkan et al, 1997; George & George, 1998).

¹⁰³ Em Marcus (2000) é possível encontrar referências a estas variantes no campo de estudo Janis 1982, Blight 1990, Steinberg 1996).

debruça sobre o episódio da *Crise dos Mísseis*, em Cuba, e argumenta que a introdução das emoções neste processo foi crucial para seu desfecho pacífico. Isso porque as emoções promoveram um foco, por parte de Kenedy, nos aspectos importantes à situação e à tomada de decisão solicitada.

Para além dessas (i) análises de contextos específicos, é possível encontrar outras duas abordagens dentro dos estudos de personalidade política. Trata-se de estudos que (ii) objetivam compreender o papel das emoções na execução do mal; e (iii) que buscam compreender as emoções nas ligações entre líderes políticos e o público. Theodor Adorno é um bom exemplo de estudos acerca da relação entre emoções e práticas condenáveis. Em *The Authoritarian Personality* (1993), Adorno procura compreender o que gerava a adesão de pessoas a lideranças autoritárias, dotadas de um projeto político condenável. Adorno procurou traços na personalidade de lideranças autoritárias capazes de explicar como alguns discursos, mesmo sendo abomináveis para o seu contexto de proferimento, foram capazes de aglutinar pessoas para realização da prática que incita. Já os estudos que tentam compreender as relações entre líderes políticos e o público geralmente buscam compreender como características pessoais como o *carisma* e *retórica* afetam as respostas do público às proposições do candidato. Marion Ballett (2014), por exemplo, desenvolve um estudo com intuito de compreender o que essa retórica, instigadora do solo emotivo (*pathos*), gera no eleitorado francês entre os anos de 1981 e 2012. Ballett trabalha com a hipótese de que a retórica emocional constitui-se como um vetor de mobilização dos eleitores franceses, e revela-se um instrumento para aglutinação do eleitorado, em um contexto tomado pelo hiper-individualismo (BALLETT, 2011). Trata-se de vertentes do estudos das emoções, que se atentam, sobretudo, para as emoções enquanto engrenagens motivadoras das ações políticas. É interessante se debruçar sobre este aspecto das emoções, mas a constante reiteração deste efeito pode acarretar em vícios analíticos, onde se observa as emoções apenas por esta faceta.

2.3.3.3 Estudos de comportamento (dinâmica eleitoral e movimentos sociais)

No campo dos estudos sobre comportamento político, tanto estudiosos de eleições como aqueles dedicados a formas de ação coletiva têm devotado mais

atenção à compreensão do solo emocional sobre o qual se assentam os indivíduos e suas escolhas. Esses estudos, pouco a pouco, contestam a ideia do indivíduo calculador, maximizador de utilidade, entendendo-o nos quadros de uma tessitura social e emocional mais ampla.

Os estudos desenvolvidos em um espectro da política usualmente classificada como formal tendem a focar aspectos como: (i) efeitos das emoções sobre identificação/avaliação de candidatos (ROSENBERG et al, 1986), (ii) efeitos das emoções sobre o processo de interpretação de campanhas eleitorais (SCHNUR, 2007; REDLAWSK et al, 2007, BRADER, 1999; KERN, 1989) (iii) efeitos das emoções sobre o processo de definição do voto (KELLEY, 1983; JUST et al, 2007), (iv) efeito das emoções sobre a dinâmica de identificação partidária. Para além dessas reflexões mais focadas em situações proporcionadas pelo modelo de democracia representativo, encontramos possibilidades de estudos emocionais em contextos sociais mais amplos, como situações de guerra (KINDER, 1994 apud MARCUS, 2000) e crise do bem-estar socioeconômico (CONOVER & FELDMAN, 1986), além de estudos envolvidos em capturar sensações, como confiança e medo, que determinadas instituições despertam. Muitas dessas reflexões associam as emoções aos processos de *avaliação e julgamento* da situação vivenciada. Uma situação difícil de ser verificada empiricamente, através dos instrumentos usualmente disponíveis para cientistas políticos. Essa dificuldade teórico/metodológica exige uma aproximação maior entre política, psicologia e neurociência, no intuito de refinar os modelos e instrumentos de análise utilizados para captura evidências empíricas, necessárias à validação das teorias propostas (MARCUS, 2000).

O outro grande eixo a ser destacado nesta seção envolve a percepção das emoções no âmbito das ações coletivas, de uma forma geral, e, mais especificamente, dos movimentos sociais. Tais movimentos são atravessados por uma profusão de emoções, lidas como possíveis motivadoras dessas agremiações sociais. Se, desde meados dos anos 1940, predominaram leituras racionalistas¹⁰⁴ dos movimentos sociais, dado o domínio de uma literatura de base econômica, nota-se um crescente retorno da atenção de estudiosos ao

¹⁰⁴ Para exemplos dessas leituras ver: Olson (1965; 1986), Chong, (1991), Opp (1989).

papel de sentimentos como frustração, ira, indignação e amor na compreensão dos movimentos sociais (JASPER, 1998; TARROW, 2013). A partir dos anos 1970, as lentes econômicas utilizadas para interpretação dos movimentos sociais foram, vagarosamente, substituídas por uma perspectiva cultural, que assumia os protestos como uma junção de uma multiplicidade de aspirações, não somente como interesses materiais de indivíduos ou grupos (MELUCCI, 1996). Essa consideração dos indivíduos para além de seres meramente calculistas, abriu um flanco para reinserção das emoções na literatura de movimentos sociais (CALHOUN, 2001)¹⁰⁵. Neste movimento de recuperação das emoções no interior dos estudos em movimentos sociais, as emoções são corriqueiramente lidas como componentes motivadores das agremiações (GOODWIN, 1997) e como engrenagens de desarticulação das organizações de protesto.

Nesses estudos sobre comportamento político, em ambos os eixos mencionados, é comum que as emoções sejam acionadas para explicação de comportamentos que se distanciam do comportamento esperado (SEARS & CITRIN, 1982 apud MARCUS, 2000). Ademais, corriqueiramente, apontam-se as emoções como fenômeno capaz motivar as pessoas a manterem seus projetos morais e políticos e se orientarem, solidamente, pelas crenças e valores que estruturam seu voto, opção por candidato ou opção partidária. É importante ressaltar que esta associação reiterada entre emoções e comportamentos desviantes, pode (i) enublar a compreensão das emoções enquanto fenômeno que nos atravessa durante todo tempo, em múltiplas formas, além de (ii) transvestir as emoções com uma áurea estritamente negativa, por ver nessas a manifestação de momentos de crise e conflagração.

Esses eixos de estudos contemporâneos (estudos de liderança e comportamento) apresentam pontuações interessantes para uma reinterpretção das emoções nos processos de tomada de decisão, mas não são tão propositivas quanto o movimento gerado pelos feminismos na compreensão das mesmas. Isso porque as teorias feministas propõe uma revisão da ciência e do político, e a partir dessa revisão realocam as emoções nos processos e

¹⁰⁵ Como exemplo ver: Aminzade & McAdam (2001), Poletta & Jasper (2001).

análises políticas. Os estudos de outras agendas, que não se aliam ao feminismo, muitas das vezes correm o risco de ficarem presos a premissas políticas (ontológicas) e científicas (epistêmicas)¹⁰⁶ que embargam/atravancam a possibilidade de uma inclusão mais contundente das emoções no processo de análise política da sociedade. Contudo ao realizar essa breve visita pelas escolas de estudos de lideranças políticas e estudos de comportamento, nota-se que, para uma facilidade de captura do fenômeno, faz-se comum o foco em momentos extremos, mas mesmo quando isto é realizado é interessante ter em mente que os atravessamentos emocionais da vida não se restringem aos seus momentos de manifestação evidente e “exagerada”.

De modo geral, este capítulo serviu de base para ilustrar esforços no âmbito da filosofia e da ciência para compreensão dos atravessamentos das emoções na política. Inicialmente, buscamos compreender o que motivaria o afastamento das emoções das reflexões e estudos deliberativos, apesar de existirem múltiplos esforços no âmbito filosófico e científico para compreensão dos papéis das emoções. Argumentamos a existência de cinco motivos para este afastamento: (i) descrença com relação à capacidade comunicativa das emoções; (ii) classificação das emoções enquanto inteligência de menor valia; (iii) a complexidade envolvida na análise do processo emotivo; (iv) risco de alargamento conceitual envolvido na leitura das emoções enquanto expressões deliberativa; (v) corriqueira associação entre *política/vida pública* e *afetos/vida privada*. Limites que foram “superados”, quando possível, e considerados atentamente nos momentos de: construção do desenho metodológico desta pesquisa (capítulo 3) e análise do material apreendido (capítulo 4). Após a discussão dos limites envolvidos na incorporação das emoções na deliberação

¹⁰⁶ Boquet & Nagy (2010) defendem a existência de duas dimensões ocultadoras das emoções nos processos de análise política. Estas dimensões são: (i) a perspectiva democrática defendida e (ii) o horizonte normativo da ciência em que se engaja. Essas duas dimensões consorciadas seriam capazes de gerar o que os autores definiram como fenômeno de “dupla ocultação das emoções”. “Ce double constat concernant le présent, celui d’une nouvelle visibilité de l’émotion en politique et celui d’une réintroduction de l’émotion dans le champ de la science politique pose en contrepoint la question de la double occultation de l’émotion, à la fois dans le processus historique de construction des démocraties libérales et dans la définition des sciences qui ont pensé la démocratie et ont tenté parallèlement d’en définir l’horizon idéal tout au long de son histoire” (p. 3-4).

procuramos apresentar um sobrevoo sobre alguns tratamentos acerca dos papéis das emoções na política. Apesar de algumas das perspectivas não apontarem um grande peso ao debate, visitá-las é um importante exercício para lançar luz sobre possíveis atravessamentos do fenômeno na vida política. Nesse percurso, observamos que emoções podem ser importantes estruturas para agremiação, engajamento/desengajamento, validação de demandas, tomada de decisões e compreensão do mundo. Emoções não são fenômenos exclusivos da neurociência ou psicologia, e é pela possibilidade das emoções serem investigadas pelas lentes políticas que este estudo prossegue. Assim o próximo capítulo será orientado à apresentação do modelo e universo escolhidos para apreensão de possíveis afetações das emoções no contexto deliberativo.

CAPÍTULO 3. O PAPEL DO CHORO NO DEBATE PÚBLICO

“Chorar é lindo, pois cada lágrima na face são palavras ditas de um sentimento calado.”

Mário Quintana

“Entre o silêncio e a fala é possível notar o escorrer das lágrimas”

Vincent-Buffault

Como visto nas seções anteriores, trabalhar com as emoções não é tarefa fácil. Se a proposição do trabalho é apontar quais os papéis das emoções no contexto deliberativo, deve-se minimamente captar, de maneira válida e confiável, algum componente emocional no contexto deliberativo estudado, para, a partir daí, avaliar suas implicações na trama do debate. No entanto, os componentes envolvidos no processo emotivo são muitos (NIELSEN & KASZNIAK, 2007). Propor-se a captar todos os vestígios emotivos pode desencadear em um processo de coleta confuso e irrealizável para o pesquisador. Dispor-se a analisar, empiricamente, o impacto das emoções dentro do contexto deliberativo é sinônimo de se propor a fazer um trabalho que escapa à unidade temporal estipulada para realização deste trabalho¹⁰⁷.

Uma alternativa para exploração de um fenômeno tão grande e complexo é assumir nossa reduzida capacidade compreensiva do mundo, selecionando, apenas, um fragmento desse universo, embora sem perder de vista a complexidade em que tal fragmento se insere. **Às vezes, no campo científico, é melhor ser humilde e falar com um pouco mais de confiança acerca do pouco, do que, dos altos da prepotência, tecer uma colcha de enunciados infundados acerca do muito.** Tendo isso em vista, este trabalho realiza um recorte fundamental para compreensão das emoções dentro do campo deliberativo: **averiguar o papel do choro em contextos deliberativos.**

Este recorte possibilita atenção a um *componente notável/observável das emoções*. O choro servirá, assim, como um *marcador* de manifestação emotiva, bastante evidente, para audiência que o presenciou. Esta demarcação, mais

¹⁰⁷ Que escapa às condições técnicas, e às lentes interpretativas disponíveis para captação dos elementos emocionais.

palpável, orienta o olhar do pesquisador sobre os fenômenos que devem ser observados, já que o fluxo emotivo é ininterrupto. Por mais que desconheçamos os motivos do choro, de modo discreto ou vistoso, reservado ou público, ele é capaz de ser notado. Sincero ou traiçoeiro, do nascimento¹⁰⁸ ou do luto, a erupção das lágrimas comunica algo aos presentes em seu contexto de manifestação. Isso não significa que a manifestação do choro irá comunicar a mesma coisa, em qualquer tempo e/ou contexto. E isto não significa que as únicas manifestações emotivas existentes no contexto observado estão associadas ao choro percebido. Durante todos os momentos as pessoas são atravessadas por emoções, ora mais acessíveis, ora mais ilegíveis. A questão é que, **do ducto lacrimal, não escorre apenas uma mistura de água e sais em forma de gota.¹⁰⁹ Mais que isso, as lágrimas exprimem o “inexprimível”, possibilitando um acesso, mesmo que reduzido, a dimensões do indivíduo até então inacessíveis.** As lágrimas estão conectadas a emoções e são ativadas pelo fluxo emotivo que vê no corpo seu palco de encenação (LUTZ, 1999).

Após a definição do demarcador emocional a ser utilizado no estudo, é interessante ter em mente algumas condições balizadoras do estudo das emoções em fenômenos sociais. As condições aqui elencadas são trabalhadas por Pierre Ansart (1983) na obra *La gestion des passions politiques*. Nesta obra, Ansart, “diferente de autores como Mannhein, Marx, Weber e Girardet, que consideram os sentimentos somente em momentos de crise ou embaralhamento coletivo” (BREPOHL, s/d¹¹⁰), propõe a manifestação emotiva como um fluxo perene que nos atravessa. Ansart, também, afirma que a dicotomia entre Razão e Emoção é um equívoco. Tendo em vista o que se pratica nas Ciências Sociais quando o tema é emoção, o pensador francês estabelece cinco condições fundamentais para o estudo dos sentimentos na política, condições que auxiliam a constituição de um conhecimento mais confiável e válido acerca dos impactos das emoções sobre as situações de interesse:

¹⁰⁸ Trata-se do choro do momento do nascimento, associado à ativação do sistema respiratório.

¹⁰⁹ As lágrimas são apenas basais e/ou reflexivas, tipos de lágrimas responsáveis por proteger nossa estrutura ocular, mas existem as lágrimas emocionais que excedem uma simples manutenção da *homeostase corpórea*.

¹¹⁰ Manuscrito não publicado, acessado dia 10 de outubro de 2015. < people.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Marion_Brepohl.doc > .

1. *Não realizar dicotomias entre o subjetivo e o objetivo:* essa associação corriqueiramente amarra as emoções a uma dimensão subjetiva e incomunicável, enublado seus atravessamentos sobre o mundo classificado como objetivo.
2. *Abandonar a ideia de que as emoções só surgiriam em momentos de crise:* as emoções nos atravessam dos momentos de conflagração e tormenta aos momentos de ventura e bonança, formando o palco de encenação da vida. Mas isto não significa negar que, em momentos de crise, as manifestações emotivas sejam mais evidentes e/ou capturáveis;
3. *Evitar analisar as atitudes passionais como fanatismo:* ao vermos as emoções sobre este quadro, realizamos uma associação perigosa entre manifestação das emoções e um agir irrefletido e irresponsável por parte das pessoas que as manifestam;
4. *Desfazer-se da ideia de que as emoções sejam mais atinentes às classes populares, enquanto que as elites assumem posições eminentemente racionais;* as emoções fazem parte da constituição dos seres humanos, independentemente de suas condições materiais. A manifestação de ira, ódio, raiva, alegria perpassa a humanidade.
5. *“Deve-se abandonar as ideias que as sociedades tradicionais ou, como denomina Simmel, as *Gemeinschaften*, sejam comunidades regidas por afetividades enquanto que as sociedades (*Gesellschaften*), por critérios de ordem do racional”* (BREPOHL, p.3¹¹¹): a afetividade é a engrenagem que possibilita a constituição dos seres enquanto coletivo. Afetividade aqui compreendida como a capacidade de afetar e se sentir afetado, capacidade que desloca os indivíduos da mera existência de si, para compreensão da existência de um outro¹¹². E isto não é uma condição exclusiva de sociedades mais simples, mas da vida que se desdobra em conjunto.

Tendo essas premissas em vista, no momento de recorte, inserção e análise da realidade escolhida, reduz-se a chance de realizar inferências equivocadas, as quais são recorrentes quando o assunto é o estudo de emoções no campo das ciências sociais. Após as ponderações, de caráter mais amplo, é necessário atentar ao marcador metodológico escolhido para averiguação das emoções e levantar os possíveis problemas que esta escolha carrega.

¹¹¹Manuscrito não publicado acessado dia 10 de outubro de 2015. < people.ufpr.br/~andreadore/leiturasdahistoria/Marion_Brepohl.doc >

¹¹² Neste caso, não se assume essa compreensão do outro sempre como algo positivo. A compreensão do outro pode despertar o desejo de conservação e/ou destruição.

3.1 Ponderações acerca das lágrimas

Se a proposta é compreender os papéis das emoções no contexto deliberativo é importante ter em mãos um marcador que facilite o acesso a mecanismos emocionais e à forma como atravessam processos discursivos. É importante ter em mente que existem vários marcadores emocionais de uso possível. Entretanto, o choro é um marcador de observação relativamente acessível e de difícil contestação. Sendo assim, o choro será mobilizado como *senalizador* de emoções neste processo, de modo que olharemos para contextos comunicativos atentando para este sinalizador.

Este sinalizador registra, contudo, alguns problemas que devem ser mencionados e, quando possível, tratados no interior do estudo. **Apesar de o choro ser uma característica inata à condição humana, é ilusão pensar que todas as pessoas são educadas e/ou impulsionadas para sua manifestação.** Não podemos acreditar que a natureza biológica é a única condição orientadora do comportamento humano na prática da vida. Existe um universo socialmente construído que baliza nossos impulsos biológicos perante as situações do mundo. O antropólogo francês Lévi-Strauss, em *Natureza e Cultura*, explicita bem este ponto:

O ser humano é um ser biológico ao mesmo tempo em que é um indivíduo social. Entre as respostas que dá as citações exteriores ou interiores algumas dependem inteiramente de sua natureza, outras de sua condição. Por isso não há dificuldade alguma em encontrar a origem respectiva do reflexo pupilar e da posição tomada pela mão do cavaleiro ao simples contato das rédeas. Mas nem sempre a distinção é tão fácil assim. Frequentemente o estímulo físico-biológico e o estímulo psicossocial despertam reações do mesmo tipo, sendo possível perguntar, como já fazia Locke, se o medo da criança na escuridão explica-se como manifestação de sua natureza animal ou como resultado das histórias contada pela ama (LÉVI-STRAUSS, 2009, p. 17).

Com o choro não seria diferente. Por mais que seja uma característica inata ao seres, já manifesta na passagem do útero materno para o mundo exterior, somos *mais ou menos* compelidos(as) ao choro perante os fatos da vida. Esta maior ou menor permissividade ao choro pode ser associada, por exemplo, a três fatores: (i) gênero; (ii) idade; e/ou (iii) situação em que a pessoa se encontra. Lembrando que estes fatores não são mutuamente excludentes, mas relacionáveis. Vejamos como cada um destes fatores afeta a manifestação do choro.

3.1.1 Gênero: nem todas as pessoas são educadas para manifestação pública do choro

Em *Throwing like a girl*, Iris Young (1980), descortina a distinta educação oferecida a meninas e meninos no tocante à ação corpórea e à manifestação do afeto. Young mostra como as crianças têm diferentes socializações afetivas, estruturadas sobre uma possível distinção biológica existente entre homens e mulheres. Homens são convocados, desde sua tenra infância, a um ideal racional e viril, que os incita a domar e/ou não externalizar as pulsões emocionais que percorrem seus espíritos.¹¹³ As mulheres, ao longo da história, são interpretadas como donas de uma natureza sensível¹¹⁴, dadas às emoções e incapazes de transpor, sozinhas, os limites colocados pela natureza aos seres humanos.¹¹⁵ Historicamente, os homens são dissociados da possibilidade de sentir; não podem reconhecer o medo em si ou expressar afeto; devem privar-se do cuidado e da afeição, experiências essas reservadas às mulheres.

Simone de Beauvoir (1970) traça, na obra *O Segundo Sexo: fatos e mitos*, uma bela argumentação mostrando os equívocos contidos nestas interpretações reducionistas e opressoras das mulheres. Apesar dos esforços para dissociação das mulheres desta essência fragilizada e/ou fragilizante, muitas estruturas sociais ainda são orientadas por estas premissas no Ocidente. O choro é, recorrentemente, interpretado como sinal de fraqueza, sendo que muitos o associam, de maneira equivocada, a uma “essência constitutiva das mulheres”. Um duplo desacerto¹¹⁶ que orienta a aceitação da manifestação pública do choro apenas quando oriunda de mulheres.

¹¹³ A palavra *hombridade* é um exemplo claro disso. Mesmo em suas traduções para outros idiomas no inglês *manliness*, no espanhol *hombría*, tal palavra é o exemplo da associação entre homem e ideal de força e racionalidade, na medida que seus significantes fazem referência aos homens (*hombre* e *man*) e seus significados atravessam esse ideal de coragem, confiança e objetividade.

¹¹⁴ Aqui não compreende-se por sensível alguém dada a experiência sensível do mundo como compreendida por Francis Bacon, por exemplo. Mas o sensível aqui é lido como sinônimo de fraqueza.

¹¹⁵ “Em virtude de ideias reforçando a relação entre as mulheres e a natureza terem sido usadas para limitá-las e oprimi-las na sociedade ocidental, as feministas optaram pelo construtivismo social.” (KING, 1997, p. 129-130). Uma maneira de demonstrar como essa “essência da mulher” não é fruto de uma natureza intrínseca às mulheres, mas fruto de uma interpretação social historicamente construída.

¹¹⁶ Expresso pela consideração das mulheres como seres frágeis e expresso na associação do choro como algo exclusivo de uma “natureza da mulher”.

3.1.2 Idade: nem todas as idades “permitem” a manifestação pública do choro

Dada a associação histórica que se faz entre uma clara manifestação de emoções e imaturidade (GROSS et al 1997), muitas vezes, considera-se legítima e/ou possível a manifestação evidente de expressões como o choro, apenas em fases infantis da vida ou no momento da senilidade, em virtude da perda da razão. A questão é que em ambas as fases, a manifestação evidente das emoções é aceitável porque crianças e idosos não são, habitualmente, interpretados como seres “inteiramente racionais”. Lummaa et al (1998), por exemplo, fazem uma extensa defesa de que o choro é uma característica adaptativa crucial para sobrevivência das crianças, que choram para: evitar o abandono por parte dos pais; reprimir práticas de infanticídio; adquirir atenção e cuidado; e reduzir os custos de concorrência com outras pessoas em um mesmo contexto. Com o desenvolvimento da criança e a consequente aquisição de outros dispositivos linguísticos para comunicar suas necessidades terrenas, o choro é pouco a pouco abandonado, desestimulado e/ou reprimido e sua expressão passa a ser encarada como sinônimo de imaturidade. **Este modo de leitura do choro carrega o risco de desdenhar a maturidade e/ou legitimidade desta manifestação emotiva em outras faixas etárias, deixando escapar por entre os dedos o potencial político e emancipatório que reside entre os soluços, o nó na garganta e o escorrer das lágrimas**¹¹⁷.

¹¹⁷ Um relato presenciado junto à etnia Guarani-Kaiowá envolvendo a manifestação do choro naquela cultura, ilustra bem este aspecto da permissibilidade de manifestação de certas emoções em certas idades da vida. Alessandra Giovanna, comunicóloga, inseriu-se por um mês entre os Guarani-Kaiowá, da comunidade Guaiviry - MS. Durante um desses dias de inserção, observou uma criança chorando e se interessou por saber os motivos daquele choro. Preocupada com a situação, alertava os mais velhos da aldeia acerca do choro da criança. Jhon Mali¹¹⁷, outra criança um pouco mais velha da comunidade, notou a preocupação da comunicóloga e lhe disse de maneira tenra: “não se preocupe, o choro é feito para as crianças”. Uma fala emblemática que declara a permissividade do choro para aquela situação¹¹⁷. Um discurso que revela uma aceitação do choro, enquanto característica constitutiva das crianças Kaiowá, pois Jhon Mali, não diz que o choro é feito para os Kaiowás, mas feito para as crianças. Para uma melhor compreensão do choro para esta etnia, seria necessário uma inserção mais duradoura na comunidade atentando-se para múltiplas situações e interpretações por parte dos Guarani-Kaiowá. Mas este relato sinaliza: a permissividade do choro em uma fase específica da vida; e distintas sensações que um mesmo choro pode gerar em pessoas dotadas de socializações distintas. Além disso, é possível notar que, mesmo entre os Kaiowá, há uma expectativa de que a senilidade seja acompanhada da redução da manifestação do pranto

3.1.3 Contexto: nem todas as situações são permeáveis à manifestação pública do choro

Seja pela vergonha, medo, vaidade que envolve o ato de lacrimejar, seja pela expectativa comportamental esperada¹¹⁸ para situação vivenciada por alguém, é importante ter em mente que existem situações sociais em que a manifestação do choro é *mais* ou *menos* aceitável e esperada. A apresentação de um comovente relato de uma criança ganesa, participante do *World's Children's Prize*¹¹⁹ ilustra bem este ponto, revelando como a expectativa de leitura do choro por parte de seus possíveis espectadores pode privar a pessoa de manifestá-lo. Matilda, uma garota surda, teve uma infância difícil em decorrência de sua diferença. Em entrevista à revista *The Globe* ela descreve um episódio em que após ser humilhada por crianças de sua comunidade, corre e se esconde, com o intuito de não revelar sua dor interior em formato de lágrimas:

Fui maltratada por ser surda. Onde morava, eu sempre era importunada pelas meninas da minha idade. Sou uma boa corredora, mas eu nunca podia participar das corridas, nem brincar. Elas me excluía e me chamavam de animal. Às vezes, eles pegavam grama e seguravam contra minha boca para eu comer, como se faz com uma vaca. Depois, elas riam e faziam sinais dizendo que eu era retardada. Doía muito. Eu não queria chorar na frente delas, e geralmente eu fugia e me escondia na floresta. Muitas vezes eu não saía de lá até à noite, quando os mosquitos começavam a me picar. Então eu ia para casa furtivamente, para que ninguém me visse. Às vezes eu era espancada pelas pessoas. Até mesmo por adultos. Como eu não ouvia o que eles diziam, e nem eles, nem sabiam a linguagem dos sinais, muitas vezes havia mal-entendidos e eu apanhava. (MATILDA, 2014, *The Globe*¹²⁰)

O relato acima ilustra uma vontade de Matilda em não revelar seu choro publicamente. É como se o choro público fosse uma prova de desonra e fraqueza. Mesmo em um contexto de difícil comunicação entre Matilda e as pessoas pertencentes a sua comunidade, a jovem se priva da expressão de um

¹¹⁸ Em sua trajetória acadêmica o sociólogo norte-americano Erving Goffman (2007; 2012) expõe uma análise atenta sobre como o comportamento das pessoas, nomeadas como atores pelo autor que usa de termos comuns ao teatro em sua construção teórica, são orientadas pela expectativa social para o momento vivenciado. Cada situação ou encontro social exigiria, assim, um papel a ser interpretado pelos atores.

¹¹⁹ "The World's Children's Prize (WCP) and its educational programs builds on the idea that every new generation must be given the necessary knowledge and experience to grow into tolerant, compassionate people. The WCP program engages children and gives them knowledge of the rights of the child and democracy. Our goal is a more humanitarian world, where all children's rights are respected. The program empowers children as global citizens, helping them become change agents who contribute to positive development in their country and in the world." Disponível em: <<http://worldschildrensprize.org/vision-and-mission>> Acessado em 27 de Outubro de 2015.

¹²⁰ Revista disponível em: <http://issuu.com/wcprc/docs/globen2014_port>

linguajar capaz de fazê-la compreensível aos outros: as lágrimas. Isso se deve, possivelmente à desqualificação que habitualmente se faz em algumas culturas da manifestação ilibada do choro. **Neste caso, chorar seria como corroborar a visão redutora à qual Matilda era associada.**

Existem, entretanto, situações que são mais permeáveis à manifestação do choro público. Alguns contextos exigem a manifestação declarada de alegria ou tristeza, heroísmo ou fraqueza, que pode ser obtida pelo choro. O exemplo disso é o choro de atletas ao final de emblemáticas séries olímpicas. Nesse momento, é comum observar esportistas que se lançam em um ilibado, absolvido, justificado e até mesmo admirável choro público. Em casos de derrota, esse choro parece significar uma prestação de contas pública para o desempenho insuficiente demonstrado pelo atleta; uma espécie de vexação pública, necessária, pela derrota na batalha travada. Em casos de vitória, esse choro aparenta ser uma encarnação do sofrimento passado, necessário para o êxito do objetivo proposto.

Para melhor compreensão deste componente situacional do choro é interessante retornar a um episódio, mencionado pelo crítico Tom Lutz (2002) em entrevista à revista *Super Interessante*, durante a disputa presidencial dos Estados Unidos em 1972. Edmund Muskie, o principal candidato democrata para aquele ano, discursava frente à *Union Leader Corporation*, em *Manchester*, cidade mais populosa do estado de *New Hampshire*, quando derramou algumas lágrimas¹²¹. De acordo com Tom Lutz, “Naquela época isso foi considerado sinal de fraqueza e ele acabou renunciando à corrida presidencial mais cedo.”¹²² Em um contexto onde sensação da guerra pairava pelos corredores da humanidade¹²³, sintomas de fraqueza não eram bem vistos pela população. Na ocasião, ele se defendia de alguns ataques realizados contra ele a esposa, Jane Muskie, por parte de alguns editores.

¹²¹ Choro de Burke disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=LiLL8ZAXGys>> Acessado dia 28 de Outubro de 2015.

¹²² Tom Lutz em entrevista à revista *Super Interessante* Edição 177, Junho de 2002, reportagem de Maria Fernanda Vomero. Disponível em: < <http://super.abril.com.br/comportamento/por-que-choramos> > acessado dia 27 de Outubro de 2015.

¹²³ Aqui falo do contexto da Guerra Fria.

Anos mais tarde, a expressão de choro por parte de um candidato à presidência não afetou sua viabilidade eleitoral. Em 2008, Barack Obama, candidato dos democratas, chorou em um de seus comícios na Carolina do Norte. Obama, um dia antes das eleições presidenciais, envolvido por cartazes *Change we can believe in*, permitiu-se a manifestação de um choro controlado ao discursar sobre sua avó¹²⁴, que acabara de falecer. Tratava-se de uma situação de *luto*, em que o choro não sinalizava fraqueza, mas humanidade. Diferente de Edmund Muskie, Barack Obama não foi enquadrado em um espectro de acovardamento. Ao contrário, foi visto como alguém mais compreensivo e sensível, características desejáveis na conjuntura socioeconômica que singrou os EUA em meados de 2008¹²⁵. Esses exemplos ilustram, em alguma medida, como certos contextos sociais são mais penetráveis à água que brota dos olhos do que outros¹²⁶, revelando, além disso, como o choro “individual” dos candidatos à presidência é também uma experiência social dos que o presenciam e o interpretam¹²⁷.

A explicitação dessas variações que atravessam o choro objetiva ilustrar os limites que atravessam o marcador metodológico escolhido. Dado que, usualmente, o choro é interpretado como uma manifestação possível a pessoas e contextos específicos, é possível que o marcador registre os efeitos das emoções apenas, para os grupos e situações em que ele, usualmente, é aceito. Para amenização destes limites que atravessam o marcador selecionado, é

¹²⁴ Famoso discurso em que Obama diz que sua vó foi uma heroína silenciosa, “*She was a quiet hero*”, comparando-a a outros milhões de americanos que conduzem suas vidas de maneira heróica, mas invisível.

¹²⁵ “A crise bancária que teve início em 2007 e tornou-se uma crise global em 2008 provavelmente representará uma virada na história do capitalismo. Além de ser a crise econômica mais severa enfrentada pelas economias capitalistas desde 1929, é também uma crise social que, segundo previsões da Organização Internacional do Trabalho, elevou o número de desempregados de cerca de 20 milhões para 50 milhões ao fim de 2009. Segundo a FAO, com a queda da renda dos pobres devido à crise e a manutenção dos preços internacionais de mercadorias alimentares em níveis elevados, o número de pessoas desnutridas no mundo aumentou em 11% em 2009 e, pela primeira vez, superou um bilhão.” (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 51)

¹²⁶ É importante lembrar que esta permissividade situacional do choro sofre bruscas mudanças ao longo da história, mesmo dentro de uma “mesma” cultura (VINCENT-BUFFAULT, 1986).

¹²⁷ Ao assumirmos essa perspectiva menos individualizante das emoções considera-se que: “Há uma consciência de que a culpa ou a raiva, a alegria ou o triunfo de qualquer indivíduo pressupõem a existência de um grupo social capaz de sentir culpa, raiva, alegria ou triunfo. Isso não quer dizer que as emoções do grupo precedem historicamente ou são logicamente anteriores às emoções dos indivíduos; quer dizer que a experiência individual é simultaneamente experiência social.” (JAGGAR, 1997, p. 164-165).

importante atentar a duas dimensões no decorrer da análise: (i) quem manifesta o choro (homens, mulheres, crianças, idosos) e (ii) quando esse choro é manifesto (contextos de luto, de êxito/demérito por parte de um alguém ou de um grupo, dentre outros). Se as ocorrências registradas revelarem uma certa multiplicidade de atores e contextos, os problemas do marcador metodológico, listados acima, serão, em alguma medida, amenizados, o que pode ampliar o alcance das conclusões obtidas a partir do indicador selecionado. Contudo, independente de uma alta/baixa multiplicidade observada nas ocorrências de choro no decorrer do estudo, é importante que os resultados alcançados sejam interpretados à luz das limitações impostas pelo marcador metodológico escolhido, mesmo que isso se traduza na realização de conclusões menos potentes e robustas.

3.2 Reconhecimento de Direitos e a manifestação emotiva

Após demarcar o sinalizador do fenômeno estudado e compreender os problemas que o atravessam, é necessário definir (a) onde e quando o mundo será vasculhado para apreensão desse sinalizador¹²⁸, (b) além do modo de verificação de seus impactos. É necessário evitar contextos mais *frios*, pouco susceptíveis à manifestação de expressões emotivas facilmente capturáveis. Faz-se, assim, indispensável o debruçar-se sobre contextos *acalorados* em que as pessoas se sintam mais motivadas e/ou compelidas à irrupção pública das sensações¹²⁹, algumas das vezes não traduzíveis em palavras, que percorrem seus corpos.

O processo de luta por reconhecimento de direitos/cidadania é atravessado por este **linguajar “inexprimível” que transpassam os corpos**. Pessoas que se engajam em um processo de luta por reconhecimento são atravessadas por sensações reveladoras e/ou diagnosticantes de um quadro de não reconhecimento. Emoções revelam-se como engrenagens cruciais ao engajamento e aglutinação das pessoas no processo conflituoso em prol do reconhecimento (KEMPER, 2001; VAN KLEEF, 2008; CASTELLS, 2013). **As**

¹²⁸ “Vale lembrar que a simples escolha de um objeto já constitui um julgamento de valor na medida em que ele é privilegiado como mais significativo entre tantos outros sujeitos a pesquisa.” (GOLDENBERG, 1997, P. 45).

¹²⁹ Neste caso manifestação pública do choro.

peças a quem se nega o reconhecimento intersubjetivo de sua própria humanidade¹³⁰ são, frequentemente, tomadas por reações emocionais que as provocam em direção à luta, uma luta pelo reconhecimento por parte dos que, ainda não são capazes de fazê-lo (família, estado, sociedade). De acordo com Axel Honneth (2003), essa experiência de desrespeito moral, fruto, além de outros motivos, da não garantia de direitos sociais, pode estimular o engajamento de um sujeito em uma luta ou em um conflito prático através:

[...] de reações emocionais negativas, como as que constituem a vergonha ou a ira, a vexação ou o desprezo; delas se compõem os sintomas psíquicos com base nos quais um sujeito é capaz de reconhecer que o reconhecimento social lhe é denegado de modo injustificado. A razão disso pode ser vista, por sua vez, na dependência constitutiva do ser humano em relação à experiência do reconhecimento: para chegar a uma autorrelação bem-sucedida, ele depende do reconhecimento intersubjetivo de suas capacidades e de suas realizações; se uma tal forma de assentimento social não ocorre em alguma etapa de seu desenvolvimento, abra-se na personalidade como que uma lacuna psíquica, na qual entram as reações emocionais negativas como vergonha ou a ira. (HONNETH, 2003, p. 220).

Este momento descrito por Honneth **pode ser compreendido como um conjunto de instantes em que pessoas corriqueiramente necessitam dizer o que ainda não foi dito. Na desordem do não dito, amplia-se a possibilidade do surgimento das lágrimas como intérpretes dessa dimensão, até então, “inexprimível” por meio da linguagem.** Com isso, o debruçar-se sobre contextos de evidente manifestação de desrespeito social e de luta pode revelar-se como uma alternativa para a captura de ambientes *acalorados*:

Simplesmente porque os sujeitos humanos não podem reagir de modo emocionalmente neutro às ofensas sociais, representadas pelos maus-tratos físicos, pela privação de direitos e pela degradação [...]; pois toda reação emocional negativa que vai de par com a experiência de um desrespeito de pretensões de reconhecimento contém novamente em si a possibilidade de que a injustiça infligida ao sujeito se revele em termos cognitivos e se torne o motivo da resistência política. (HONNETH, 2003, p. 224).

As pessoas que sofrem de uma situação de injustiça podem não apresentar uma resposta neutra a este quadro de iniquidade. Elas sofrem o mundo apresentado e quando este sofrimento revela-se como insuportável, elas podem, a depender de outros fatores contextuais, engajar-se na alteração do cenário apresentado,

¹³⁰ Pessoas negadas do desfrute de sua condição humana.

na expectativa de reduzir e/ou aniquilar o desrespeito moral a que estão submetidas. A injustiça não ocorre em um vácuo de sensações; e estas têm consequências consideráveis no curso de ação de diversos atores.

Nesse sentido, convém lembrar que o Brasil se configura como um contexto profundamente atravessado por injustiças e pelas emoções que as atravessam. O cenário de inexistência prática de muitos direitos e do desrespeito difuso a certos sujeitos revelou-se como tônica no Brasil ao longo de sua história. Desde o século XIX, esse processo de instituição de um estado nacional soberano caminha sobre a tese de uma ordem política conciliada a um progresso material, regido por práticas autoritárias por parte do governo central, que exigiu o sacrifício de direitos políticos e individuais de milhões de brasileiros para ser sustentada (SANTOS, 2012; HOLSTON, 2013; REIS, 2009). Nem mesmo no momento em que se discutiu a abolição da escravidão no país, encarou-se este debate como uma questão de constituição da condição cidadã dos negros aqui residentes. A escravidão foi tratada sob a tese da modernização, sendo naquele momento referenciada como um entrave à modernização do país, que necessitava incorporar o trabalho livre e a indústria em sua *práxis* produtiva, para alcançar, assim, o desenvolvimento material e ideológico almejado. Segundo Joaquim Nabuco, figura proeminente no debate abolicionista no país, o abolicionismo era condição necessária para modernização do Império até então instaurado (NABUCO, 2003, p. 110-111).

A dimensão cidadã foi enublada do debate público, mesmo quando o assunto foi o fim da escravidão. A atrocidade para com os negros que viviam sob aquele regime não foi condição suficiente para o fim da submissão e da vexação. Se uma pessoa cidadã é tida como aquela munida de direitos políticos e individuais, e um acesso livre ao território em que ela vive¹³¹, a condição cidadã é pouco universalizável no Brasil, um país onde até hoje se registra:

uma cidadania que administra as diferenças sociais legalizando-as de maneiras que legitimam e reproduzem a desigualdade. A cidadania brasileira se caracteriza, além disso, pela sobrevivência de seu regime de privilégios legalizados e desigualdades legitimadas. (HOLSTON, 2013, p. 22).

¹³¹ Uma concepção de cidadania.

O país é, assim, marcado por um cenário de exclusão histórica, em que afrodescendentes e indígenas nunca foram considerados e/ou reconhecidos completamente em suas singularidades existenciais. Uma gleba que após um período de sangria material e cultural, nomeado como íterim colonial, constitui seu estado nação sob a vigília de teses racistas e desumanizadoras, laboradas no tártaro daquilo que eu não teria coragem de nomear como escola de pensamento brasileiro. Um Estado que se deixou perpetrar pelas hediondas ideias, frutos de uma época¹³², sistematizadas por pessoas como Tobias Barreto, Oliveira Vianna, Nina Rodrigues ou Estácio de Lima, autores que teciam teses desumanizadoras dos negros. Nina Rodrigues e Estácio de Lima, por exemplo, “diagnosticavam” a religiosidade africana como uma *patologia* que explicaria, inclusive, a criminalidade¹³³. Um lugar no qual a tese de uma democracia racial não passa de uma bela proposição literária construída com competência pelo polímata Gilberto Freyre¹³⁴. Um território em que a vida indígena na cidade só “é possível” quando nos moldes Macunaíma¹³⁵, pois a vida cidadã nunca foi muito convidativa e permissiva a estes grupos de pessoas que sempre transitaram entremeio os corredores da “sociedade civil” brasileira, mas nunca dela fizeram parte¹³⁶.

Um exemplo da história recente que ilustra a perpetuação deste quadro de cidadania não garantida e/ou não atribuída no Brasil é a morte do pataxó Galdino dos Santos ocorrida em Brasília, no dia 20 de abril de 1997. Segundo relato

¹³² Um passado que, ainda, se faz presente no contexto brasileiro.

¹³³ É importante deixar claro que estas ideias não são resultado de esforços isolado destes autores, mas tratam-se do resultado de toda uma época.

¹³⁴ Florestan Fernandes demonstra, em *A integração do negro na sociedade de classes* (1975), como esta democracia racial defendida por Gilberto Freyre não se concretiza no Brasil, dadas, entre outros fatores, as dificuldades estruturais que o negro encontra para se posicionar no mercado de trabalho após o fim do regime escravocrata. O livro *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* publicado em 1979 por Carlos Hasenbalg atestam a periferização social sofrida pelo povo negro no país.

¹³⁵ Livro de Mário de Andrade, publicado em 1928 que conta a história de um indígena que tinha um apreço pela cidade de São Paulo.

¹³⁶ Um solo cultural que atravessa a constituição do estado nacional brasileiro no século XVI e suas máculas e práticas perduram até hoje, como descrito por Beatriz Santos e Bernardo Ferreira: “os índios estariam excluídos porque embora livres e nascidos no país, sequer reconheceriam a existência da nação brasileira e de suas autoridades, vivendo inclusive em “guerra aberta” contra elas. Já os escravos, nascidos ou não no Brasil, a sua situação é outra, uma vez que o seu estatuto de não-cidadão será pensado com referência a uma condição jurídica precisa: o fato de que não são donos de si mesmos, o seu estado de privação de liberdade.” (SANTOS & FERREIRA, 2009, p.55).

exposto pelo jornal *Correio Braziliense*, na data em que a tragédia completou 15 anos:

Galdino havia chegado à capital no dia 18 de abril de 1997 para debater com autoridades do poder público sobre a situação da terra do seu povo, a área de Caramuru/Paraguaçu, localizada no sul da Bahia. No dia seguinte, ele participou de um evento organizado pela Funai para comemorar o Dia do Índio. Na volta para a pensão onde estava hospedado, Galdino se perdeu e acabou dormindo em um ponto de ônibus na Asa Sul. Por volta das 5h, quatro jovens e um menor que passavam pelo local resolveram atear fogo contra o índio, alegando que queriam apenas brincar, pois imaginavam que ele seria um mendigo. Galdino teve 95% do corpo queimado e morreu logo após chegar ao hospital. (*Correio Braziliense*, postado em 20/04/2012 18:53 / atualizado em 20/04/2012 21:40¹³⁷).

Este episódio relatado ilustra como a cidadania é negada a Galdino em várias instâncias: negação iniciada no não reconhecimento das terras como um direito dos Pataxó - que aqui já se situavam no momento de chegada dos ibéricos, e que culmina na negação da existência de Galdino na cidade símbolo da formalização política do país. Para além disso, a justificativa oferecida para a prática do crime revela muito sobre como a população mendicante ou sem-teto é interpretada no Brasil. Para os jovens que assassinaram Galdino, a condição de mendigo era um aval para utilização daquele ser com um mero objeto de diversão. Essa justificativa conferida pelos assassinos deixa a sensação de que a humanidade e a cidadania só seriam “outorgadas” àqueles indivíduos detentores de alguma propriedade; aos indivíduos desprovidos de posses, os indigentes, restariam: o flagelo, a vergonha e a desumanidade.

Outro caso que, de modo nefasto, ilustra o tom da relação entre os não-brancos e o quadro de direitos no Brasil na história recente envolve o dentista Flávio Ferreira Sant’Anna, morto por equívoco por policiais militares na cidade de São Paulo. O dentista foi confundido com um assaltante que teria roubado um carro semelhante ao seu, instantes antes dele ser morto. Os policiais o abordaram no momento em que ele adentrava seu veículo e o alvejaram com dois tiros no peito, sem chances de defesa. Na situação, os policiais não imaginaram ser possível a existência de uma pessoa negra detentora de um veículo como o prescrito na situação. Não assentiram a possibilidade de Flávio ser cidadão e não hesitaram

¹³⁷ Disponível em < <http://goo.gl/Po2bLI> > acessado dia 10 de outubro de 2015.

ao julgá-lo como bandido; o “único” lugar possível para Flávio na situação era o de infrator, bandido e transgressor da lei¹³⁸. **Estes casos são fragmentos históricos capazes de ilustrar, de algum modo, as características de um país desigual, em que a condição cidadã é constantemente minada. Nesse contexto, populações historicamente excluídas do quadro de direitos alimentam um processo de luta, contínuo, pelo reconhecimento e garantia de sua própria cidadania, buscando alterar o quadro de cidadanias diferenciadas, ou atrofiadas (SANTOS, 2012).**

Esse cenário sistemático de desrespeito, exclusão territorial e, conseqüente, negação de uma condição cidadã, faz irromper um solo emotivo solicitador de reconhecimento. Debruçar-se sobre esse contexto pode ser interessante para captura de fluxos emotivos mais contundentes e esclarecedores acerca dos papéis das emoções em um contexto comunicativo. Tendo isso em vista, optou-se por estudar um caso que reúne as dimensões relatadas acima, na expectativa de (i) ampliar a possibilidade de atravessamentos emotivos notáveis; (ii) lançar luzes sobre situações, que sistematicamente, são alocadas em zonas de escuridão e penumbra. Trata-se do caso das ocupações urbanas da cidade de Belo Horizonte, mais especificamente das Ocupações Izidora.

3.3 Izidora: entre uma cidadania atrofiada e uma cidadania insurgente

Quando Sérgio Buarque de Holanda faz uso da frase “somos ainda uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 1995 , p.31) penso que ele não imaginava¹³⁹ o potencial de síntese desta sentença para a história e o presente, de boa parte da população de indígenas e negros no Brasil. Os conflitos territoriais persistem no Brasil, e como bem percebido por James Holston (2013), não são dissociáveis do passado colonial do país:

[...] o que estrutura e sustenta esses conflitos são vários episódios de uma relação entre terra e a lei desenvolvida primeiramente na política fundiária de Portugal como instrumento de colonização, remodelada nas tentativas imperial e republicana de usar a reforma agrária para trazer imigrantes livres da Europa para o Brasil para substituir os

¹³⁸ Notícia publicada no jornal *Estadão* no dia 7 de fevereiro de 2004 às 22h02min. Disponível em <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,dentista-negro-e-morto-por-policiais-em-sao-paulo,20040207p11498>>

¹³⁹ O autor usa a frase para falar da influência européia sob a construção de nossas instituições formais

escravos, e depois reiterada no desenvolvimento de periferias urbanas segregadas para abrigar uma força de trabalho industrial. [...] Essa história continua a estruturar o presente. (HOLSTON, 2013, p. 62).

Pensando o território como elemento basilar à constituição dos indivíduos em uma sociedade, na medida em que **o território é o palco onde encenamos nossa existência**, negar o acesso de alguém ao território é, em última instância, negar a possibilidade de manifestação de sua existência. Se “o valor do indivíduo depende, em larga escala, do lugar em que ele está” (SANTOS, 2012, p. 139), a privação do território pode acarretar, como visto no caso Galdino, na negação da humanidade àqueles que não têm um lugar para viver. Território que aqui não é tomado, apenas como o terreno privado da vida, mas trata-se, também, do terreno público.

Nos contextos urbanos, reconhecer esse direito ao território é também reconhecer um direito à moradia e um direito cidade¹⁴⁰. A luta pelo território pode ser traduzida, assim, como luta pelo reconhecimento da condição espacial necessária para manifestação da existência humana. Nesse sentido, debruçar-se sobre uma situação de luta pelo território é debruçar-se sobre um contexto *acalorado*, de excitação emocional, que provoca os indivíduos a irem a encontro de sua humanidade até então não reconhecida. Tendo isso em vista, tal estudo propõe a imersão em um contexto de luta pelo reconhecimento do direito ao território na expectativa de capturar as irrupções emotivas, *choros*, ali manifestas; e, a partir daí, averiguar, as consequências destas manifestações emocionais, evidentes, para debates públicos que atravessam a realização desta luta territorial.

Este estudo se debruçará sobre um conflito urbano na cidade de Belo Horizonte, pelo histórico de desigualdade e de lutas territoriais observado na cidade. Belo Horizonte é uma cidade que, apesar de dispor, administrativamente¹⁴¹, de mecanismos para promoção de processos de descentralização e democratização, vive um ciclo vicioso de desigualdade e exclusão

¹⁴⁰ Para Harvey (2012): “O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade.” (p.74)

¹⁴¹ A cidade conta com um plano diretor que faz menção aos instrumentos estipulados pelo Estatut da Cidade.

(VELÁSQUEZ, 2014)¹⁴² que remonta um cenário de supressão e segregação espacial, não muito distintos, dos observados desde o período colonial no país (SILVEIRA, 2014)¹⁴³.

A cidade é marcada por um histórico de lutas por reconhecimento territorial e é, hoje, palco de um dos maiores conflitos territoriais urbanos da América Latina: “*Ocupação da Izidora*”. Izidora é uma ocupação situada ao norte da cidade de Belo Horizonte, na divisa com o município de Santa Luzia. A região conta com aproximadamente 9,5 milhões de metros quadrados que abrangem o último cinturão verde da cidade, repleto de nascentes e de mata nativa preservada. Essa região da cidade é envolvida por bairros pobres, como Ribeiro de Abreu e Ziláh Spósito, que também foram marcados por um histórico de ocupações irregulares. A Izidora, hoje, conta com quase oito mil famílias cadastradas, o que totaliza quase trinta mil habitantes, distribuídos em três áreas (Rosa Leão, Vitória e Esperança).

Vale ressaltar que a cidade é marcada por outras ocupações que compõem o cenário de luta territorial que se desdobra atualmente em sua malha urbana. Dentre elas, destacam-se as ocupações Dandara, Eliana Silva, Zilah Spósito/Helena Greco, Cafezal, Nelson Mandela, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Guarany-Kaiowá e Jardim Getsêmani. Todas têm, em comum, a utilização de áreas periféricas há muito abandonadas e que, portanto, não cumprem com sua função social.

A ocupação Izidora se localiza em uma região onde o interesse imobiliário se amplia a cada ano, dado que o crescimento da cidade de Belo Horizonte se deu em direção ao norte da cidade. No ano de 2010, a maior parte do corpo burocrático do estado de Minas Gerais foi deslocada para Cidade Administrativa, que se localiza a menos de seis quilômetros da ocupação. Essa alteração

¹⁴² Declaração do Diretor Regional do ONU-Habitat, Elkin Velásquez, durante sua intervenção no seminário *Habitar* realizado na última semana de Novembro de 2014, em Belo Horizonte.

¹⁴³ “A segregação residencial por raça no Brasil possui contornos distintos daquela existente nos Estados Unidos. No Brasil não houve segregação legalizada e institucionalizada após o período escravocrata, além dos índices de segregação residencial por raça serem inferiores (TELLES, 1992; MASSEY & DENTON, 1993). Por outro lado, para outros autores, como Telles (2003) e Marques (2005), isso é justamente o fato que impressiona. Segundo estes, como não houve uma segregação aberta, os índices aqui são consideráveis.” (SILVEIRA, 2014, p.71).

significou a transferência de quase dez mil funcionários do estado para a região, o que ampliou a demanda por imóveis na área. Ademais, a região contou com outros dois eventos de impacto que ampliam a pressão imobiliária ali existente: (i) o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, localizado no município de Confins, inaugurado em 1984 e abandonado durante toda a década de 90, atingiu pleno funcionamento¹⁴⁴ no ano de 2007, com a construção do complexo de vias de trânsito rápido conhecido como Linha Verde; e (ii) a inauguração do primeiro aeroporto industrial do país na região, em março de 2014.

Para além dessa pressão imobiliária que acirra os interesses por propriedades na região, os moradores das ocupações enfrentam outro agravante: desde 2010 a região ocupada contava com um plano de intervenção da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB), que previa a construção de treze mil apartamentos destinados a pessoas cadastradas no programa federal de habitação Minha Casa Minha Vida.

Os atuais moradores iniciaram sua entrada na região em maio de 2013, período em que a cidade estava efervescida pelos protestos conhecidos como *Jornadas de Junho* - quando pessoas tomaram as ruas de várias cidades do país munidas de uma multiplicidade de demandas. É importante ressaltar que a realização dos eventos da FIFA – Copa das Confederações em 2013 e Copa do Mundo em 2014 – promoveram modificações importantes nas cidades que participaram de sua realização; alterações essas que, em alguma medida, motivaram a ocupação da Mata do Isidoro por parte de seus moradores iniciais, inaugurando o que hoje se conhece por ocupações da Izidora. Belo Horizonte, assim como as outras cidades-sede eleitas para Copa de 2014, ampliou seus aeroportos, modificou seus modelos de mobilidade e construiu/remodelou seus estádios. Dentre outras coisas, essas modificações tiveram impactos negativos, principalmente, para grupos historicamente excluídos/ marginalizados. Despejos e remoções de comunidades pobres foram executados para realização de obras relacionadas ao evento e, para além disso, a valorização fundiária e imobiliária, resultante da realização das copas, elevou o custo de vida na cidade, obrigando

¹⁴⁴ O Aeroporto contou em 2014 com um movimento operacional de 10.842.999 passageiros.

as pessoas a se mudarem para zonas mais periféricas e menos valorizadas (COSTA, 2013).

Ao final dos primeiros dois meses, a ocupação já contava com pouco mais de cem barracas, até então improvisadas. Pouco a pouco, elas foram substituídas por construções de alvenaria, dentro do plano urbanístico construído pela *Rede de Apoiadores das Ocupações Urbanas de MG*¹⁴⁵. Desde o início, os ocupantes procuraram deixar claro que aquele movimento não se tratava de uma favela, mas de uma ocupação ordenada dotada de arruamento e toda estrutura necessária para instalação de água, luz e esgoto.

Durante este processo de ocupação, uma enxurrada de argumentos contrários às ocupações foram levantados pelo poder público, por moradores de bairros vizinhos, pelos possíveis donos do terreno e por outras partes desfavoráveis ao movimento. Os opositores questionavam: (i) a legitimidade da do que chamavam de *invasão*¹⁴⁶, na medida em que aquelas terras pertenceriam à Granja Werneck S/A e à Prefeitura de BH; (ii) o aumento da violência e consequente ampliação da sensação de insegurança nos bairros vizinhos; (iii) a desvalorização da região, dado um possível processo de favelização que seria instaurado; e (iv) os riscos que as ocupações ofereciam à preservação da Mata do Isidoro, último cinturão verde da cidade, formado pelo consorciamento de cerrado e mata atlântica que abriga um complexo de 64 córregos e 280 nascentes¹⁴⁷.

A demanda pela reintegração de posse do terreno era forte, as justificativas apresentadas para realização da mesma também registravam/registram uma certa capilaridade na esfera pública. O cenário apresentado para os ocupantes não era dos mais fáceis, exigindo organização e reflexão. Manter-se em um

¹⁴⁵ Rede associada à criação do movimento #Resiste Izidora < <https://www.facebook.com/resisteizidora?fref=ts> > acessado 29 de janeiro de 2016. Trata-se de um cyberativismo focado em promover maior visibilidade à luta das ocupações de BH. Na descrição da page declaram-se como: “Movimento de apoio, luta e resistência contra a intenção de despejo das ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança, na região Isidoro, em Belo Horizonte.”

¹⁴⁶ Existe uma disputa em torno da nomeação do movimento. Os moradores das comunidades fazem questão de evidenciar que o processo relatado é uma *ocupação*, já as partes desfavoráveis classificam-no como uma *invasão*. O termo *ocupação* evidencia o uso de um terreno que não cumpria sua função social, prescrita no Estatuto da Cidade, sendo um espaço ocioso/vago que não oferta benefícios à cidade. Já o termo *invasão*, assinala a ideia de uma violação de propriedade, ato que pode ser classificado como crime, caso comprovado.

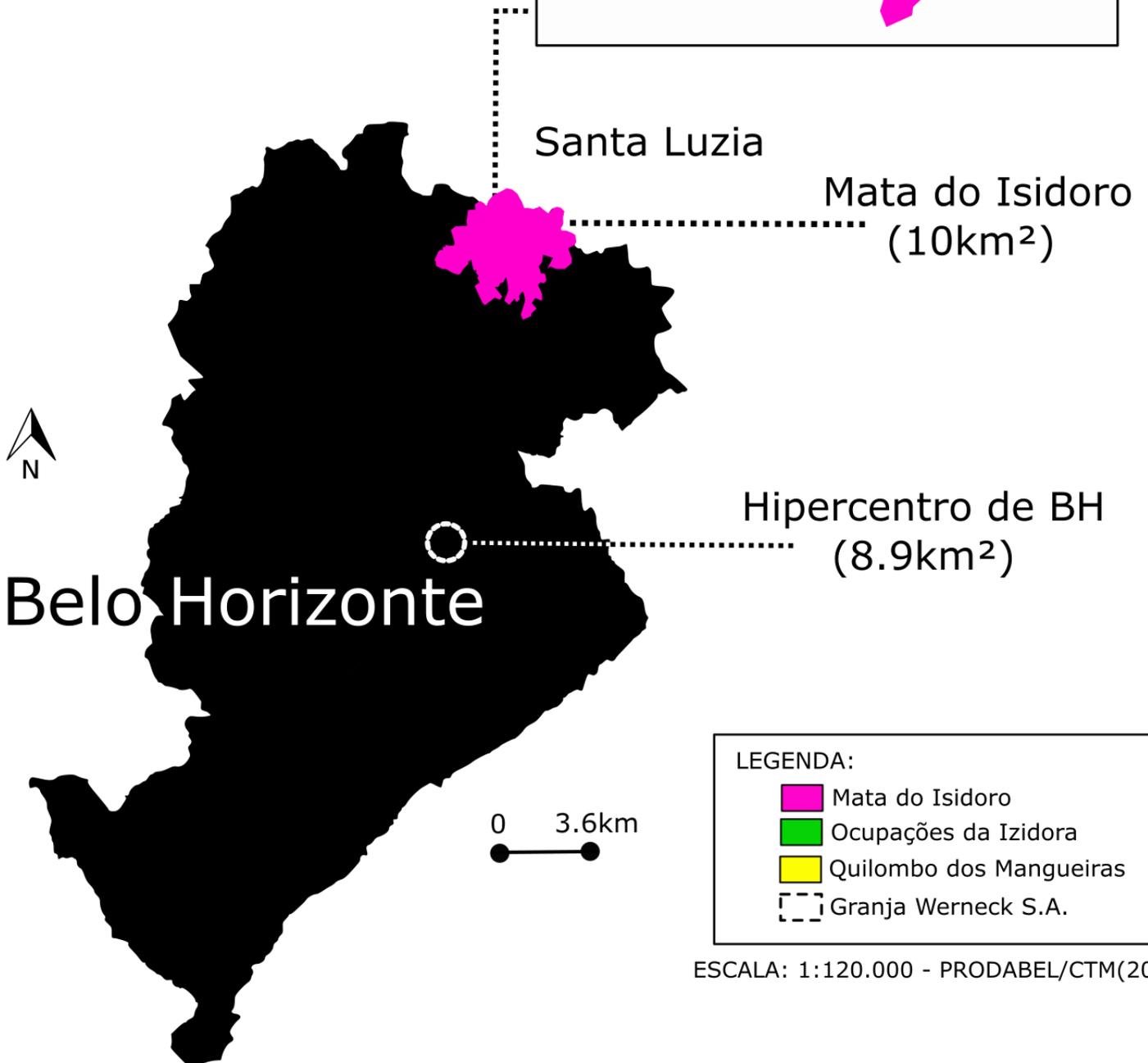
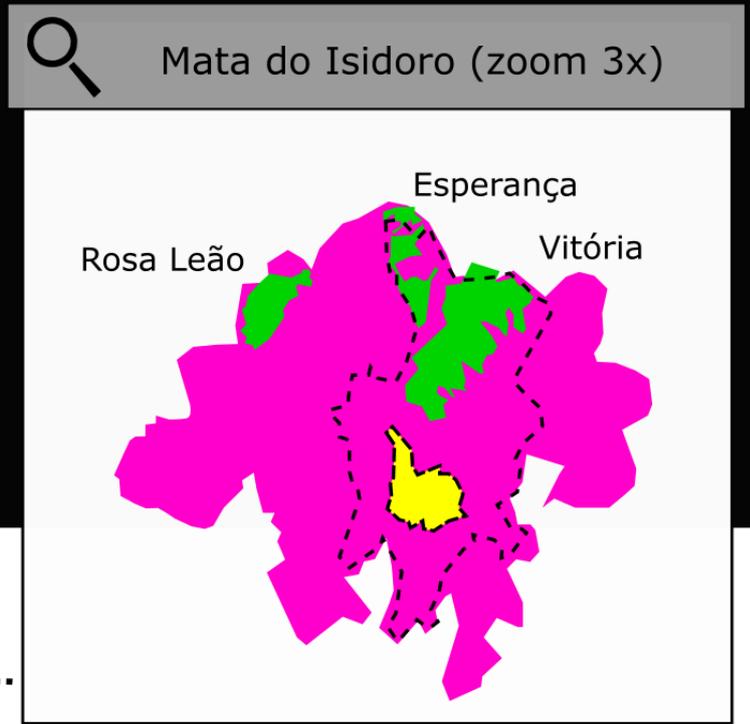
¹⁴⁷ Fonte: estudo PBH sobre a região do Isidoro (2010).

território tão tencionado revela-se como tarefa difícil. Um espaço que é palco de lutas, antes mesmo das ocupações da Izidora se instaurarem por lá, já que, dentro da região existe, ainda, o Quilombo Urbano de Manguieras, composto por 19 famílias abrigadas em 15 casas. Todas as pessoas residentes no quilombo são descendentes de um casal de lavradores negros, Cassiano e Vivência, que ocuparam a região na segunda metade do século XIX¹⁴⁸. Apesar dos quilombolas contarem com uma ocupação centenária do território, eles também são constantemente invisibilizados e desconsiderados da história formal da cidade de Belo Horizonte (NuQ/UFMG, 2010).

¹⁴⁸ Fonte: relatório Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais – NuQ/UFMG (2010). Disponível em < http://www.abant.org.br/conteudo/002PRINCIPAL/Nota_sobre_Manguieras.pdf > acessado 28 de janeiro de 2016.

Imagem 1.

LOCALIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DA IZIDORA EM BH



Para suportar esta demanda pela reintegração de posse do terreno, as ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória contam com uma boa organização interna marcada pela realização de assembleias semanais, e com a produção de informativos sobre questões relativas às ocupações (com o aporte de diversas instituições, coletivos e movimentos sociais envolvidos historicamente na luta pelo território). Dentre essas organizações, podem-se citar as Brigadas Populares e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), além dos Arquitetos sem Fronteiras. Ademais, as ocupações contam com apoio urbanístico e jurídico de advogados e arquitetos da PUC Minas, por meio de seu Escritório de Integração; e de membros da Comissão Pastoral da Terra, vinculada à Igreja Católica¹⁴⁹.

A imagem abaixo ilustra a dimensão espacial referenciada no estudo:

Imagem 2. Ocupação Rosa Leão (em primeiro plano), depois da Mata do Isidoro, cidade de Belo Horizonte.



Ocupação Rosa Leão, BH. Foto: Alessandra Giovanna, retirada em Outubro de 2015.

¹⁴⁹ Para mais informações sobre a região consultar < http://oucqh.indisciplinar.com/?page_id=696 > acessado 27 de janeiro de 2016.

3.4 Descobrimdo os papéis do choro

Após a definição do marcador do fenômeno de interesse e do contexto mais propício para observação do mesmo, é necessário definir o caminho analítico a ser desenvolvido. Dado que o estudo se propõe à descoberta dos papéis/efeitos do choro sobre o contexto comunicativo¹⁵⁰, há a necessidade de uma inserção intensa e profunda no fenômeno de interesse com o intuito de compreender a atuação deste mecanismo. **Para compreender as consequências do choro no processo averiguado, é necessário verificar os sentidos que as pessoas atribuem a este fenômeno em um contexto de debate.** E, para que isso se cumpra, é indispensável se debruçar sobre situações de choro, em que seja possível observar, minimamente, os momentos que antecedem a manifestação emotiva e os momentos que a sucedem. Isso permite capturar possíveis transformações na dinâmica do debate, associadas ao choro manifesto.

Importante ressaltar que o estudo se insere no quadro de investigações de natureza qualitativa-interpretativa, que salientam a relevância da *compreensão* para constituição do conhecimento. Uma das grandes dificuldades da validade nos estudos qualitativos é que, diferentemente dos estudos quantitativos, os resultados obtidos por elas possuem uma menor potência para generalizações (BECKER, 1999). Isso não significa, contudo, que esta questão seja um problema intransponível para estudos desta natureza. Estudos qualitativos viabilizam conclusões relevantes a partir do aprofundamento que permitem por meio da descrição densa e explícita do percurso metodológico adotado, desde a definição dos problemas até os resultados obtidos. Esse processo possibilita que qualquer pessoa interessada pelo estudo seja capaz de acompanhar os caminhos que possibilitaram a construção das conclusões obtidas (BECKER, 1999).

Isso potencializa a (i) *replicabilidade* do estudo para outros contextos com intuito de verificar a validade das conclusões ali registradas, favorecendo (ii) a formulação de comunidades epistêmicas¹⁵¹ sobre o tema pesquisado; e potencializando (iii) a capacidade de falsear os resultados do estudo realizado.

¹⁵⁰ Sobre o qual tem-se expectativa da existência de momentos deliberativos.

¹⁵¹ Público especializado que busca enveredar dentro do problema proposto com o intuito de alcançar conclusões mais pertinentes e defensáveis acerca do mesmo.

Assim, ao explicitar, devidamente, os passos dados na realização da pesquisa, atende-se às exigências¹⁵² para construção do conhecimento a partir de uma perspectiva científica em que: (i) se usa o mundo observado para falar do mundo não observado; (ii) se explicita o método/procedimento utilizado para construção do conhecimento, para que a comunidade científica julgue a validade dos dados¹⁵³; (iii) se revelam os limites do desenho metodológico adotado (KING et al, 1994).

A sistematização do percurso trilhado pelo pesquisador para o estabelecimento dos resultados encontrados no estudo é crucial para que tais conclusões sejam encaradas como científicas¹⁵⁴. Resta explicar como estudos desta natureza (abordagem qualitativa-interpretativa) podem representar/servir de explicação à outras situações semelhantes à analisada no estudo. De acordo com Goldenberg (1997):

a representatividade dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais está relacionada à sua capacidade de possibilitar a compreensão do significado e a 'descrição densa' dos fenômenos estudados em seus contextos e não à sua expressividade numérica. A quantidade é, então, substituída pela intensidade, pela imersão profunda [...] atingindo-se níveis de compreensão que não pode ser alcançados através de uma pesquisa quantitativa. (GOLDENBERG, 1997, P.50)

O objetivo do estudo, assim, não é constituir uma teoria válida para qualquer contexto, mas, a partir de uma inserção intensa no contexto referenciado, obter níveis de compreensão ainda não obtidos sobre um fenômeno de manifestação ampla, lembrando que, mesmo quando outras pessoas se debruçarem sobre o mesmo contexto, “não se deve esperar resultados semelhantes, mas sim que estes resultados sejam compatíveis, e que as conclusões de um estudo não contradigam, implícita ou explicitamente, as de outro” (BECKER, 1997, P.51). Tendo isto em vista, pode-se apresentar de modo mais contundente o contexto e o percurso que serviu de base para essa inserção mais extensa voltada para apreender possíveis efeitos das emoções no contexto deliberativo.

¹⁵² Exigências lembradas por King, Keohane e Verba (1994) na obra *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*.

¹⁵³ Merton (1985) apresentava a importância da ciência se constituir enquanto prática pública e publicizável, não como uma prática privada ou privatizante. A publicização da ciência é o que, também, possibilita a comparação de estudos similares.

¹⁵⁴ Trata-se de uma disciplina/controla da experiência mediada pelo pesquisador.

Para construção das inferências acerca do choro nos contextos deliberativos, adotaram-se quatro principais estratégias: (1) Inserção etnográfica em dez assembleias internas e externas de interesse das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória com o intuito de capturar os momentos de incidência do choro ou referências às mesmas; (2) conversas informais com as pessoas envolvidas nas assembleias, objetivando verificar os impactos do choro percebido e como ele configura ou reconfigura o processo de debate¹⁵⁵; (3) análise de 21 horas e 54 minutos de material videográfico referente a 23 assembleias e audiências envolvendo as ocupações; e (4) uso de fotografias, notícias e documentos para ilustrar, quando necessário, algum fenômeno descrito. Na próxima seção, explicar-se-á, de modo mais detalhado, o percurso traçado para realização das conclusões deste estudo.

3.5 Os palcos que abrigam as lágrimas

Antes de se debruçar sobre a análise das ocorrências de choro é importante descrever as assembleias que serviram de palco para tais manifestações emotivas, promovendo, assim, uma melhor compreensão do cenário abarcador do fenômeno de interesse. As assembleias podem ser divididas em dois grupos: (a) assembleias formais, realizadas no interior das instituições formais – como audiências públicas realizadas no interior da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara Municipal de Belo Horizonte; (b) e as assembleias informais, realizadas no ambiente das ocupações¹⁵⁶.

No período analisado, observou-se que as assembleias formais não apresentaram uma ocorrência regular. Um dos motivos para isso foi a baixa disposição que os governos municipais e estadual registraram para o debate. Para efetivação de tais reuniões foi necessária uma postura de persistência por parte dos moradores das ocupações e dos movimentos apoiadores, que exigiam diálogo aberto com poder público. As ocorrências das assembleias formais são marcadas pela presença do Ministério Público¹⁵⁷, da Defensoria Pública¹⁵⁸ e do

¹⁵⁵ Esse método também foi utilizado pelo estudo de Paromita Sanyal (2015), que objetivou averiguar os impactos das emoções sobre os processos deliberativos em uma localidade no sul da Índia

¹⁵⁶ Tabela com a listagem de todas as assembleias disponíveis no anexo 1.

¹⁵⁷ Instituição responsável pela defesa do direito dos cidadãos. Disponível em < <https://www.mpmg.mp.br/conheca-o-mpmg/o-que-e/> > acessado em 28 de dezembro de 2015.

¹⁵⁸ Instituição que tem por objetivo possibilitar o acesso à justiça a todos. Disponível em < <http://www.defensoria.mg.gov.br/perfil/> > acessado em 28 de dezembro de 2015.

Tribunal de Justiça de MG, instituições que têm uma responsabilidade legal de defender os cidadãos. Além disso, as assembleias formais registram a presença das lideranças das três ocupações e de representantes de movimentos apoiadores, como o MLB, a Comissão Pastoral da Terra, as Brigadas Populares e o Coletivo Margarida Alves, entre outros¹⁵⁹. Para os vídeos disponibilizados, as assembleias formais são aquelas que apresentam maior incidência dos episódios de choro. Isso ocorre, contudo, pelo simples fato de ter-se um maior tempo de registro das mesmas.

Os encontros junto ao poder público foram realizados em espaços como a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Cidade Administrativa de MG, Prefeitura de BH¹⁶⁰. Quando realizadas, as assembleias formais eram marcadas por uma presença significativa de representantes das ocupações. No entanto, é importante salientar que devido à distância e ao horário de realização das mesmas, muitas pessoas se viam impossibilitadas de participar, por questões de trabalho ou por não terem recursos suficientes para o deslocamento até o local das audiências.

A dinâmica das audiências era, frequentemente, marcada por uma exposição inicial das pessoas que compunham as mesas formadas – geralmente, representantes do poder público, lideranças das ocupações e representantes da *Rede de Apoiadores das Ocupações Urbanas em MG*. Após a exposição de cada pessoa pertencente à mesa acerca dos episódios envolvendo as ocupações, abria-se um espaço para que as pessoas presentes na plateia expusessem suas perspectivas acerca do tema. Nem todas as reuniões realizadas junto ao poder público contaram com uma ampla audiência: algumas dessas reuniões junto à COHAB-MG, por exemplo, foram realizadas a portas fechadas e contaram com a presença apenas de representantes do poder público, lideranças e apoiadores

¹⁵⁹ Importante falar da presença de profissionais da arquitetura/urbanismo vinculad_s à academia neste processo. Merecem destaque três grupos que atuaram no processo de elaboração do plano urbanístico das ocupações: Escritório de Integração/PUC Minas, Grupo MOM/UFMG, Grupo Práxis/UFMG.

¹⁶⁰ Também há registro de assembleias em municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, como Santa Luzia e Vespasiano. Situações em que as assembleias ocorrem nas prefeituras ou na câmara municipal.

das ocupações. As reuniões que contavam com um grande público registraram o uso de microfones no processo de conversação pública.

Imagem 3. Moradores das ocupações da Izidora, região Norte de Belo Horizonte no Plenário da ALMG.



Fotos: Sarah Torres / ALMG, retirada em dezembro de 2014, BH. ¹⁶¹

As assembleias informais, por sua vez, apresentavam uma forte regularidade, ocorrendo, normalmente, às quartas-feiras e aos sábados, entre o fim da tarde e princípio da noite, no interior das ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança. Nas assembleias informais, os moradores discutiam demandas internas às ocupações e questões externas a elas, mas de interesse das mesmas. As assembleias tinham duração prevista de 1h, podendo estender-se até 2h a depender do assunto debatido.

Este estudo concentrou-se nas assembleias realizadas na comunidade Rosa Leão.¹⁶² Geralmente, tais assembleias eram realizadas em um espaço aberto, localizado no centro da ocupação. Este espaço contava com um palanque acessado pelas lideranças que coordenavam as assembleias. Quando as reuniões contavam com um número menor de participantes, o palanque não era tão acessado. Próximo ao espaço onde normalmente se realizavam as assembleias, existe um barracão de tapume que também sediava as reuniões

¹⁶¹ Disponível < http://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/index.html?idAlb=7507&albPos=3 > acessado 3 de janeiro de 2016.

¹⁶² Segundo moradores das outras ocupações, a dinâmica observada na comunidade Rosa Leão era muito parecida com a dinâmica (dia e horário de realização, formato da assembleia, número de participantes, duração, temáticas abordadas) daquelas realizadas nas Ocupações Vitória e Esperança.

em caso de chuva. Várias vezes, observou-se uma resistência dos moradores quanto à realização das assembleias em espaços fechados. Muitos alegavam que isto inviabilizaria a participação de um número maior de pessoas no processo de debate. Na comunidade Rosa Leão, por volta das 19h uma das pessoas da coordenação da ocupação se responsabilizava por ligar uma sirene de aviso aos moradores – um som alto e constante, que era acionado por dois minutos para lembrar a comunidade do compromisso público da assembleia.

Semanalmente, as ocupações produziam um panfleto que servia de orientação às pautas a serem trabalhadas nas assembleias. No dia 26 de setembro de 2015, por exemplo, um total de 1.500 unidades foram produzidas e repartidas entre as ocupações, de modo que cada uma recebeu 500 panfletos a serem entregues nas assembleias realizadas aos sábados¹⁶³. A produção do panfleto era custeada pelos moradores, tendo sido sugestão dos advogados dos movimentos que dão suporte às ocupações. As ocupações produziam o panfleto de modo conjunto com o intuito de alinhar os temas discutidos nas assembleias e fortalecer a integração entre as mesmas. É interessante notar que os panfletos contêm, ao final, um campo para as pessoas adicionarem seu *WhatsApp* e entregarem para coordenação das ocupações, gerando, assim, uma nova via de diálogo entre os participantes.

Em conversas particulares e observação direta das assembleias, nota-se que as pessoas mais velhas demonstram maior interesse pela participação nos debates comunitários. Entre os fatores de desestímulo à participação nas assembleias, podem-se ressaltar: (i) condições climáticas no momento da reunião - a chuva dificulta a realização dos encontros pelo fato das ruas serem de terra; (ii) eventos paralelos que ocorrem nas proximidades da ocupação no momento da reunião, como cultos religiosos, encontros para recreação; (iii) clima de tranquilidade e/ou intranquilidade gerados pela eminência de despejo - de acordo com os moradores presentes nas assembleias, o engajamento aumenta quando o risco de despejo é maior.

¹⁶³ A tiragem dos panfletos mantém-se em 1500 panfletos desde quando começaram a ser distribuídos. O estabelecimento desta prática coincide com o início de realização das assembleias (informação obtida junto à coordenação da ocupação Rosa Leão).

Além disso, episódios de violência interna relacionados ao território desestimulam a realização das mesmas. Os assassinatos dos jovens João Vitor, 14, e Bruno, 27, no dia 22/10/2015¹⁶⁴, por exemplo, instauraram um clima de luto e tensão que inviabilizou a realização da assembleia no dia 24/10/2015. As pessoas alegavam que “não havia clima para realização da reunião”, que naquele dia se restringiu a um breve comunicado geral. Tendo em vista que as mortes foram motivadas por questões territoriais, as pessoas tinham receio de possíveis represálias no momento das reuniões e isso desestimulava a participação nas mesmas.

Imagem 4. Placa indicadora do horário de realização das assembleias na ocupação Vitória (à esquerda) e Assembleia realizada no mesmo espaço (à direita).



Fotos: Alessandra Giovanna, retirada em Outubro de 2015, Ocupação Vitória, BH.

As dez visitas realizadas nas assembleias sucedidas no interior das ocupações, também, revelaram uma repetição das pessoas que participavam das reuniões. Isso afeta, em alguma medida, a dinâmica das assembleias, que passaram a ser conversas entre pessoas dotadas de maior proximidade e intimidade. Ao conversar com as pessoas mais frequentes nas assembleias – um universo de cerca de cinquenta pessoas –, percebe-se um anseio pela manutenção dos

¹⁶⁴ Disponível em < <http://brigadaspopulares.org.br/?p=1958> > acessado no dia 9 de janeiro de 2016.

encontros. As justificativas para essa continuidade transitam por quatro eixos: (i) possibilidade de informar a comunidade sobre questões de interesse; (ii) viabilização de decisões mais legítimas acerca de questões internas e externas às ocupações; (iii) modo de proporcionar uma orientação de conduta frente os embates e debates junto ao poder público; (iv) forma de assegurar a socialização e a inserção de novos membros nas ocupações.

Em conversas individuais, os participantes constantemente reivindicavam um maior engajamento dos moradores nas assembleias, afirmando que muitos deles estavam se abstendo de participar de decisões importantes para as comunidades. Segundo os participantes mais frequentes nas reuniões, a paulatina redução da participação seria explicada pelo fortalecimento da crença de que o despejo não seria realizado¹⁶⁵. Algo que teria se intensificado após O Superior Tribunal de Justiça (STJ) acatar recurso e manter a suspensão da ordem despejo dos moradores que vivem nas ocupações (17/09/2015)¹⁶⁶. Ao conversar com pessoas que se abstêm da presença nas reuniões, contudo, outras justificativas são concedidas para o não comparecimento, dentre elas: (i) uma capacidade de debater os assuntos discutidos nas assembleias em outros espaços; e (ii) a não relevância das temáticas enfocadas nas assembleias.

É interessante salientar, ainda, a atuação de pessoas com experiência de ocupações pretéritas no contexto da Izidora. Uma das pessoas mais frequentes na ocupação militou no processo de ocupação ocorrido no ano de 1994, na região do Sarandi, BH, que deu origem à Vila Ziláh Espósito. Esses moradores têm um papel interessante de instrução no processo de diálogo junto ao poder público, orientando acerca das melhores estratégias de enfrentamento e debate. Esse morador relatou-me que, no contexto de 1994-5, também existiam outros

¹⁶⁵ Dado o baixo quórum, as assembleias com ocorrência nas noites de quarta-feira foram suspensas na ocupação Rosa Leão desde o mês de setembro de 2015. A coordenação em alguns momentos associava essa redução drástica do número de participantes nas assembleias à concessão de liminar do Superior Tribunal de Justiça que suspendeu, temporariamente a reintegração de posse envolvendo a região. Isto teria desestimulado o engajamento das pessoas residentes nas comunidades nas assembleias por estas agora considerarem a questão do terreno resolvida.

¹⁶⁶ Notícia disponível em < <http://www.otempo.com.br/cidades/stj-acata-recurso-e-mantem-suspensao-de-despejo-no-isidoro-1.1114923> > acessada dia 3 de janeiro de 2016.

moradores que registravam um histórico de lutas por habitação e que auxiliaram no processo de construção e desenvolvimento do movimento¹⁶⁷.

O clima de medo e tensão que se instaurou sobre as comunidades após o assassinato de Ricardo Freitas, Kdu, coordenador da ocupação Vitória, por parte de grupos de interesse infiltrados no dia 22/11/2015, desestimulou a realização das assembleias que, em novembro de 2015, deixaram de ser fomentadas nas ocupações Vitória, Esperança e Rosa Leão. Visto que para realização de discussão é necessário um ambiente livre de constrangimentos, a constante ameaça de morte não incita as pessoas ao debate. Em um contexto onde as armas passam a ditar o destino, o silêncio transforma-se em travesseiro daqueles que não as têm empunhadas.

Essa atmosfera de ameaça exigiu, inclusive, uma mudança no percurso metodológico estipulado inicialmente para este estudo. Os grupos focais, inicialmente pensados para apreensão das interpretações dos choros percebidos, bem como algumas visitas às ocupações, foram suspensos, dada a situação delicada que envolvia pesquisador e pesquisados. Apesar das mudanças de planos, necessárias à continuidade da pesquisa, o estudo prosseguiu na expectativa de alcançar resultados satisfatórios ao objetivo proposto inicialmente.

3.6 Mudanças de Plano e Proposta de Análise

Com a inviabilidade de realização dos grupos focais o estudo se concentrou na análise de vídeos referentes às ocupações disponíveis no YouTube. Trata-se de um material videográfico, referente às assembleias formais e informais realizadas junto às lideranças das ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança entre Julho de 2013 (início das ocupações) e Dezembro de 2015 (período de finalização da empiria da pesquisa). O material coletado¹⁶⁸ representa um total de 21 horas e 54 minutos de vídeo, registrados no contexto das assembleias. Ele cobre um todo de 23 assembleias, seis das quais são realizadas no contexto

¹⁶⁷ Uma característica que também foi observada por James Holston em suas observações acerca dos bares Jardim Nacional e Lar das Camélias na periferia de São Paulo.

¹⁶⁸ Matriz analítica dos vídeos nos anexos.

das ocupações e 17 em espaços formais como a Assembleia Legislativa de Minas Gerais ou a Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Os vídeos foram coletados a partir do canal do Frei Gilvander¹⁶⁹ no YouTube. Dos 1.492 vídeos disponíveis no canal, filtraram-se, inicialmente, apenas os relacionados às ocupações Izidora¹⁷⁰, selecionados dos mais recentes para os mais antigos por uma simples questão de comodidade conferida pela arquitetura do YouTube. Desta amostra de vídeos, foram selecionados aqueles que registravam assembleias, audiências ou momentos de diálogo capazes de alimentar outras arenas de debate (HENDRIKS, 2006; GOODIN, 2008; MANSBRIDGE, 1999; 2007; 2009).

Os vídeos apreendidos foram vistos integralmente, mesmo quando não se observava registro de choros expressos ou relatados. A observação atenta de cada vídeo foi feita com o objetivo de capturar momentos de *choro expresso*, levando-se em consideração os seguintes critérios de análise videográfica: (a) o escorrer das lágrimas; (b) o enxugar/friccionar dos olhos; (c) e a tremulação da voz/suspiro - dado que a análise se concentrou-se nos momentos de fala. Para computação da ocorrência do choro, *choro expresso*, seria necessário a manifestação notória de “a” (lacrimejar), ou de “b” (enxugar/friccionar dos olhos) combinado com “c” (tremulação da voz); tudo isso observando-se o contexto que envolvia a manifestação dos sinalizadores listados¹⁷¹. Uma outra condição para consideração do choro foi a presença de “b” ou “c” associados a (d) um declarar-se emocionado. O *choro relatado* foi apreendido a partir de menções discursivas a episódios de choro vivenciados pelo falante, ou por outra pessoa, em um momento distinto daquele que sedia o relato.

¹⁶⁹ Canal com 926 inscritos • 550.595 visualizações. Inscreveu-se em: 8 de dez de 2010. Disponível em < <https://www.youtube.com/user/fgilvander/videos> > Acessado 8 de janeiro de 2016.

¹⁷⁰ Links de acesso disponíveis nos Anexos.

¹⁷¹ Pensou-se ainda em observar a *tremura dos corpos*, mas em meio ao processo de análise dos vídeos viu-se que este indicador não é tão factível pelo seguinte motivo: o movimento da câmera as vezes gera a sensação de tremor dos corpos em cena, algo que confunde a codificação de tal evidência.

Quadro 1. Síntese dos critérios utilizados para codificação do *choro expresso* nos vídeos apreendidos

INDICADORES AUDIO-VISUAIS	(a) lacrimejar	(b) enxugar/friccionar dos olhos	(c) tremulação da voz/suspiro	(d) dizer estar emocionado
(a) lacrimejar	1	1	1	1
(b) enxugar/friccionar dos olhos	1	0	1	1
(c) tremulação da voz/suspiro	1	1	0	1
(d) dizer estar emocionado(a)	1	1	1	0

*Legenda: Cada célula representa o consorciamento de indicadores necessários para consideração do choro no processo. Para o caso listado 1 representa codificação do *choro expresso* e 0 representa não-codificação. É evidente que a não manifestação de alguma dessas características incorria em inexistência de *choro expresso*. O *choro relatado* foi codificado a partir da presença das palavras choro e chorar (e suas conjugações possíveis) nos atos de fala das pessoas inseridas nos debates.

A apreensão do choro se concentra sobre os momentos de fala pelo seguinte motivo: os vídeos convergem para retratação dos atos de fala. Algo compreensível na medida em que, em uma assembleia, é esperado que o foco do olhar e a atenção dos presentes sejam direcionados para os que falam. No entanto, essa atenção direcionada a quem fala, impossibilita uma captura mais meticulosa e esmiuçada de manifestações de choro no auditório. Apesar disso, quando observadas, nos poucos minutos de vídeo que possibilitam uma análise mais atenta da plateia, tais manifestações foram incluídas no banco, especificando-se que tal choro não atravessava a figura detentora da fala.

Resta, ainda, justificar a seleção dos vídeos a partir do canal de Frei Gilvander. Ela foi feita por duas razões. A primeira relaciona-se à disponibilidade do conteúdo, já que não existe fonte de dados acerca das ocupações da Izidora que se equipare ao canal de Frei Gilvander. A segunda diz respeito ao significado da

presença de Frei Gilvander nos eventos relacionados às ocupações. O aparecimento do Frei serve de *proxy* para apreensão de momentos importantes envolvendo as mesmas. Isso pode ser dito pois Frei Gilvander é frequentemente apontado, pelos ocupantes, como pessoa mais importante no processo de instauração e manutenção das ocupações da Izidora. O clérigo e assessor da Comissão Pastoral da Terra, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), acompanha as ocupações urbanas de Belo Horizonte e vê, no registro videográfico dos momentos que as atravessam, uma interessante estratégia de luta.

Os principais problemas envolvidos na escolha deste caminho analítico são quatro: (i) os vídeos, apesar de extensos, não são gravações integrais das assembleias; (ii) os vídeos, apesar de retratarem momentos chave¹⁷² das discussões, recortam um processo mais amplo que está ocorrendo¹⁷³; (iii) os vídeos não retratam todas as assembleias realizadas, apesar de cobrirem aquelas tidas como mais importantes¹⁷⁴; (iv) os vídeos podem representar “tanto uma pseudopresença quanto uma prova de ausência” (SONTAG, 2004, p. 14) do pesquisador no fenômeno retratado, o que implica um limite na percepção do fenômeno de interesse.

Apesar de as limitações apresentadas serem sinônimo de possíveis perdas de momentos cruciais, enfraquecendo as inferências realizadas pela análise, a captura das ocorrências de choro e análise do que sucede tais momentos não é inviabilizada por completo. Existem alternativas para contornar a descontinuidade temporal, o recorte espacial, e a conseqüente limitação perceptual envolvida no desenho metodológico. A descontinuidade é amenizada na medida que 82,85% das ocorrências possuem registros videográficos, sem

¹⁷² Trata-se dos momentos de fala dos participantes.

¹⁷³ Como dizia Susan Sontag: “Fotografar recria mundos: o fotógrafo (ou a fotógrafa) permanece detrás da câmara, criando um minúsculo elemento de outro mundo: o mundo das imagens que se oferecem a sobreviver a todos nós.” (2004)

¹⁷⁴ Neste caso a própria presença de Frei Gilvander videografando a assembleia serve de *variável proxy* para apreensão de assembleias importantes. Isso pode ser dito pois Frei Gilvander é difundidamente elencado, pelos ocupantes, como pessoa mais importante no processo de instauração e manutenção das ocupações da Izidora.

cortes ou com cortes rápidos¹⁷⁵, de momentos que sucedem o choro¹⁷⁶. A impressão de *não presença no fenômeno*¹⁷⁷ por parte do pesquisador foi abrandada pelo acompanhamento de algumas reuniões formais e informais¹⁷⁸. Esta experiência perceptual das reuniões possibilita uma leitura mais integral dos vídeos, dado que excede a moldura da câmera.

Há, contudo, um problema que não foi integralmente¹⁷⁹ solucionado dado o contexto conflituoso que cingia a realização da pesquisa. Trata-se da compreensão do que o choro, capturado pela análise dos vídeos, suscitou nos presentes no momento em que ela ocorreu. Para resposta desta pergunta a seguinte estratégia havia sido montada: realização de três grupos focais com as pessoas que presenciaram os episódios de choro. Em meio à roda de conversa, exibir-se-iam dois destes episódios e questionar-se-ia acerca das sensações, comportamentos, desenvolvimentos suscitados no debate.

Os grupos focais inicialmente planejados não foram, todavia, realizados pelo contexto conflituoso existente nas ocupações e este dano não se restringe aos impactos gerados pela resistência ao gravador de voz e à câmera fotográfica, observados nas primeiras visitas à comunidade. Após o assassinato de Ricardo Freitas (Kadu), uma das lideranças da ocupação Vitória, no dia 22 de novembro de 2015¹⁸⁰, um clima de tensão e medo tomou conta do local. A coordenação das ocupações Vitória e Esperança perdeu força, por temor de novas represálias e por ameaças de grupos de interesse infiltrados no território. O assassinato de Ricardo Freitas não foi o primeiro: outra liderança da ocupação também havia sido assassinada no dia 31 de março do mesmo ano¹⁸¹. Os motivos da morte

¹⁷⁵ Percebidos a partir de uma continuidade dos elementos que compõe a cena do vídeo.

¹⁷⁶ É verdade que a dinâmica mais ampla e extensa do debate sofre com estas restrições de continuidade e emolduramento, mas esse problema não é fruto necessariamente deste desenho de pesquisa, mas da dificuldade de isolar-se componentes em um debate e acompanhar suas consequências de modo isolado ao longo de uma estrutura complexa que é o processo discursivo.

¹⁷⁷ Gerada pelo estar vendo uma retratação do fato e não o fato em si.

¹⁷⁸ Tabela com descrição de visitas realizadas á comunidade no anexo 2.

¹⁷⁹ Um problema comum a qualquer estudo que tente se debruçar sobre o impacto das manifestações públicas das emoções.

¹⁸⁰ Notícia disponível em < <http://www.otempo.com.br/cidades/ativista-social-é-morto-a-tiros-na-entrada-de-ocupação-no-isidoro-1.1176110> > acessado em 28 de dezembro de 2015.

¹⁸¹ Notícia disponível em < <http://www.revistaforum.com.br/mariafro/2015/04/02/especulacao-imobiliaria-faz-mais-uma-vitima-bahia-lider-da-ocupacao-vitoria-assassinada/> > acessado em 28 de dezembro de 2015.

também estariam associados à questão territorial. Isto transformou o trabalho na região em algo mais arriscado, para além do risco envolvido no fazer antropológico.¹⁸² As pessoas pertencentes às ocupações se sentiram mais temerosas em se expor e falar qualquer coisa relacionada ao embate territorial. Já não era mais um “conflito” entre comunidade e poder público: a trama havia adquirido novos atores, ou atores já existentes resolveram agir de modo mais intimidador. Essas ocorrências inviabilizaram a realização de grupos focais junto às lideranças das ocupações. Tolheu-se, assim, uma ferramenta metodológica capaz de capturar um conjunto maior de percepções e interpretações dos choros expressos e relatados nas assembleias e audiências¹⁸³. Este cenário transforma as quase 22 horas de vídeo disponíveis sobre as assembleias em um material ainda mais valioso. Na medida em que a inserção no território e obtenção de informações das ocupações tornou-se inviável.

Esta parte da pesquisa se restringiu, assim, a oito visitas em que se realizaram entrevistas informais de preparação e duas rodas de conversas informais, nas quais não foi possível gravar áudio ou vídeo, nem exibir episódios de choro capturados na análise dos vídeos. Tudo ficou restrito ao resgate dos episódios, pela memória dos participantes da conversa, anotados em um caderno de campo. Neste período de acompanhamento das assembleias, realizaram-se, também, duas rodas de conversas informais e conversas particulares junto à moradores(as), onde se questionou acerca de episódios de choro vivenciados nas assembleias e suas consequências para o processo de debate realizado. No que concerne à análise dos vídeos, procurou-se analisar atentamente os minutos que sucediam a ocorrência do choro, com intuito de capturar possíveis afetações na dinâmica da audiência. As dimensões definidas para análise do choro foram:

- *Tempo do Choro*: trata-se de pontuar o intervalo temporal em que se situa o choro codificado a partir do (a) do escorrer das lágrimas; ou da consorciação entre (b) o enxugar/friccionar dos olhos e (c) a tremulação da voz. Essa variável é necessária para evidenciar e demarcar o que se

¹⁸² Neste contexto a desconfiança sobre a figura do pesquisador pode tomar rumos incontornáveis.

¹⁸³ Dois vídeos de choro que fazem parte do escopo de análise do estudo foram selecionados para serem projetados nos grupos focais, o objetivo era questionar as lideranças acerca do que aqueles episódios de choro incitaram nos momentos em que ocorreram.

pontua como choro e para facilitar o retorno ao choro codificado quando desejado;

- *Gênero de quem chora*: trata-se de pontuar se o choro é oriundo de um homem ou de uma mulher ou outra categoria que não se coloca nesta classificação binária;
- *Descrição do choro*: trata-se de pontuar o contexto do choro (assembleia formal ou informal) e os sinalizadores por ele expressos;
- *Reações capturáveis na plateia*: verificar se o choro codificado suscitou aplausos, gritos, choro, mudança da disposição corporal nos presentes; Pessoas atentam para quem chora? A posição de quem chora passa a ser considerada? O choro fortalece o argumento apresentado no debate? As pessoas se silenciam após o choro?
- *Presença de narrativa pessoal*: aqui, observa-se se o momento do choro é marcado pela exposição de uma situação vivenciada pela pessoa que protagoniza o choro;
- *Interrupção da fala*: verificação se o choro antecede, acompanha, sucede ou interrompe a fala.
- *Transcrição do trecho discursivo atravessado pelo choro*: justifica-se pela compreensão do que as pessoas normalmente estão tratando no momento do choro.

Utilizou-se o acompanhamento presencial de oito assembleias, relatados acima, realizadas nas ocupações Rosa Leão e Vitória entre os meses de Agosto e Dezembro de 2015, como instrumentos de auxílio à compreensão dos choros capturados. De todas as assembleias presenciadas, nove foram registradas na ocupação Rosa Leão e uma na ocupação Vitória¹⁸⁴. Tendo em vista o percurso metodológico utilizado para captura dos atravessamentos emotivos no contexto de argumentação pública, pode-se prosseguir para análise dos efeitos destes atravessamentos sobre o processo de debate.

¹⁸⁴ A proposta era concentrar-se na ocupação Rosa Leão, mas em um destes dias de visita ocorreu uma assembleia geral que reuniu representantes das três ocupações na ocupação Izidora.

CAPÍTULO 4. OS PAPÉIS DO CHORO NO CONTEXTO DELIBERATIVO

“Um dia desses, eu separo um tempinho e ponho em dia todos os choros que não tenho tido tempo de chorar.”
Carlos Drummond de Andrade

Após a averiguação da marginalização dos afetos nos desenvolvimentos deliberativos e a defesa da importância e necessidade de se compreender os atravessamentos das emoções na vida política, mais especificamente nos contextos de argumentação pública, esse estudo se debruçará sobre as 35 ocorrências de choro apreendidas nas quase 22 horas de vídeo analisadas com o seguinte objetivo: apontar possíveis efeitos do choro/emoções sobre o processo de choque público de discursos. Não se pretende, aqui, esgotar as possibilidades acerca de um tema tão espinhoso quanto as emoções. Trata-se de um convite e um esforço para construção de um movimento que busca construir elos entre emoções e deliberação. Neste processo, levantam-se quatro possíveis papéis das emoções no contexto deliberativo, apreendidas a partir da expressão do choro no contexto de argumentação pública.

4.1 Os potenciais papéis do choro

O debruçar-se em torno do choro em contextos de debate público revela dois movimentos, já pontuados, de tal manifestação emotiva nos processos de discussão: (a) o choro enquanto expressão emotiva que se dá no contexto do próprio debate, *choro expresso*; (b) o choro, de outros contextos, que é narrado pelas pessoas que se engajam no processo argumentativo, *choro relatado*. Esse chorar e/ou falar do choro não pode ser retratado, aprioristicamente, como algo irrisório que passa despercebido na dinâmica do debate. Ver-se-á que tanto o *choro expresso* quanto o *choro relatado* atravessam, de forma potente, o debate público, não podendo ser desconsiderados pelas pessoas que se debruçam sobre a deliberação. O choro aquece, inflama, silencia, responde. O choro traz evidências a argumentos expostos no debate público. Os *choros relatados*, por exemplo, incidem sobre os palcos de mediação do conflito, podendo despertar, inclusive, emoções distintas das emoções que despertaram em suas manifestações originais. O choro é uma manifestação íntima (ainda que social)

e viva que aglutina e transmite sensações publicamente. Mesmo após ser organizado e sistematizado em forma de palavras, o pranto conserva capacidade de provocar de sensações.

No contexto das assembleias estudadas, perceberam-se quatro potencialidades/capacidades/implicações mais evidentes do choro em um contexto de choque público de discursos. Das 35 ocorrências de choro encontradas, 91,25% eram de *choros expressos* e 8,25% de *choros relatados*. De forma sintética, percebemos que o choro foi capaz de sugerir: (i) uma ruptura estética capaz de atrair a atenção para quem protagoniza o choro; (ii) uma sensibilização capaz incitar as pessoas a concordarem com os argumentos de quem chora, amenizando possíveis conflitos e dissensões existentes; (iii) uma evidência material para o argumento apresentado, capaz de ilustrar situações de injustiças e cerceamento de direitos; (iv) uma potência conclusiva e silenciadora da situação por ele atravessada.

É importante ter em mente que o choro não apresenta, apenas, consequências, usualmente, interpretadas como positivas aos contextos de argumentação pública. Tal manifestação apresenta um comportamento antinômico, e ao mesmo tempo em que é capaz de suscitar estímulos à realização da deliberação, pode servir de embargo ao cumprimento da mesma. O choro capaz de direcionar a atenção da assembleia para pessoas, até então, invisíveis no debate, pode ser o choro que “rouba a cena” dificultando a entrada de novas pessoas ou demandas no mesmo. O choro que suscita enternecimento, sensibilização e consequente concordância para com os argumentos apresentados, pode na verdade polarizar, ainda mais, um cenário de debate, já, dissonante. As lágrimas que servem de evidência material para o argumento apresentado, fortalecendo-o e intensificando-o, podem ser interpretadas como um sinal (ou prova) de incapacidade - da pessoa que chora – em se manter ou se engajar em um processo de argumentação pública. Além disso, a força conclusiva de um choro expresso, ou relatado, no debate pode cessar dissensões motivadoras do debate, mas também pode silenciar e/ou atrapalhar a possibilidade de apresentação de novas demandas importantes à questão discutida.

É importante ressaltar que uma única ocorrência de choro, quando manifesta, não suscita, necessariamente, apenas um desses efeitos. É possível que as lágrimas passem despercebidas pela plateia que as circundam, mas quando notadas tais lágrimas motivam interpretações ou endereçamentos distintos entre as pessoas que as percebem. Essa diferença na apreensão do choro proporciona a existência de distintos efeitos, de tal manifestação simbólica, na assembleia ou audiência em que se manifesta. Torna-se possível, inclusive, que uma mesma ocorrência de choro suscite uma consequência interessante ao surgimento de momentos deliberativos na assembleia e ao mesmo tempo, tal manifestação, fomenta o surgimento de um embargo, ou *antinomia*¹⁸⁵, ao processo de choque público de razões. Esses pontos fazem das emoções uma manifestação complexa que exige cuidado em sua análise e interpretação.

A seguir, apresentam-se, de modo mais minucioso, as quatro potencialidades e antinomias associadas às ocorrências de choro observadas durante à realização deste trabalho. A cada uma delas, será dedicada uma subseção deste capítulo. Em uma quinta subseção, discutem-se potencialidades mais gerais acerca das emoções e outros aspectos associados à performance dos interlocutores no contexto de debate, a partir de conjecturas conceituais.

¹⁸⁵ *Antinomia* aqui refere-se à contradição do efeito potencial do choro à deliberação.

Quadro 2. Dimensões de atuação do choro no contexto deliberativo.

EFEITO¹⁸⁶ POTENCIAL	PRINCÍPIOS NORMATIVOS DA DELIBERAÇÃO SOBRE OS QUAIS ATUA	DESCRIÇÃO DO EFEITO POTENCIAL	ANTINOMIA DO EFEITO POTENCIAL
(i) Atenção	Inclusividade e Reciprocidade	Choro gera uma ruptura estética capaz de atrair a atenção para quem protagoniza o choro.	O choro apesar de apelo à inserção e reciprocidade no debate, também, pode resultar em uma inclusão que afeta negativamente a paridade de fala entre os presentes na audiência.
(ii) Sensibilização	Reflexividade	O choro tem uma potência sensibilizadora capaz de promover a unidade no processo de debate, amenizando possíveis conflitos e dissensões existentes.	Ao “solicitar” a unidade no processo de debate o choro pode potencializar uma <i>polarização</i> desinteressante ao processo de argumentação pública.
(iii) Evidenciação	Racionalidade	O choro serve de evidência material para o argumento apresentado. Serve de prova para situações de injustiças e cerceamento de direitos.	Pessoa que chora pode ser classificada/interpretada pelos participantes da assembleia como alguém incapaz de se engajar e se manter em um processo de argumentação pública.
(iv) Conclusão	Reflexividade	O choro tem uma potência conclusiva e silenciadora da situação por ele atravessada. Trata-se de uma manifestação que vez ou outra pode ser inquestionável.	Essa potência resolutive do choro pode revelar-se como pouco interessante aos processos de argumentação pública, dado que sua manifestação em um debate prematuro pode frear a consideração de outras perspectivas possíveis à situação debatida.

Elaboração própria.

¹⁸⁶ Toma-se aqui o *efeito* como sinônimo do *papel* exercido pelo choro no debate.

4.1.1 O choro enquanto apelo à escuta

Como já discutido em seções anteriores, o diálogo é primordial para constituição do processo deliberativo, “sem diálogo - sem intercâmbio recíproco não se pode falar de deliberação” (MENDONÇA et al, 2014). Para que duas ou mais pessoas possam dialogar acerca de determinado problema, é primordial que essas pessoas estejam dispostas a se escutar. E o escutar, aqui, não se restringe ao mero ato auditivo de captura da voz do outro, mas passa por considerar a posição das outras pessoas engajadas neste processo de debate. Isto seria classificado pela agenda deliberacionista como o princípio da reciprocidade, ou mutualidade. Essa consideração do outro não é sinônimo de uma concordância com a posição que por ele ou ela é defendida, nem é sinônimo de apagamento dos conflitos e dos interesses envolvidos na questão de interesse amplo (MANSBRIDGE et al, 2010), mas passa por tratar como possível a capacidade de posicionamento e argumentação apresentadas pelas partes participantes do debate no decorrer do mesmo.

Ao olhar-se para o histórico das ocupações em Belo Horizonte, percebem-se posturas dos atores envolvidos no processo que dificultam a realização desta reciprocidade. No processo de discussão entre ocupantes e poder público¹⁸⁷, este mostrou-se pouco flexível logo no início do processo, o que dificultou o debate entre poder público e ocupantes. Como o próprio prefeito de Belo Horizonte reconheceu, para o poder público, o movimento não era um interlocutor válido:

[1] “Só que naquele momento de fragilidade nossa, se nós déssemos força para vocês nesse processo de ocupação o que que aconteceria? Todo esse pessoal que acreditou e continua acreditando no nosso processo de política habitacional iria dizer: ‘espera aí, se basta ocupar e invadir para a prefeitura dar tudo, não vale a pena continuar nesta política da prefeitura, eu vou lá ocupar também’. Eu tive que radicalizar com vocês de caso pensado para permitir a construção deste momento hoje. [...] radicalizar é não negociar nada que pudesse incentivar novas ocupações, essa foi nossa posição estratégica.” (Márcio Lacerda - PSB, Prefeito de Belo Horizonte em reunião da prefeitura junto às ocupações no dia 30/07/2013¹⁸⁸).

Os prefeitos de Belo Horizonte e de Santa Luzia – respectivamente, Márcio Lacerda (PSB) e Carlos Alberto Calixto (PSD) – e o governo de Minas Gerais – gestões de

¹⁸⁷ Por aqui nomeia-se poder público como as prefeituras envolvidas no processo (Belo Horizonte e Santa Luzia) e o governo do Estado de Minas Gerais.

¹⁸⁸ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=07e00-OjAGM> > acessado dia 2 de janeiro de 2016.

Anastasia (PSDB) e Pimentel (PT) – adotaram uma postura de diálogo restrito e/ou nulo¹⁸⁹. Márcio Lacerda demorou cinco anos para reunir-se com representantes das ocupações e movimentos apoiadores da luta por moradia na cidade. Não atendeu aos pedidos realizados pelas ocupações Dandara e Camilo Torres, iniciados no ano de 2009, e só se abriu ao diálogo no dia 30 de Julho de 2013, após uma longa marcha, de quase 30km, por parte dos moradores das ocupações, que terminou com a ocupação da Prefeitura de BH. Nesse momento, os manifestantes declararam que sairiam, somente, após se reunirem com o prefeito Márcio Lacerda¹⁹⁰.

Outro fato que ilustra o desinteresse do poder público pelo diálogo foi a estratégia adotada para notificação das ocupações com relação ao despejo, na medida em que um helicóptero da polícia militar foi mobilizado para lançar panfletos, que informavam uma possível retomada de posse do terreno¹⁹¹.

[2] No meio da fala de Charlene chega o comunicado de que um Helicóptero da Polícia Militar sobrevoava a comunidade Rosa Leão. Após a notícia as pessoas se dispersam na audiência e a retomada da discussão fica difícil. Até que uma das participantes que estava na plateia diz em voz alta: "eles fazem isto para tirar a atenção da gente." Outra diz: "nós não temos *medo* do que vai dar não", e uma terceira solicita: "Fiquem *calmos* gente, toda reunião com o governo que tem eles fazem isto para tentar nos dispersar." (Assembleia realizada na CMBH no dia 17 /10/2013).

Ao longo do processo, existem outros episódios que ilustram um desinteresse do poder público pelo diálogo junto aos ocupantes. Os dias 24 de julho de 2014 e 19 de junho de 2015 foram marcados por passeatas em direção à cidade administrativa de MG que resultaram em um fim violento. Em ambos os casos, os ocupantes saíram das ocupações em direção à cidade administrativa exigindo uma negociação acerca da questão territorial da Granja Werneck, e, nos dois episódios, a manifestação foi marcada por repressão policial antes que pudessem chegar à cidade administrativa de MG. O governo justificou a resposta violenta alegando: (i) violência por parte dos

¹⁸⁹ Existiram algumas situações em que o auditório reservado para as assembleias e/ou audiências não comportou a quantidade de pessoas presentes. Tendo em vista que as casas que sediaram os eventos possuíam auditórios maiores os episódios foram tratados como atos de desrespeito e de desconsideração das pessoas das ocupações como interlocutores possíveis. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=1IEAmR--8w> > entre 7:00 a 8:00 min, acessado dia 6 de janeiro de 2016.

¹⁹⁰ Disponível em <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/07/manifestantes-montam-barracas-na-afonso-pena-e-fecham-avenida-em-bh.html>> acessado em 20 de dezembro de 2015.

¹⁹¹ Disponível em <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/08/12/interna_gerais,557546/pm-lanca-folhetos-pelo-helicoptero-na-ocupacoes-avisando-sobre-acao-de-despejo.shtml> acessado em 20 de dezembro de 2015.

manifestantes no decorrer dos dois protestos; (ii) não aceitação de nenhuma das propostas apresentadas pelo governo em momentos de negociação anteriores às manifestações relatadas¹⁹². Lideranças das ocupações responderam às notas do governo afirmando que as propostas levadas pelos ocupantes e pelos apoiadores não foram, minimamente, consideradas.

A postura pouco aberta do poder público à situação de subcidadania relatada pelos moradores das ocupações gerou uma enxurrada de pedidos de consideração e solicitação de escuta por parte dos ocupantes nas assembleias e audiências realizadas. A consideração das ocupações enquanto interlocutoras era condição necessária para inclusão dos ocupantes nos processos de decisão do poder público. Sem consideração dos ocupantes enquanto interlocutores válidos, as demandas oriundas das ocupações perderiam força no processo de tomada de decisão do poder público em relação ao terreno, dado que a não inclusão dos ocupantes no processo decisório reduziria as chances de o poder público entrar em contato com uma multiplicidade de perspectivas não consideradas no processo¹⁹³.

Essa solicitação de escuta por parte dos moradores das ocupações da Izidora não se restringe ao início do processo, mas atravessa todo período analisado dado que o poder público (prefeituras e governo do estado) revelou-se pouco permeável às propostas distintas do modelo de ocupação propostos pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) e pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (COHAB/MG) para região da Granja Werneck.

[3] "Se o prefeito Márcio Lacerda continuar com esta postura insensível, truculenta, fazendo ironia sarcásticas, criminalizando, caluniando e difamando os pobres, que estão tendo a ousadia e a graça de deus de se levantar, se unir e se organizar para lutar por direitos humanos, entre os quais direito pela moradia [...] se o prefeito Márcio Lacerda continuar com esta postura disseminando o *ódio* para os pobres, ele preparará uma grande tragédia em Belo Horizonte, pela qual será responsabilizado [...] Por mais que estas incursões de helicópteros da PM tentam por *medo* e *assustar* as ocupações, o povo não vai tremer nas bases, o povo não vai ter *medo*!" (Fala de Frei Gilvander, assessor da Comissão Pastoral da Terra em audiência realizada na CMBH no dia 17/10/2013¹⁹⁴).

¹⁹² Notícia disponível em <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/06/protesto-da-ocupacao-izidora-em-bh-e-marcado-por-confronto-na-mg-010.html>> acessado dia 27 de dezembro de 2015.

¹⁹³ No texto *Inclusion and democracy* a autora Iris Marion Young (2000) discute a importância desta inclusão para ampliação das perspectivas existentes em um debate.

¹⁹⁴ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=XJy8rZtuoyw> > acessado dia 10 de janeiro de 2016.

Neste processo de luta pelo reconhecimento das ocupações urbanas como interlocutoras possíveis, percebem-se várias ações para que o prefeito considerasse as vozes das ocupações: desde marchas e acampamentos frente à prefeitura e à URBEL até apelos acalorados pela consideração dos falantes nas poucas situações de diálogo registradas entre poder público e ocupantes. Os movimentos utilizavam estratégias, não necessariamente dialógicas para solicitação do diálogo entre poder público e as ocupações. Mas, visto que a deliberação não se revela integralmente em um único intervalo espaço-temporal, observou-se a capacidade de estas estratégias não dialógicas adotadas pelos ocupantes em gerar situações, assembleias e audiências junto ao poder público, que incorreram no surgimento de momentos deliberativos ou momentos interessantes à deliberação, segundo a perspectiva de Goodin (2008).

[4]“Após se reunir com os manifestantes, o juiz Magid Nauef Láuar, da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal de Belo Horizonte enviou ao prefeito Márcio Lacerda um ofício recomendando a participação de representantes da administração municipal no encontro desta quinta-feira. No entanto, de acordo com Leonardo Péricles, integrante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), *ninguém compareceu*. Isso revoltou os membros da ocupação que deram início ao protesto. Em frente a prefeitura eles fizeram um ato e prometem manter mobilizados.” (Trecho retirado *O Tempo*, PUBLICADO EM 10/07/14 - 17h06¹⁹⁵).

[5] "eu gostaria de agradecer a oportunidade que foi concedida, pois na vida são poucos os momentos que temos para expressar os *nossos sentimentos*." (Fala de morador das ocupações em Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos CMBH, 17/10/2013¹⁹⁶).

Neste contexto de não consideração do outro como interlocutor possível, o outro não reconhecido no processo faz um constante apelo pelo reconhecimento de sua existência como parte possível no diálogo, e, nesse processo de solicitação de inclusão no debate, o choro pode revelar-se como um (a) indicador da inexistência de um processo de debate recíproco entre ocupantes e poder público. Ao indicar a ausência de consideração dos afetados no processo de tomada de decisão, as lágrimas também são capazes de (b) solicitar a escuta, a permeabilidade e a consideração daqueles que choram. **Isso transforma as manifestações de choro**

¹⁹⁵ Disponível em < <http://www.otempo.com.br/cidades/integrantes-de-ocupação-fazem-protesto-no-centro-de-bh-1.880766> > acessado dia 27 de dezembro de 2015.

¹⁹⁶ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=nw6Pxa2hGTw>> acessado dia 28 de dezembro de 2015.

em mecanismos de contestação da inclusão e participação de partes até então não incluídas no processo argumentativo¹⁹⁷.

Em rodas de conversas informais junto às lideranças da ocupação Rosa Leão, registraram-se evidências interessantes a este respeito. Quando questionadas acerca dos motivos dos choros registrados em meio às assembleias, as lideranças das ocupações relataram um sentimento de indignação com relação ao descaso que o poder público manifestava nos escassos momentos de debate. Esse sentimento de indignação frente o desrespeito expresso pelo poder público foi assinalado, em alguns momentos, como fator responsável pela irrupção das lágrimas na cena pública.

[7] "Me chamo Eliene sou coordenadora do Esperança, moradora também, atuo aqui há uma ano e três meses, pagava seiscentos reais de aluguel, sou mãe de quatro filhos. Queria falar pra vocês que eu fui uma das que sofreram. Spray de pimenta no meu rosto, também ganhei uma bala de borracha na bunda, ficou roxo até hoje e eu não aguento nem sentar direito [...] Elas não estavam tendo dó, nossos companheiros iam caindo e os PMs iam prendendo. O que *mais me doeu* foi eles nos chamarem de vagabundos, eu tenho meu CPF, eu dou meu CPF para vocês verem se eu sou vagabunda.

[choro] Eles falaram que a gente fez arrastão em um lugar onde não tinha nem como a gente parar. Nós aqui somos trabalhadores!" (Eliene, líder da ocupação Esperança, Visita da comissão de direitos humanos às ocupações 03/07/2015¹⁹⁸).

[8] "Todas as negociações que estão sendo feitas só favorecem a Direcional¹⁹⁹! Por quê? Por que vocês chamam lá de acampamento, vocês já foram lá para conhecer? Lá tem casa construída tem rua com nome, tem número nas casas. Lá não é acampamento! [...] Casa de alvenaria com famílias morando lá a quase dois anos não é acampamento. [...] **[choro]** Eu não aceito ser chamada de acampamento! Nos *respeitem* e nos chamem de ocupação ou de comunidade." (Fala de Elielma, líder da Ocupação Vitória em reunião da Mesa de Negociação com as Ocupações na Cidade Administrativa, 28/04/2015.²⁰⁰

O choro atravessa, assim, momentos em que as lideranças declaram a existência do desrespeito e a necessidade de escuta dos afetados e se soma à fala expressa, sinalizando a desconsideração da existência de pessoas afetadas pelas tomadas de decisão do poder público no processo de discussão que antecede tais tomadas de decisão. O choro se descortina em momentos de solicitação de uma dignidade, constantemente negada. Eliene chora ao dizer que é uma pessoa honesta, portadora

¹⁹⁷ Ocorrências [7], [8], [9] e [10] servem de evidência para o efeito apontado.

¹⁹⁸ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=o5A35BhhXhA> > acessado dia 10 de janeiro de 2016.

¹⁹⁹ Trata-se da construtora que executaria o empreendimento Minha Casa Minha Vida.

²⁰⁰ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=guo-RxamWVU> > acessado 3 de janeiro de 2016.

de documentos de identificação junto ao Estado (CPF) e trabalhadora, características estas que estariam sendo desconsideradas pelo poder público que, de acordo com Eliene, constantemente nomeia os moradores das ocupações como “vagabundos”. Elielma chora no momento em que solicita que ocupações não sejam chamadas de acampamento: trata-se de uma solicitação de consideração ao esforço feito pelos moradores para ordenar o território, até então desabitado; reivindica-se um mínimo de pudor por parte do poder público, que até então desconsiderava essa história organizacional dos ocupantes junto ao território ocupado. Ademais, o choro revela um cenário em que premissas cruciais à deliberação são negadas, dado que para tal perspectiva é essencial que “alegações favoráveis e contrárias às decisões coletivas sejam justificadas àqueles submetidos a estas decisões em termos os quais - dada a oportunidade para se refletir, esses indivíduos possam aceitar (DRYZEK, 2004, p.41)”. Esse desinteresse pelo debate, expresso pelo poder público, inviabiliza: (i) um cenário de produção de justificativas para as decisões tomadas e, conseqüentemente, (ii) a oportunidade de reflexão dos afetados e resposta às justificativas apresentadas.

[9] “Pessoal eu quero dizer uma coisa muito importante aqui. Na verdade, eu vim aqui não só para falar, e sim para ser ouvida. Ouvida porque muitas das vezes a gente não tem essa oportunidade, não tem esse espaço. É negado o espaço para gente denunciar o que a gente sofre nas ocupações. [...] eu estou indignada porque o representante do governo tinha que estar aqui agora escutando nossa fala e ele não está, os que tinham aqui foram embora [...] eu venho pedir em nome de todas as famílias que estão na ocupação Izidora, nos ajudem! Nós precisamos de ajuda! **[choro]** Nós precisamos de socorro! As crianças estão acordando *chorando* [...] sem saber se vai ter casa pra dormir...” (Fala de Charlene em assembleia improvisada na Marcha das Mulheres Negras, ocorrida no dia 15/05/2015²⁰¹).

[10] “Eu *choro* de indignação, de raiva quando converso com as pessoas do governo. Eles tratam a gente como a gente fosse nada quando eu choro eu choro xingando!” (Charlene, coordenadora Rosa Leão, informação oral, 24/10/2015).

Para além de indicar uma ausência de reciprocidade e presença do desrespeito no processo dialógico, o choro expresso, também, ocasiona uma ruptura estética capaz de atrair as partes envolvidas no debate para escuta, conduzindo os olhares até então distraídos e despertando os ouvidos até então oclusos, para outros posicionamentos e justificativas relevantes à situação debatida. Em assembleias demoradas²⁰², as pessoas estão susceptíveis ao cansaço e à distração, que atua independente do

²⁰¹ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=8P4Vdq0--4o> > acessado 3 de janeiro de 2016.

²⁰² Registrou-se assembleias com duração superior à 4h neste processo de acompanhamento.

interesse pelo tema debatido. Neste cenário de exaustão e desatenção, o choro, assim como outras manifestações, pode incorporar esse papel de resgatar a atenção da plateia, suscitando aplausos, gritos e o levantar dos corpos que reaquece o cenário, e conseqüentemente impulsiona a concentração e o engajamento das pessoas no debate. Do total de ocorrências relatadas, observa-se essa reação comportamental sinalizadora de efervescência da plateia em 42,85% delas. É importante ressaltar que o choro aqui descrito não representa os princípios de *reciprocidade* e *mutualidade* em si, mas considera-se que tal expressão emotiva pode atravessar e suscitar tais princípios em contextos em que eles se façam ausentes.

Vale salientar que essa solicitação de reciprocidade, que pode ser fortalecida pelo choro, não se restringe, apenas, à solicitação de consideração das razões apresentadas pelos ocupantes, mas trata-se de exigir que o debate seja realizado em uma trama argumentativa partilhada pelos participantes do debate (GUTMANN & THOMPSON; 1996):

[11] “É importante que a gente tenha uma resposta, e não é enrolação, vir com teoria técnica, pois o povo aqui não entende isso não, o povo aqui é muito humilde. Tem que ser mais objetivo, mais claro para o povo. O que queremos é uma resposta, e não vamos sair daqui sem ela.” (Charlene, Líder Rosa Leão em Audiência Pública CMBH, 17/10/2013²⁰³).

Apesar de a reciprocidade no contexto do debate depender de um altruísmo²⁰⁴, entre as partes envolvidas no mesmo²⁰⁵ (MENDONÇA e SANTOS, 2009), quando presente, o altruísmo potencializa a existência da reciprocidade, dado que o mesmo pode ser associado às capacidades que incitam os seres humanos a trabalharem em prol uns dos outros. O choro, muitas das vezes, também pode funcionar como incitador dessa natureza altruísta, abrindo caminho para construção da reciprocidade no desenrolar do debate. É importante salientar que o choro é importante para reciprocidade, independente do altruísmo, e que neste momento de solicitação de mutualidade, o choro, ainda, não pretende exercer uma função de convencimento em relação à

²⁰³ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=vRe1fZAOP9k> > acessado dia 3 de janeiro de 2015.

²⁰⁴ Palavra trabalhada por Auguste Comte que considerava altruísmo como às capacidades dos seres humanos que os incitam a trabalhar em prol do outro.

²⁰⁵ “A democracia deliberativa não exige que cada participante aceite a perspectiva dos outros, nem que adote uma espécie de altruísmo ingênuo, abrindo mão de suas próprias preferências” (MENDONÇA e SANTOS, 2009, p.510).

postura defendida, mas se trata de um sinalizador de desrespeito no processo argumentativo e um indicador de ausência de *inclusividade* e *reciprocidade* no debate.

Vale ressaltar, contudo, que a depender de seu grau de manifestação, o choro pode registrar um efeito contrário. Isso porque uma pessoa que chora pode (i) não ter condições reais de engajamento em um processo de discussão pública e/ou, (ii) pode ser classificada/interpretada pelos participantes da assembleia como alguém incapaz de se engajar e se manter em um processo de argumentação pública. Dessa forma, o choro é interpretado pelas lentes da vulnerabilidade, fraqueza e/ou descontrole, interpretações essas que dificultam e/ou impedem a permanência de quem chora (e de suas posições) no debate.

O choro apesar de apelo à inserção e reciprocidade²⁰⁶ no debate, também, pode resultar em uma inclusão que afeta negativamente a paridade de fala entre os presentes na audiência. Um exemplo disso ocorreu no seminário *As Híbridas das Lutas Sociais* ocorrido na última semana de outubro, 2015, na cidade de Belo Horizonte. O Seminário estava dentro da programação de um Festival Socioambiental, Cinecipó, e tinha como objetivo a proposição de momentos de debate entre pessoas de movimentos sociais, urbanos e rurais, surgidos nos últimos anos no Brasil. Dentre as pessoas participantes do evento, registrou-se uma presença significativa de coordenadores das ocupações e de pessoas pertencentes à Rede de Apoio às ocupações Urbanas de BH. Os debates ocorriam entremeio a exibição de filmes produzidos por cineastas com atuação em movimentos sociais e/ou por pessoas que interpretam o vídeo como interessante instrumento para Luta. Em uma de suas sessões, denominada *etnias e autodemarcação*, mediada por Pablo Matos Camargo, - funcionário da FUNAI, no dia 29/10/2015, a proposta de discussão se assentava sobre a situação territorial dos indígenas no Brasil e sobre a situação das ocupações urbanas na cidade de BH²⁰⁷, o que inclui as ocupações da Izidora. O debate se deu em uma via muito diferente da planejada. A visualização dos filmes por partes de algumas mulheres pertencentes ao coletivo *Mães de Maio* fez acender a memória

²⁰⁶ Vale a pena ressaltar que o choro aqui descrito não representa os princípios de reciprocidade e a mutualidade em si, mas considera-se que tal expressão pode atravessar e suscitar tais fundamentos em contextos em que eles se façam ausentes.

²⁰⁷ A temática das ocupações urbanas na mesa foi inserida de “última hora”, em decorrência do assassinato de Ricardo Freitas (Kdu) no dia 22/11/2015.

dolorida de perda de seus filhos, em maio de 2006, em decorrência de uma retaliação da polícia aos ataques realizados pelo PCC naquele ano. Junto com a memória, o derramar de um choro que motivava a escuta, suscitava a averiguação de suas causas de luta pela plateia. Mas essa atenção desdobrada às protagonistas do choro acabou desviando o foco da assembleia instaurada após o debate. O cenário, a mediação, os filmes exibidos, foram enublados pelas lágrimas²⁰⁸. É bom recapitular que o foco aqui não é tratar o choro como manifestação boa ou ruim à deliberação, mas sim de apresentar consequências do choro para processos de argumentação pública.

4.1.2 O choro enquanto convite à unidade no processo de debate

De acordo com a perspectiva deliberativa, a interação argumentativa é basilar para ação política, dado que, para esta concepção, as decisões institucionais só podem ser tratadas como legítimas quando submetidas a contínuo regime de revisão por parte dos afetados por tal decisão (MENDONÇA e SANTOS, 2009). Esse processo de revisão deve ser marcado pela inclusividade dos afetados em um contexto de diálogo público, livre de constrangimentos, em que prevalecem o(s) argumento(s) de maior força no debate (DRYZEK, 2000).

Essa força do argumento não se dá apenas pela quantidade de evidências lógicas apresentadas pelos falantes no ato discursivo. Como já exposto nas suposições aristotélicas acerca da *Retórica*, a potência de um argumento, também, estaria, associada à confiança, *ethos*, que a o falante é capaz de suscitar na plateia e ao contexto emotivo forjado no momento do discurso, *pathos*. Seguindo esta perspectiva, o argumento mais forte em uma situação de choque público de razões não é, necessariamente, o que tem maior quantidade de evidências lógicas. O argumento mais contundente pode ser aquele que, em seu momento de exposição, suscitou, pela figura do falante, maior confiança e/ou comoção. Um argumento atravessado por uma

²⁰⁸ Algo similar ao efeito gerado pelo pintor do movimento *impressionista* Georges Seraut (1859-1891) na obra *Tarde Domingo La Grande Jatte* < <https://goo.gl/4MKPCJ> > . Famoso por seu pontilhismo, George Seraut retrata um momento de lazer de alguns franceses na ilha de Grande Jatte. O que chama atenção nesta obra é o fato do instante luminoso ser construído em um segundo plano, enquanto o primeiro plano é tomado por um instante em sombras. Assim como no quadro de Seraut, aquilo que recebe luz, no caso relatado aquilo que é projetado na tela de cinema, no seminário *etnias e autodemarcação* fica em um segundo plano, enquanto aquilo que não foi projetado, aquilo que estava na plateia ou área das sombras, fica em primeiro plano.

manifestação de choro, por exemplo, pode ser capaz de convencer tanto quanto um argumento carregado de uma ampla gama de evidências encadeadas logicamente.

O segundo papel desempenhado pelo choro no contexto de debate, no entanto, está associado a **esta capacidade de ampliar a força dos argumentos que por ele são atravessados, aumentando, conseqüentemente, a chance deste argumento prevalecer no choque público de discursos**. Isso contradiz a expectativa de que as emoções são, indubitavelmente um embargo à formulação argumentos mais potentes em um contexto de debate. As emoções podem, sim, ser um entrave à construção de uma reflexão pública adequada acerca de determinado tema, como foi observado em alguns momentos do estudo. No entanto, não se pode deixar de notar que sua manifestação, capturada pela presença do choro, pode, também, ampliar a potência de certos argumentos frequentemente invisibilizados em audiências e assembleias públicas, promovendo-os.

Aqui, o choro não representa um apelo à *reciprocidade* e/ou *respeito* no contexto do debate, mas se trata de uma estratégia de sensibilização/mobilização para o posicionamento e argumentos apresentados, um convite à unidade, no processo de debate, que selaria o fim de possíveis discordâncias e conflitos ali manifestos. Nesta situação os participantes já estariam inseridos/inclusos, minimamente, na condição de um debate em que são minimamente considerados ou em que já recebem atenção por parte do poder público.

[12] “[...] quando a Charlene chora nas assembleias a gente sente que ela está fraca, que ela precisa de força. Isso motiva a gente a ficar perto dela, se envolver mais.” (Vanda, coordenadora da Rosa Leão, informação oral, 24/10/ 2015).

[13] “[...] quando a Charlene chora, a Rosa Leão chora junto.” (Maria, coordenadora da Rosa Leão, informação oral, 24 /10/ 2015).

Neste caso, o choro não fortalece, necessariamente, o argumento exposto, mas convida/incita as pessoas a se posicionarem ao lado do argumento exposto. Em uma assembleia realizada na Câmara municipal de Belo Horizonte, o vereador Adriano Ventura (PT) afirmou que, “ao assistir as matérias acerca das ocupações na televisão eu pensei: poxa vida, como a cabeça da justiça está longe de compreender a realidade

das ocupações”.²⁰⁹ Assim que Adriano realiza essa afirmação, três pessoas rompem o silêncio da plateia dizendo: “É verdade”. Naquele contexto em que se noticiavam as ocupações Rosa Leão, Esperança, Vitória como invasões de propriedade, qualquer decisão favorável às ocupações era lida como intangível. Haveria a necessidade de compreensão, por parte daqueles que cumprem as leis, de que as pessoas que moram nas ocupações da Izidora não estavam cometendo uma violação do direito de propriedade, mas realizando o uso social de uma propriedade, que segundo os ocupantes, estaria abandonada a décadas.

Essa questão é balizadora do debate que se desenvolve de meados de 2013 até os dias atuais, envolvendo a coordenação das ocupações, associada a movimentos como Brigadas Populares, Movimento de Luta pelos Bairros e Favelas (MLB), Comissão Pastoral da Terra, Ministério Público, Defensoria Pública e o poder público (Governo de Minas - COHAB, Prefeituras de BH - URBEL, e Santa Luzia). Para o convencimento do governo do Estado de que aquilo não se tratava de uma invasão, mas da garantia de um direito fundamental às pessoas que ali residiam, os ocupantes necessitavam apresentar argumentos capazes de subsistir no contexto de choque público de discursos e isso também significava, em alguma medida, sensibilizar o poder público para a pertinência e/ou relevância dos argumentos expostos. Nesse sentido, o choro tem uma capacidade de atravessar o choque público de discursos como um sinalizador de pertinência e relevância do argumento apresentado.

[14] “a falta de água e de luz é uma das coisas que ocorrem no interior das comunidades, não porque a gente não quer pagar, mas porque o município e o estado às vezes não querem deixar que a gente pague, sempre vendo a gente como aquele lado do invasor. Olha eu gostaria de deixar bem claro que é um equívoco achar que em ocupações só vivem um bando de baderneiro. Lá tem um tanto de pai e mãe de família, e eu sou uma. Isso, às vezes, não é importante para muitas das pessoas que estão aqui, mas eu vou deixar bem claro senhor prefeito que para mim é! **[choro]** Nesses cinco anos e dois meses, eu construí a minha casa onde coloquei meus filhos e meu neto [...] A dignidade da minha vida voltou, porque eu agora estudo. Para muitos aqui isso não deve valer nada, mas é a minha vida. Eu vim aqui pedir que se faça o direito do que está escrito em minha camisa, prefeito [fica em pé]: negociação sim, despejo não” (Fala de Deise da Ocupação Camilo Torres sediada na região do Barreiro, em reunião junto à prefeitura de BH realizada no dia 30 /07/2013²¹⁰).

²⁰⁹ Adriano Ventura, 17/10/2013, Discurso em audiência pública realizada na CMBH. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=skr7rFLik0s> > acessado dia 03 de janeiro de 2015.

²¹⁰ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=07e00-OjAGM> > acessado em 2 de janeiro de 2016.

Nesta situação, Deise chora, na primeira reunião junto ao Pref. Márcio Lacerda, uma audiência com presença significativa de representantes do governo e líderes de ocupações urbanas de Belo Horizonte, além de vários apoiadores. A atenção primária já havia sido concedida à Deise, os olhares e ouvidos se atentavam ao argumento por ela exposto, uma situação rara no processo de luta das ocupações. Deise chora. Um choro que, por mais que chame atenção dos presentes para o que é falado, carrega algo mais do que isso. As lágrimas neste caso não significam, proeminentemente, a consideração de Deise enquanto falante possível que deveria ser incluída em um debate - naquela situação nunca se havia chegado tão próximo de uma situação de debate com o governo. O choro envolve a solicitação do cumprimento do direito à moradia para as pessoas moradoras das ocupações.

Mais do que chamar atenção esse choro, agora, incita a sensibilização para o ponto exposto; convida as pessoas a se posicionarem em torno do que foi dito. Um choro que tem uma capacidade de realçar o argumento exposto, na medida em que sua manifestação quase sempre choca e toca. Isso porque o argumento atravessado pelo choro pode vir a ser realçado em uma espécie de marca-texto feito em lágrimas. Isso gera uma potência maior ao argumento em prevalecer no processo de choque público de discursos: seja por ficar mais marcado na memória de quem o vê, seja pela interpretação daquilo que está envolvido pelo choro como algo relevante. Seguindo Aristóteles isso não significa um fortalecimento do argumento pela dimensão do *logos*, mas se trata de uma fortificação do argumento capaz de ocorrer nas dimensões o *pathos* e do *ethos*.

Um episódio interessante para ilustração deste ponto envolve um choro registrado na reunião ocorrida no dia 25 de setembro de 2015 no auditório da Guarda Municipal de Belo Horizonte. Tratava-se de uma reunião realizada para discutir os impactos das ocupações sobre a política habitacional do município de Belo Horizonte. O poder público alegava que as ocupações estavam inviabilizando o cumprimento da política habitacional na cidade, dado que existia uma proposta de construção de 11 mil unidades habitacionais para região da Granja Werneck com verba repassada pelo programa federal *Minha Casa Minha Vida*, que não poderia ser cumprida, na medida em que as ocupações estariam assentadas na área destinada à construção das habitações. Segundo a leitura realizada pela Companhia Urbanizadora e de Habitação

de Belo Horizonte (URBEL), existe uma fila de acesso a habitações a partir da política habitacional adotada. Esta estaria sendo desrespeitada pelas pessoas que ocuparam o terreno da Granja Werneck. A prefeitura apontou para existência de uma política habitacional na cidade de Belo Horizonte, construída, inclusive, com participação popular de movimentos que, no contexto da ditadura, lutavam por moradia (Movimento Popular Organizado pela Moradia).

[15] “Com a fala direcionada à conselheira Edneia, esta ressalta, em nome do Movimento Popular Organizado pela Moradia, a satisfação do CMH realizar esta reunião para tratar sobre a ocupação irregular na área do Granja Werneck. Explicou que este movimento popular nasceu de ocupações que eram realizadas na cidade de Belo Horizonte desde a época do regime militar, até que se construiu, em parceria com a Prefeitura, uma política de habitação que foi instituída por lei. Ressaltou que a ocupação foi um dos instrumentos usados pelo movimento popular para garantir moradia onde não existia diálogo. Sobre os questionamentos já realizados em outros momentos pelos representantes das ocupações irregulares de que o Movimento Popular Organizado pela Moradia possuiu uma fila fictícia de famílias a espera por uma UH, redarguiu que foi este Movimento que instituiu a Política Municipal de Habitação em Belo Horizonte.” (Ata da reunião extraordinária realizada no dia 25/09/2015 na CMBH)

Em meio à reunião, a senhora Dulcinéia da Paixão informou que, apesar das dificuldades que vivenciou em sua vida, ela não foi contemplada com uma unidade habitacional na cidade de Belo Horizonte. Em meio às lágrimas, Dulcinéia tomou sua filha, deficiente visual, pelos braços e disse que as ocupações não estariam respeitando as pessoas inscritas na política habitacional formal. Um posicionamento que fazia frente às alegações realizadas pelos ocupantes da Granja Werneck.

[16] “A Senhora Dulcinéia da Paixão informa que participa desde 2002 das reuniões na Associação Habitacional Cristo Luz do Povo do Bairro Primeiro de Maio, tem uma filha deficiente visual, paga aluguel, não recebe pensão alimentícia e trabalha como Agente Comunitária de Saúde, e até hoje não foi contemplada com uma UH” (Ata da reunião extraordinária realizada no dia 25/09/2015 na CMBH).

Esse choro de Dulcinéia, não relatado na ata da reunião extraordinária, não ficou restrito ao momento em que foi derramado. Tal manifestação foi narrada na assembleia ocorrida na ocupação Rosa Leão no dia seguinte (26/09/2015). Ao descreverem o episódio as coordenadoras da ocupação Rosa Leão, presentes na reunião realizada na CMBH ressaltaram o quanto o choro de Dulcinéia foi marcante e sensibilizador, e o quanto tal choro, somado à narrativa de Dulcinéia, fez frente aos argumentos apresentados pelas lideranças das ocupações na reunião extraordinária.

A coordenação das ocupações poderia descrever qualquer outro episódio envolvido na reunião junto à URBEL, mas deu destaque ao choro de Dulcinéia, partindo dele para discutir a contra-argumentação direcionada às ocupações. Essa capacidade que o choro tem de revestir o argumento apresentado com um véu de prioridade e relevância amplia a potência sensibilizadora do argumento no contexto do debate.

Das ocorrências de choro observadas, registram-se evidências de certa sensibilização, em alguma medida, impugnada pela manifestação do choro. Um exemplo destas evidências envolveu a Deputada Marília Campos (PT), após presenciar seis ocorrências de choro nas ocupações da Izidora. Depois de participar de assembleias nas ocupações Rosa Leão, Vitória e Esperança, a deputada realizou uma declaração que expressa sua sensibilização e a dos outros parlamentares presentes nas ocupações no dia 03 de julho de 2015. A fala da deputada revela, em alguma medida, o anúncio de uma reflexividade no processo; reflexividade que, no discurso de Marília Campos, é associada aos sentimentos expressos no processo de argumentação pública que foi realizado naquele dia²¹¹. A Deputada, após acompanhar depoimentos, choros, indignação expressas pela população diz que:

[17] “[...] os deputados farão questão de representar esse sentimento expresso nas assembleias”. (Fala da Deputada Estadual Marília Campos em visita às Ocupações, dia 3/07/2015²¹²).

Marília Campos faz questão de assinalar que as ocupações conseguiram sensibilizá-los pela causa, e que “tal sensibilização gerou um comprometimento das comissões com o processo de negociações” (Fala da Deputada Estadual Marília Campos em visita às Ocupações, dia 3/07/2015). Este efeito pode, em alguma medida, ser associado à manifestação de vários episódios de choro durante a visita da comissão de direitos humanos. Um choro que chama quem o percebe para perto das razões que o motivam.

Joviano Mayer (2015), em um estudo sobre a constituição dos movimentos urbanos na cidade de Belo Horizonte, aponta que:

Se, por um lado, o poder instituído busca imobilizar e reduzir a potência de mobilização por meio do medo e das paixões tristes

²¹¹ Neste processo de sensibilização é possível que o choro sirva de sinalizador para mudança ou fortalecimento da posição defendida no debate.

²¹² Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=EFJjVZsgRA> > acessado em 5 de janeiro de 2016.

(PELBART, 2008); por outro, os(as) ativistas [...] reconhecem a dimensão política da felicidade e das paixões alegres para potencializar as resistências e agregar mais pessoas (2015, p. 35).

Trata-se de uma afirmação um pouco arriscada que corre o risco de essencializar paixões tristes como ruins à agregação/mobilização das pessoas envolvidas na questão das ocupações e paixões alegres como favoráveis à agregação na situação relatada. Por mais dolorosa que seja a convivência com as paixões tristes, que podem, inclusive, ser motivadas pelo governo/poder instituído, a manifestação destas pode gerar agregação entre os que presenciam sua externalização. Trata-se de momentos de exposição de um fluxo de tristezas e dores vividas no passado que guardam em si a possibilidade de incitar agregação entre os que presenciam tal testemunho da dor e do medo.

Isso está presente na fala de Dona Maria, que destaca como o choro em determinados momentos é um convite à um envolvimento mais contundente da comunidade nas audiências: “quando Charlene chora, Rosa Leão chora junto.” Aqui, não temos evidências suficientes para afirmar a potência agregativa das paixões alegres listadas por Mayer, mas parece-nos que toda classificação/ tipificação de emoções como puramente favoráveis ou estritamente negativas à realização de uma perspectiva democrática é problemática. Como dito anteriormente, uma mesma manifestação emotiva é capaz de suscitar distintos efeitos na audiência que a percebe: o choro que aglutina pode, ao mesmo tempo, separar. Isso porque as pessoas são dotados de históricos diversos, possuem distintos aparatos interpretativos da manifestação simbólica expressa, e os diferentes endereçamentos/interpretações do escorrer das lágrimas é capaz de suscitar distintos efeitos na audiência.

Como dito, o convite à unidade pode resultar em uma *polarização* no debate, dado que o choro é capaz de provocar uma maior aproximação das pessoas que se identificam com o posicionamento de quem chorou, sem, necessariamente, registrar o mesmo efeito nas partes concorrentes que, também, compõem o debate. Quando o choro aproxima os que pensam de modo semelhante, sem necessariamente sensibilizar os que discordam da parte que chora, o debate pode polarizar-se e, mesmo, inviabilizar-se.

Um episódio que ilustra este ponto envolve uma liderança do coletivo Brigadas Populares no dia 13 de agosto de 2014, na audiência pública da Comissão de Direitos

Humanos da ALMG, destinada à verificação das questões envolvendo as ocupações Izidora. Ao falar da gestão do PSDB no estado, Leonardo Péricles se indigna, chora e faz uma fala mais intempestiva²¹³. Ele excede o tempo de fala consideravelmente, e a mesa solicita que ele se acalme e finalize seu pronunciamento, pois as outras pessoas inscritas no debate estavam sendo tolhidas do direito de fala. Leonardo Péricles ultrapassou em muito seu tempo de fala e inflamou o público; algumas pessoas esbravejaram e outras se levantaram. Depois disso, foram necessários vários pedidos de calma por parte da mesa, dado que se incitou um clima inviabilizador da audiência naquele instante.

4.1.3 O choro enquanto validador de demandas

O modelo deliberativo de democracia é constantemente criticado por ser um modo de resolução dos problemas de interesse amplo, pouco aberto aos grupos historicamente excluídos dos processos decisórios, estimulando assim a manutenção do quadro existente de injustiças. Deliberar não é fácil, pois exige uma habilidade argumentativa que não é universalmente compartilhada pelos que necessitam debater. Para além da capacidade de formular razões publicamente, há a necessidade de domínio de uma *práxis* e de um *ethos* que envolvem a lógica da argumentação pública no contexto em que ela se desenvolve. Os falantes pouco habituados ao processo discursivo frequentemente se veem atravessados pelo medo da fala desacertada, pelo temor do vexame e da vergonha pública. Não que as pessoas mais acostumadas à fala pública estejam livres dessas sensações, mas se trata de considerar que a superação delas torna-se mais difícil para pessoas que são pouco habituadas ao falar publicamente e muito menos habituadas ao “serem ouvidas” em público.

Isso não significa dizer, todavia, que pessoas historicamente excluídas dos processos decisórios sejam incapazes de se engajar em uma discussão de modo exitoso. O ponto, aqui, é que esta pessoa terá que superar um amplo contexto de adversidades até se colocar em condições de debater de modo contundente em uma audiência e/ou assembleia.

Nas assembleias realizadas nas ocupações, ocorreu um episódio interessante a este respeito. Em uma das visitas realizadas na ocupação Vitória nos deparamos com

²¹³ Disponível em < <https://youtu.be/9c5ML8QdH1A> > acessado em 4 de janeiro de 2016.

senhor Altair²¹⁴, muito atuante no contexto da ocupação Vitória, na porta da comunidade distribuindo panfletos que seriam utilizados em uma assembleia a ser realizada horas mais tarde. Ao notar que estávamos com uma câmera fotográfica em mãos, Altair retirou a carteira de trabalho de dentro de sua pochete, posicionou-a frente seu rosto e solicitou uma fotografia. Junto com o retrato, expressou outro pedido: o envio de um recado para uma das lideranças da ocupação “Diz pra ela que eu sou trabalhador, sou cidadão de bem, eu sou uma pessoa honesta [...] eu faço muita coisa dentro dessa ocupação aqui. Estou aqui lutando pela moradia de todos” (ALTAIR, 2015, informação oral).

Imagem 5. Altair empunhando carteira de trabalho na entrada da ocupação Vitória.
Foto: Alessandra Giovanna, BH. Retirada em outubro de 2015.



Duas coisas chamaram atenção neste processo: (i) a dificuldade de fala de Altair, dotado de um perceptível grau de disfemia²¹⁵, que exigia certa paciência no ato da escuta e um esforço para encadear o argumento que ele levantava; (ii) a carteira de trabalho empunhada no momento da fotografia continha a inscrição “não assina” e, no lugar da assinatura, um carimbo utilizado para indicar a não alfabetização. Esses elementos podem afetar, significativamente, a inserção de Altair nos processos dialógicos ocorridos dentro e fora das comunidades. Em algumas assembleias

²¹⁴ Senhor de boné e blusa azul na foto à esquerda da imagem 3.

²¹⁵ Popularmente conhecida como *gagueira* - a mais comum desordem de fluência da fala encontrada.

realizadas na comunidade foi possível observar essa solicitação de tradução de Altair, que, muitas vezes, ao tentar se expressar, via-se falando sozinho.

Altair neste caso, torna-se uma prova encarnada para o argumento de que a deliberação privilegia os afeitos ao pronunciamento público. Por mais que ele tenha plenas condições de formular razões acerca da realidade que o rodeia, ele esbarra em dois limites, até então, constitutivos do que ele é no mundo: (i) a dificuldade na fluência da fala; (ii) a não alfabetização. Dadas as dificuldades de inserção no debate, Altair precisa ser, assim, traduzido por alguém no processo de choque público de discursos para que consiga que seus posicionamentos sejam levados em consideração, como foi observado em assembleia realizada na ocupação Vitória no dia 17 de outubro de 2015. Em vários momentos Altair dizia algo para a plateia e, sem resposta, olhava para minha pessoa e solicitava que o argumento por ele expresso fosse dito aos demais²¹⁶. Mas esta tradução não é tão usual. Para ser realizada, é necessário que existam: (i) pessoas pacientes e sinceras, dispostas a escutar, traduzir e considerar Altair; (ii) pessoas que o considerem independentemente do posicionamento por ele expresso.

Na situação relatada, por mais que Altair pudesse vislumbrar no pesquisador uma figura de autoridade capaz de legitimá-lo no processo argumentativo, é inegável, que a solicitação de Altair, para além disso, revela a necessidade que ele tem de ser traduzido, objetivando uma inclusão mais efetiva nos processos de decisão que atravessam as comunidades. Altair tinha argumentos, mas a deliberação exige mais do que a “mera” capacidade de argumentar, ela demanda uma perícia para colocação dos argumentos em cena. Não se trata aqui de negar a necessidade de expressar-se racionalmente em um ambiente de choque público de discursos. Isso é necessário ao ato de deliberar, e, como bem alertado por Ângela Marques (2011), os pontos de vista dos envolvidos na argumentação pública “devem ser construídos sob forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser desafiados e justificados” (p.21). Trata-se, contudo, de chamar a atenção para o fato de que “a troca

²¹⁶ Ao expor Altair dessa forma, questioneimei-me acerca das implicações éticas associadas a tal exteriorização. Acredito que uma ocultação de Altair, aqui, implicaria uma nova exclusão de uma pessoa usualmente invisibilizada. É necessário que a teoria deliberativa conheça mais “Altaires”, pois “Altaires” revelam limites de um campo, que necessitam ser superados, para que “Altaires” não permaneçam em status de invisibilidade. Uma teoria que preza por inclusividade deve atentar-se aos que por ela são frequentemente excluídos. Como Altair me solicitou voz várias vezes, talvez seja um modo de atender a este pedido.

de argumentos envolve um recurso escasso de poder, precisamente a capacidade de se discursar e de se comunicar” (ARAÚJO, 2004, p.158). Daí se entende a necessidade de inclusão de advogadas e advogados populares e de organizações formais, como Ministério Público, Defensoria Pública no debate entre poder Público e ocupantes. Tais organizações cumprem um papel fundamental para uma inclusão mais incisiva dos afetados²¹⁷ naquilo que é compreendido como debate racional²¹⁸. No entanto, essa inclusão não se restringe à perícia²¹⁹ no argumentar associada às pessoas pertencentes a estas organizações. Existe um segundo ponto ao qual o choro se associa de forma mais convincente.

A inclusão mais contundente neste choque público de discursos se dá, principalmente, porque tais organizações apoiadoras, além de uma gramática argumentativa mais permeável ao debate formal são dotadas de instrumentos analíticos capazes de trazer evidências necessárias para comprovação dos argumentos apresentados no contexto de debate. Tais organizações têm acessos a informações e a evidências que os afetados, muita das vezes, não têm, por historicamente viverem em um cenário de subcidadania²²⁰. Informações que lançam luzes sobre um cenário de injustiças, revelando possíveis irregularidades cometidas nos processos de demarcação do território em disputa.

Talvez, a maior dificuldade encontrada por essas pessoas esteja em munir seus argumentos de evidências que os transformem em alegações firmes no processo de choque público de discursos. Essas instituições têm acesso a dados, documentos, contas do governo, internet e luz. São dotadas de tempo e recursos para concentrar-se em pesquisas relacionadas às ocupações. Tudo isso é necessário para produção de evidências que alimentam o processo de argumentação pública. Essa condição técnico-material, muitas das vezes, não se faz presente no contexto dos afetados pela exclusão territorial. As evidências para questionamento da legalidade de posse das terras por parte da família Werneck, que se diz dona das terras pleiteadas, só foram

²¹⁷ E isso não é, necessariamente, oriundo de uma incapacidade, *sine qua non*, dos afetados, residentes das ocupações, em argumentar publicamente que é suprida pelos representantes dos movimentos.

²¹⁸ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=UqgVJsAckYY> > acessado dia 17 de dezembro de 2015.

²¹⁹ Perícia compreendida como o conhecimento dos regimentos que regulamentam as reuniões, compreensão da dinâmica dos espaços formais. É interessante ressaltar a dimensão pedagógica da perícia, é notável que o engajamento no processo de debate instrui os participantes acerca da forma de funcionamento deste processo.

²²⁰ Um cenário onde os habitantes não tem um inclusão integral na cidade a qual tem direito, vivendo em uma condição de exclusão territorial e consequente exclusão cidadã, dado que a cidade lhes é negada.

obtidas, entre outros esforços, após pesquisa documental aprofundada realizada por Padre Piggi, pertencente à Comissão Pastoral da Terra. Os reais afetados não teriam, muito provavelmente, condição técnica e material de produzir evidências similares às encontradas por Padre Piggi²²¹. Em um contexto de exclusão territorial, onde os espaços para encenação da existência são negados, muitas das vezes, todas as evidências que se tem para se engajar no processo de debate público são aquelas que as pessoas produzem e carregam em seus próprios corpos. Relatórios e diagnósticos, que alimentam os processos de debate, são possibilidades distantes para pessoas que se encontram em um quadro de supressão territorial. Nesse contexto, a exposição de ferimentos e cicatrizes como prova/evidência para o argumento exposto se transforma em prática corriqueira nas assembleias analisadas.

²²¹ Também existiram ofícios produzidos pelo Núcleo de Estudos de Populações Quilombolas e Tradicionais – NuQ/UFMG no ano de 2010 que informavam a história da população do Quilombo de Mangueiras na região, apontando como aquela população de 19 famílias residentes em 15 casas se instalaram ali em meados do século XIX, antes da fundação da cidade de Belo Horizonte. Disponível em <http://www.abant.org.br/conteudo/002PRINCIPAL/Nota_sobre_Mangueiras.pdf> acessado dia 16 de dezembro de 2015.

Imagem 6. Homem expõe ferimento ocasionado por PMMG²²² em protesto (à esquerda), mulher chora ao relatar situação vivenciada nas ocupações (à direita).



Fotos: Clarissa Barçante / ALMG (2015), Sarah Torres / ALMG (2014²²³).

Assim como as cicatrizes e ferimentos expostos publicamente, **o choro, também, incorpora a função de evidência material para o argumento expresso no debate público**²²⁴. O choro revela-se como sinalizador de uma dor corpórea pretérita, cravada na lembrança dos sujeitos, que é revivida nos momentos em que necessita ser lembrada. Evidências essas que são fundamentais para o processo de construção da verdade acerca da questão debatida. O mero posicionamento em relação à questão revela-se insuficiente para que um argumento sobreviva no choque público de discursos. Surge, assim, a necessidade de sustentar o posicionamento expresso e o choro funciona como evidência de um sofrimento encarnado nos corpos que sentem, diariamente, o estresse de viver em um cenário de eminente despejo e escassez de serviços públicos disponíveis:

[18] “Bom dia meu nome é Vera Lúcia Aparecida dos Santos, sou uma gari que trabalha varrendo a rua, igual a Dona Marta citou, para vocês, senhores deputados e vereadores que estiveram aqui. Ganho apenas um salário mínimo, pagava quatrocentos e cinquenta reais de aluguel, sobrava apenas duzentos reais para pagar água e luz... Então, eu não tinha o que comer na minha casa. Quando eu vim morar aqui, na primeira semana, foi até uma dona aqui de dentro que me deu alimento para fazer minha comidinha. [...] Às vezes, eu me sentia envergonhada de comer perto dos meus companheiros de serviço **[choro]**.” (Fala de Vera Lúcia Aparecida em assembleia realizada na ocupação Rosa Leão mediante visita da Comissão de Participação

²²² Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=90ILR2iDum0> > acessado dia 17 de dezembro de 2015.

²²³ Fotografias disponíveis em < http://www.almg.gov.br/sala_imprensa/fotos/ > acessado dia 4 de Janeiro de 2016.

²²⁴ Ocorrências ... servem de evidência para o efeito levantado.

Popular e da Comissão de Direitos Humanos da ALMG no dia 03/07/2015²²⁵).

[19]"Tem dia que eu durmo e saio para trabalhar e imagino que eu posso chegar e não encontrar nada, porque tem essa pressão para tirar a gente. Aí eu fico muito triste e *choro muito por causa disso*." (Dona Elza, em assembleia realizada na ocupação Rosa Leão mediante visita da Comissão de Participação Popular e da Comissão de Direitos Humanos da ALMG no dia 03/07/2015²²⁶)

O choro transforma-se assim em testemunho de uma dor, passada, encarnada no corpo, revivida a cada vez em que é lembrada. Este não é um choro que chama pra perto simplesmente, mas trata-se de um choro que fortalece o argumento a partir de uma evidenciação material do argumento proferido. O corpo se ressignifica e se transforma, ele mesmo, em argumento. O choro, somado à fala, torna-se discurso. Vera Lúcia chora ao reavivar a sensação de vergonha e fome que vivenciou durante um tempo de sua vida. Dona Elza chora ao lembrar do contexto conflituoso e instável ao qual às ocupações estão inseridas, e chora ao imaginar a possibilidade de perder o que foi "conquistado"; uma espécie de dor possível a quem arquiteta, no futuro, um ressentido passado.

Essa dimensão do corpo enquanto evidência argumentativa fica clara em um episódio ocorrido em uma assembleia realizada junto a professore(a)s e aluno(a)s da universidade PUC-Minas, apesar de este caso não ser atravessado pelo choro. Uma mãe aparece em meio à assembleia com seu filho, portador de necessidades especiais, apresentando-o como argumento para situação²²⁷. Edna coordenadora que detinha a palavra no momento, apresenta o garoto Renan, 11 anos, dotado de alguma necessidade especial. Todos olham para a criança e para mãe, mas a mãe em nenhum momento fala. A exibição corpórea do garoto, levado ali para ser exposto, serve de comprovação para a posição de Edna. Serve de constatação das constantes "hipóteses" que as lideranças levantam sobre a realidade nas ocupações.

O choro, como forma contundente de exposição corpórea, mune de evidências argumentos expressos em uma dinâmica argumentativa mais ampla. O corpo, assim,

²²⁵ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TWrDiBb4FS4>> acessado dia 26 de dezembro de 2015.

²²⁶ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TWrDiBb4FS4>> acessado dia 26 de dezembro de 2015.

²²⁷ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=eNUfq2R5zFA>> acessado dia 17 de dezembro de 2015.

não é reles meio de transmissão do argumento e se apresenta, ele mesmo, como parte do argumento executado.

[20]“Vou falar em pé porque eu estou tão indignado e sentado a gente fica meio preso.” (Frei Gilvander, em assembleia na CMBH ocorrida em 17/10/2013²²⁸)

[21] Fala Patrícia de Castro da Urbel: "dentre as diversas falas que existiram aqui nesta mesa, algumas eu achei extremamente pertinente. Por exemplo a fala do Bruno dos direitos humanos que disse que o fato da ocupação não ser consolidável não tira o direito à moradia nem retira outras formas de entendimento. Acho que devemos caminhar agora para um caminho de entendimento e pacificação, acho que um acirramento de ânimos não será interessante para ninguém." Neste momento alguém se levanta na plateia e diz: "mas o acirramento de ânimos aqui está sendo gerado pela PM e pela URBEL". A intervenção é encarada como desrespeito por Patrícia, diretora de obras da URBEL: "eu respeito todas as opiniões, mas eu tenho a minha." Homem responde: "a senhora diz isto porque a senhora tem casa e tem tudo, se a senhora estivesse lá reprimida igual a gente está a senhora não iria falar com esta calma, não." (Falas ocorridas em Audiência Pública na CMBH, 17/10/2013²²⁹).

O choro, enquanto evidência para o argumento, pode ser mobilizado, inclusive, por alguém que não chorou, mas relata o choro. Um episódio que esclarece este aspecto ocorreu no dia 27 de novembro 2014, na audiência pública realizada na Câmara de Vereadores de Vespasiano, com o intuito de discutir o despejo de 130 famílias da Ocupação Santa Maria, localizada no mesmo município²³⁰. Em meio às alegações de truculência e ilegalidade por parte da polícia, o Tenente Coronel Alfredo da Polícia Militar - MG (PMMG) pontua que os militares ficaram conturbados ao despejar famílias em condição de pobreza extrema. Com o intuito de lançar provas e apontar a veracidade do argumento levantado, o Tenente Coronel relatou o choro expresso por um dos policiais que viu uma criança brincando no contexto da retomada de posse do terreno.

Após o relato do militar, é possível ouvir murmúrios por parte da plateia, e alguns demarcadores de desaprovação sonoros como vaias e xingamentos. Em meio a esta reação, o pai da criança mencionada no discurso do tenente se manifesta e inicia um

²²⁸ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=u-oA1WGLIRM> > acessado em 6 de janeiro de 2016.

²²⁹ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=6itfAMimgW0> > acessado dia 10 de janeiro de 2016.

²³⁰ Existe uma orientação das lideranças das ocupações quanto a necessidade de participação dos moradores da Ocupação Izidora em qualquer evento que envolva a retratação da situação das ocupações urbanas em MG. Em diversos momentos nas assembleias informais presenciadas sinalizam que os avanços alcançados para uma ocupação junto ao poder público, representam avanços para todas as outras ocupações.

pequeno diálogo com o policial. A tentativa de diálogo é interrompida por outra manifestação, também oriunda da plateia, que questiona o sentimento de compaixão relatado pelo policial: "para com esta ideia; esta ideia não cola, não". A evidência relatada pelo policial parecia não se fixar à situação presenciada pelos moradores da ocupação Santa Maria e isso levou ao questionamento do choro relatado e, conseqüentemente, da postura apresentada pela PMMG na situação.

Naquele instante, o *choro relatado* não era, apenas, uma história sobre lágrimas, mas se tratava de uma tentativa de comprovação material do posicionamento da polícia na situação debatida. Após as contra-argumentações direcionadas ao Tenente Coronel Alfredo, Frei Gilvander fez uma questão de ordem, solicitando que Manoel Bahia, liderança da ocupação Vitória, preso na operação policial retratada, desse seu testemunho. O pedido é atendido e Manoel faz uma descrição inflamada da situação por ele vivida, que culmina em um questionamento do sentimento relatado pela polícia militar.

[22]"[...] para deixar bem claro: eu sou trabalhador, sou carteira assinada vocês podem ver. [...] naquele dia, eu pedi para soltar algemas e vocês riram da minha cara, apesar de eu dizer que tava machucando. Chegaram até mim e me apertaram mais, agora os senhores vêm falar de sentimentos, pra nós? [**choro**] Me ajuda poh! Sentimento? [...] Desculpa gente"²³¹ (Manoel Bahia, Coordenador da Ocupação Vitória em Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Vespasiano, 27/11/2014²³²).

Em um contexto em que o sentimento externalizado ilustra, além de outras coisas, o posicionamento que os indivíduos carregam, o choro expresso por Bahia alia-se às palavras por ele proferidas, demarcando o posicionamento que ele assume frente à PMMG e fortalecendo o argumento por ele apresentado no momento em que tenta servir de evidência de uma dor passada gerada pela própria PMMG. É interessante observar que existe uma batalha acerca de quem expressa o sentimento mais legítimo na situação. Contra sentimentos interpretados como falsos, dado a ação expressa pela polícia na desapropriação, Manoel Bahia manifesta sentimentos mais verossímeis, cingidos pela narrativa de uma situação por ele vivenciada. Nesta batalha de emoções, um sentimento faz frente ao outro para desconstruir argumentos e fortalecer outros.

²³¹ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=gDhUxAfle9c> > acessado dia 6 de janeiro de 2016.

²³² Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=gDhUxAfle9c> > acessado dia 5 de janeiro de 2016.

4.1.4 O choro silenciador

Podemos compreender o argumento como a síntese, publicizável, de um amplo quadro de sensações e experiências coletadas e sistematizadas pelos indivíduos ao longo de suas vidas. Trata-se de um processo de apreensão e codificação dos eventos presentes no cotidiano e conseqüente transformação dos mesmos em uma narrativa comunicável, passível de ser questionada por outras pessoas²³³. Produzir argumentos significa, assim, traduzir esse quadro de sensações, aspirações, expectativas e experiências para um linguajar exprimível àqueles que os acessarão²³⁴. Essa interlocução não envolve, necessariamente, o uso de uma comunicação verbal. Como visto anteriormente, existem vias não verbais, capazes de comunicar esse quadro de sensações que atravessa a existência dos indivíduos. O fato de não fazerem o uso direto da comunicação verbal não coloca essas vias, inevitavelmente, em uma condição mais primitiva ou menos efetiva que as vias verbais. Outras vias, que excedem os fluxos verbais, como o *choro*, são capazes de expor e publicizar nossas aspirações e expectativas em relação à realidade que nos cerca.

O choro, para além de uma manifestação com um sentido em si, guarda uma capacidade de representar algo que está para além de sua manifestação. Como visto anteriormente, ao ver alguém chorando podemos nos questionar sobre o que aquele choro representa. É possível que perguntemos o que motiva aquele pranto: “será que alguém morreu? será que está pessoa está bem?”. Ao fazermos isso esse choro começa a ser transvestido de sentido. O esforço por compreender o posicionamento desta pessoa no mundo, a partir de justificativas mentalmente construídas capazes de se fixarem ao momento presenciado, inicia-se. Nesta tentativa de munir de sentido a manifestação do choro de outrem, é possível que se construa um argumento capaz de traduzir e justificar as sensações, posições e aspirações daquela pessoa, que chora, frente o mundo. Quando o choro atravessa o momento do debate, todo esse movimento mental relatado, pode ocorrer entre os que presenciam a manifestação emotiva naquele contexto. **A conseqüência para o debate pode ser um processo de discussão “silencioso” que se dá na mente dos que testemunham a cena e**

²³³ O texto de Stuart Hall (2013) “Codificação/Decodificação” oferece bases para compreensão deste processo de apreensão e comunicação do mundo percebido.

²³⁴ O debate surgiria, dado que essas apreensões e experiências não significam o acesso à verdade do que o mundo realmente é. Nessa busca por averiguar o que o mundo , como diria Stuart Hall: “a realidade é uma aposta.”

tentam travesti-la de sentido, em um gradativo movimento orientado pela vontade de se compreender as causas daquele choro²³⁵.

O silêncio toma forma quando: (i) as pessoas tentam decifrar, neste exercício de *reflexividade*, as razões do choro do outro; (ii) quando as pessoas alcançam conclusões, que cessam as dissensões de um debate, frente este exercício de reflexividade. Nesse movimento, o choro pode servir de via para produção, aprimoramento e/ou colocação de argumentos no debate; argumentos esses capazes de resistir ao choque público de razões. Ao mesmo tempo, contudo, é possível que esta enxurrada de argumentos mentalmente expostos, embebecidos por lágrimas, solicitadoras de compaixão e complacência, sirvam de embargo à exposição de novos argumentos no debate. Quando isso ocorre, o choro revela seu efeito conclusivo sobre situações de discussão. Essa potência resolutive do choro, às vezes, pode revelar-se como pouco interessante aos processos de argumentação pública, dado que sua manifestação pode frear a consideração de outras posições possíveis à situação debatida.

Um episódio interessante para discutir essa potência silenciadora descrita envolve a apresentação de uma criança recém nascida dentro das ocupações em uma assembleia realizada durante a visita da comissão de direitos humanos da ALMG²³⁶, ocorrida no dia 03 de julho 2015. Quando o vereador Adriano Ventura iniciava sua fala para a comunidade Rosa Leão, uma criança recém-nascida foi tomada no colo pela deputada Marília Campos. A fala de Adriano Ventura cessa após isso Frei Gilvander explicar que a criança representa 8.000 famílias das ocupações. Adriano retorna a fala e diz:

[22] "Não tem muito que dizer neh gente, as atitudes valem mais que palavras: as ocupações necessitam ser abraçadas."

Neste caso a exposição da criança faz cessar uma argumentação que vinha sendo apresentada pelo vereador Antônio Vieira. Fica a sensação de que a criança exibida aglutina todo o debate possível em sua imagem/exposição, dispensando a

²³⁵ Ocorrências ... servem de evidência para o efeito levantado.

²³⁶ Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=WmBExRe0zLA> > acessado dia 17 de dezembro de 2015.

necessidade de sua realização. Muitas das vezes, o choro expresso gera o mesmo efeito que a exibição da criança relatada acima.

Em uma visita realizada à ocupação Rosa Leão no dia 18 de dezembro de 2015, foi possível observar algo parecido. Neste dia, realizou-se uma espécie de reunião emergencial após a entrega de 200 cestas básicas por parte de membros da Igreja Batista Redenção. Nesta reunião, Charlene expôs um pequeno relatório sobre a situação vivenciada pelas ocupações naquele momento, e algumas pessoas presentes realizaram pontuações à fala que era realizada pela coordenadora da ocupação Rosa Leão. Ao falar da redução do apoio oferecido às comunidades após o assassinato de Ricardo Freitas (22/11/2015), Charlene começou a chorar. O choro por ela expresso durou pouco mais de um minuto, foi atravessado pela solicitação de apoio e seu término foi sucedido por um silêncio na assembleia. Outras pessoas começaram a chorar.

As pontuações e adendos à fala de Charlene cessaram por um tempo, configurando um período silencioso, até que o coordenador da ação de natal promovida pela Igreja Batista Redenção frisou a necessidade de se apoiar a comunidade, convidando os presentes, que não faziam parte das ocupações, a abraçarem os que dela faziam parte. Após isso, a reunião foi finalizada e as pessoas se direcionaram para seus afazeres ordinários. Nesta situação descrita não se esperava que a reunião emergencialmente proposta durasse toda a manhã. Mas o choro expresso reduz a manifestação de um debate potencial na situação descrita. Isso porque é comum a realização de reuniões de discussão perante eventos como doações ou visitas especiais, principalmente, em um contexto de redução da realização das mesmas. Ao mesmo tempo que este choro aglutina a audiência em torno das questões apresentadas por Charlene, ele silencia potenciais opiniões/perspectivas que, possivelmente, existiam entre aqueles que o presenciaram. A inibição de novas opiniões ou o desestímulo à exposição das mesmas, ocasionado pela manifestação do choro, podem reduzir os ganhos epistêmicos oriundos do choque público de razões, na medida em que há uma redução da multiplicidade de perspectivas possíveis ao debate.

4.2 Outras considerações sobre emoções e deliberação

Deve-se ter em mente a necessidade de compreender quando uma manifestação emotiva como o choro pode transformar-se em estímulo ou desordem aos arranjos democráticos. Todo esforço desdobrado neste capítulo para compreender possíveis efeitos do choro sobre um contexto de argumentação pública, tem por motivação a verificação dos atravessamentos que as emoções registram na deliberação. É sabido que choro não é sinônimo de todas as emoções possíveis aos seres humanos, mas a captura do choro nos coloca mais próximos da apreensão de manifestações emotivas.

É importante notar como o florescimento das emoções muitas vezes é tratado sob a égide de redução da respeitabilidade por parte das pessoas que as manifestaram. Uma espécie de falta de respeito ou decoro para com o contexto vivenciado. Existem, assim, entre as 35 ocorrências de choro, três pedidos de desculpa pela manifestação do choro público e uma solicitação de respeito por parte de quem mediava o debate na solicitação de choro. Apesar de o choro não ser tratado, muitas das vezes, como uma manifestação possível em debates formais e, costumeiramente, ser encarado como um desaforo ao *ethos* necessário à realização de uma discussão pública, ele não é uma manifestação que pode ser completamente anulada do contexto em que se manifesta e é percebido. Por mais que as lágrimas não sejam citadas nas notas taquigráficas do estado, por exemplo, elas as atravessam de outra forma: a partir de seus efeitos.

Ao chamar atenção, sensibilizar, evidenciar e/ou concluir, as lágrimas atuam na dinâmica do debate. Pessoas podem se sentir mais ou menos dispostas a defender um argumento em cena pública após a manifestação de um choro. É possível que se mude de opinião ou que se fortaleçam as perspectivas já defendidas, após o notar de um pranto. Através destes movimentos inflexivos, usuais aos contextos atravessados pelas lágrimas, o choro revela-se como manifestação profundamente ambivalente, capaz de ser, em um mesmo momento, fonte de luz ou torrente de sombras: (i) luz que ilumina aquilo que transitava nas regiões de penumbra social; (ii) sombra que obscurece todo um terreno de argumentos expostos. Trata-se de uma manifestação que, para ser compreendida em seus efeitos sociais, precisa, necessariamente, ser interpretada e analisada em função de seus contextos.

Para além disso, cabe aqui um comentário com relação às narrativas pessoais. Tais formas de exposição pública do eu atravessam fortemente a manifestação do choro, mas acredito que seria um equívoco tratá-las como sinônimo de manifestações emotivas evidentes. Defendo que elas podem ser uma via de argumentação mais susceptível de ser atravessada pela erupção do choro. Isso porque, narrar uma experiência pessoal do passado, enquanto uma estratégia de evidenciar o argumento proposto, pode significar no rememoração de uma experiência dolorida que suscita o choro. Narrar o passado, em primeira pessoa, não é sinônimo de emoção, mas sim de um caminho mais propício para suscitar sua notável aparição pública.

As evidências expostas para o quarto papel do choro aqui apresentado não são tão fortes quanto as apresentadas para os demais efeitos, muito pela inviabilidade de realização integral do plano de pesquisa proposto inicialmente. Apesar disso, considerou-se importante e necessário realizar a defesa deste potencial efeito, que deu pistas de sua existência ao longo dos desenvolvimentos empíricos deste estudo. Cabe a realização de estudos mais focados em sua manifestação com o objetivo de verificar a pertinência de sua existência. Pode-se imaginar que os papéis (ii) sensibilização e (iv) conclusão são fortemente sobrepostos, pouco passíveis de serem interpretados como efeitos distintos do choro no contexto de argumentação pública. Apesar de ambos atuarem dentro do princípio deliberativo da reflexividade eles são muito distintos. A dessemelhança entre estes papéis pode ser notada pelas diferenças existentes entre seus resultados negativos à argumentação pública: enquanto a consequência negativa da *sensibilização*, gerada pelo choro, na audiência é a possível polarização dos presentes; a consequência negativa da *conclusão*, gerada pelo choro no ambiente, é o silenciamento dos que o presenciam. Para além disso, sensibilizar é muito diferente de concluir. Enquanto a sensibilização pode rearranjar o debate deixando-o em aberto, a conclusão é capaz de cessá-lo. Sensibilização e conclusão se atravessam, mas não são a mesma coisa. Talvez a sensibilização seja caminho para conclusão. Para concluir, é necessário mais que sensibilizar, e a sensibilização não, necessariamente, leva à conclusão no debate.

Considerações Finais

Este trabalho foi marcado por quatro momentos. No **capítulo 1**, fez-se uma revisão da teoria deliberativa, preocupando-se em apontar a existência de uma centralidade da razão no campo e uma conseqüente marginalização das emoções, por parte das pessoas inseridas no mesmo. Tendo em vista que esta marginalização da dimensão afetiva não é fruto de uma simples escolha deliberacionista, o **capítulo 2** procurou compreender os motivos para o afastamento das emoções da deliberação, apesar de existirem contundentes reflexões acerca das emoções no âmbito da filosofia e da ciência. Listaram-se cinco motivos para marginalização das emoções no contexto deliberativo, características que podem servir para compreensão do desinteresse mais amplo acerca das emoções: (i) descrença com relação à capacidade comunicativa das emoções; (ii) classificação das emoções enquanto inteligência de menor valia; (iii) a complexidade envolvida na análise do processo emotivo; (iv) risco de alargamento conceitual envolvido na leitura das emoções enquanto expressões deliberativas; (v) corriqueira associação entre *política/vida pública* e *afetos/vida privada*. Para além disso, o segundo capítulo apontou a existência de estudos acerca das emoções em subáreas da filosofia e da ciência política, alegando que a leitura do que é produzido nestas outras áreas pode revelar-se como interessante ao entendimento de possíveis efeitos registrados pelas emoções na deliberação.

Dado o cenário de marginalização das emoções apresentado, no **capítulo 3** procurou-se tecer um plano metodológico interessado em apreender possíveis efeitos das emoções sobre um contexto de argumentação pública. Isso foi realizado tendo-se em mente os limites expostos no segundo capítulo para o estudo das emoções. Viu-se a necessidade de definir um identificador confiável para apreensão de (algumas) emoções e um contexto relevante e pertinente. Utilizou-se o *choro* como identificador do processo emotivo e escolheram-se as assembleias e audiências envolvendo as Ocupações da Izidora, em Belo Horizonte, como ocasião para “coleta das lágrimas.” Esses choros foram capturados a partir do acompanhamento e análise de 21 horas e 54 minutos de vídeos de assembleias envolvendo as ocupações, disponibilizados no *YouTube*. Para além disso, (i) presenciaram-se oito assembleias realizadas no interior das ocupações; e (ii) realizaram-se grupos de conversa e entrevistas informais com intuito de obter mais esclarecimentos acerca dos choros identificados nas assembleias e audiências.

A partir dos vídeos, apreenderam-se 35 ocorrências de choro que, ao serem analisadas no **capítulo 4**, apontaram para quatro efeitos potenciais do choro sobre o processo de argumentação pública: (i) atenção; (ii) sensibilização; (iii) evidenciação; (iv) conclusão. Efeitos que se sobrepõem e que não apresentam, necessariamente, uma consequência positiva para deliberação. Viu-se que estes efeitos do choro para o contexto deliberativo podem, também, resultar em consequências negativas para argumentação pública: (i) atenção exagerada para alguns grupos; (ii) polarização do debate; (iii) evidência de que a pessoa que chora não tem condições para permanecer no debate; (iv) silenciamento de possíveis perspectivas do debate. Efeitos esses que, a depender da situação, podem se sobrepor, ficando difícil uma distinção clara entre os mesmos.

É importante ter em mente que apesar do choro funcionar como interessante demarcador metodológico para captura de atravessamentos emotivos nas assembleias e audiências, ele não é o único instrumento possível para realização de tal tarefa. Existe uma ampla gama de sinalizadores emocionais - envolvendo desde variações vocais até padrão de expressões faciais - passíveis de serem utilizados em estudos que trabalham as interfaces entre emoções e deliberação. Estudos como de Martinez e Du (2012), na área de aprendizado de máquinas²³⁷, servem de ilustração para estas outras maneiras de se capturar atravessamentos emotivos. Tais autores identificaram a partir da análise de cinco mil imagens oriundas de 230 voluntários: 21 expressões faciais, como riso e espanto, associadas a 21 emoções experienciadas pelas pessoas participantes do estudo. Uma análise computadorizada que pode deixar escapar algumas vicissitudes comuns ao fenômeno emotivo, mas que não deixa de ser uma possibilidade para os estudos envolvendo as emoções no campo da deliberação, principalmente, se estes estudos forem estruturados sobre a análise de vídeos referentes a momentos de discussão pública. A partir destes desenvolvimentos seria possível, quem sabe, descobrir os efeitos de emoções específicas sobre momentos deliberativos, algo que não é tão possível a partir do choro, já que tal manifestação é uma espécie de coquetel de emoções.

²³⁷ *Machine Learning*.

Para uso mais válido e confiável desses resultados com intuito de interpretar a manifestação do choro em outros contextos é importante que se realizem outros estudos replicando o desenho metodológico aqui estabelecido e verificando se os resultados obtidos se assemelham aos que aqui foram encontrados²³⁸. Apesar do plano metodológico inicialmente proposto para este estudo não ter sido realizado integralmente, por motivos de segurança do pesquisador e comunidade pesquisada, sua aplicação em outras situações parece ser promissora e interessante para compreensão dos atravessamentos das emoções no contexto de argumentação pública. Isso porque grupos focais realizados com as pessoas que presenciaram as ocorrências de choro capturadas, por análise videográfica ou observação participante, possibilitam um acesso mais aproximado aos efeitos que esse choro *expresso* ou *relatado* gerou na audiência. Principalmente quando, em meio aos grupos focais, reproduzem-se trechos de choros capturados e se pergunta acerca de possíveis efeitos do choro reproduzido na assembleia ou audiência em que ele ocorreu. Por mais que as pessoas possam esquecer, ou alterar seus quadros interpretativos, esse desenho apresenta um modelo confiável e válido para estruturação de uma pesquisa que procura compreender os atravessamentos entre emoções e deliberação.

A verificação das emoções em outros contextos também é tarefa interessante a ser desenvolvida em tal agenda de pesquisa. Se o *contexto* é uma dimensão, para além de outras, fundamental para interpretação do choro manifesto, a variação do contexto sociocultural pode ser interessante para descortinar outros efeitos até então não revelados das emoções sobre o processo deliberativo. Talvez os efeitos observados em *ocupações urbanas* em Belo Horizonte, sejam distintos dos efeitos observados nos debates em países como Israel ou Turquia, por exemplo. É importante ter em mente que o choro pode registrar outros efeitos em audiências e assembleias dotadas de maior paridade entre seus participantes. Também é necessário trabalhar-se o tema sob o guarda-chuva de outras *temáticas*, pois é possível que a variação da temática trabalhada possa afetar os impactos/efeitos do choro sobre o processo de debate.

²³⁸ A validade interna do estudo foi prejudicada, entre outros fatores, pela inviabilidade de realização integral do desenho metodológico proposto, dado o quadro de risco apresentado nas ocupações a partir do mês de outubro de 2015

Talvez os papéis do choro, quando manifesto ou relatado, em questões menos emblemáticas que as questões territoriais fossem outros.

Dado os problemas enfrentados para realização do plano metodológico desta pesquisa, elaborada entremeio um dos maiores conflitos urbanos registrados na América Latina na atualidade, fica uma questionamento sobre o quanto estamos preparados para tratar conflitos dentro da teoria deliberativa. E não se trata apenas de uma questão conceitual, acerca de quanto a teoria deliberativa dá conta do conflito em sua dimensão normativa, mas se trata de uma reflexão metodológica e instrumental sobre o conflito. Pesquisar situações de conflito não é fácil, e pode significar um constante encontro com assassinatos, prisões, torturas, agressões, medo, ameaças e, entre outras coisas, desconfiança para além do normal²³⁹. Situações essas que não afetam, apenas, o cumprimento das exigências epistemológicas carregadas pelo pesquisador, como também colocam em risco sua condição humana. Pesquisar não é fácil, pesquisar em um contexto marcado por um conflito violento, muito menos. Mas isso não deve ser condição suficiente para retirar estes ambientes das agendas de pesquisa em deliberação. Talvez sejam esses os ambientes capazes de evidenciar, com maior clareza, os limites da abordagem teórica trabalhada. Antes de pensar em abandoná-los faz-se necessário pensar abordagens metodológicas que não colocam as vidas de quem pesquisa e quem é pesquisado em risco. Situações de conflito podem potencializar momentos deliberativos (MOTTA, 2015), mas para captura destes encontros entre conflito e deliberação faz-se necessário arquitetar desenhos metodológicos seguros e eficientes, que atendam as premissas éticas e epistemológicas, necessárias à realização de uma pesquisa válida e confiável.

Se existiu, em algum momento, uma percepção de que este estudo foi muito otimista em relação às possibilidades das emoções, digo que o motivo pode residir em duas causas: (i) o medo de encarar as emoções como fenômeno possível de ser descrito e analisado; (ii) em meio à tentativa de controle da minha experiência enquanto pesquisador, eu não fui tão eficaz, mas manter-se frio perante uma enxurrada de choros é algo complicado para qualquer cientista humano, independente de seu

²³⁹ Questões que não afetam, apenas, a teoria deliberativa, mas qualquer ramo de estudo interessado em se debruçar sobre o conflito.

tratamento metodológico. Cabe destacar, assim, que este estudo é um trabalho incompleto, que necessitaria de mais evidências para fortalecer suas conclusões, aqui entendidas como novos pontos de partida. Para além disso é importante salientar que esta tentativa de construção teórica acerca das emoções no processo deliberativo, tem fortes limitações e a principal delas é a carência de evidências mais fortes para defesa dos quatro possíveis efeitos do choro sobre o processo de discussão pública. Dentre os efeitos que carecem de maiores evidências, destaca-se o efeito (iv) conclusivo. Apesar da carência de evidências, viu-se a necessidade de manter este possível efeito para identificações futuras.

Se, no início desta pesquisa, eu enxergava o estudo das emoções como um grande mar revolto visto da beira da praia, digo que ao final este mar revolto se mantém, mas com uma diferença, já não estou mais às margens, agora navego. Mareio em um barco pequeno, eu sei, porque começar a velejar em nave grande amplia as dimensões de um naufrágio, quase certo, de um noviço marinho que resolveu construir seus barcos. Nessa metáfora oceânica, ousou nomear por barco a forma escolhida para realização do ato investigativo. O navegar se equipara à investigação. A orientação, necessária em local onde todas as direções são possíveis, é feita e afeita por orientador e teoria. Neste mar, arquitetado, as marolas são sinais de pranto, as ondas, choro formado, maremoto é o lamento de um povo. Cruzei 35 ondas, ao ver 35 choros - a cada sulco, quase um mergulho, em um mar ora claro, ora turvo. Terminei com a, ligeira, sensação de que cada fala que cala no peito é um rito que antecede o desejo, do mais sincero e doído lacrimejo. E descobri que não tem como pular uma onda sem se molhar, é difícil ver choro sem chorar, e se esta pesquisa perdura, talvez, um de seus resultados fosse um mar particular.

Referências Bibliográficas

- ANSART, Pierre. *La Gestion des Passions Politiques*. Paris: L'age d'homme , p.204, 1983
- ADORNO, Theodor. *The Authoritarian Personality*, W.W. Norton Company, p.506, 1993.
- AGOSTINHO, Santo. *Livre-arbítrio*; [tradução, organização, introdução e notas Nair de Assis Oliveira ; revisão Honório Dalbosco]. — São Paulo: Paulus, 1995.— (Patrística), 1995.
- AGOSTINHO, Santo. *A Cidade de Deus*; [tradução do original latino intitulado DE CIVITATE DEI de Santo Agostinho, baleada na quarta edição de B. Dombart e A. Kalb. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, p.815, 1996.
- ALMEIDA, Synthio Silveira. Por uma visão schumpeteriana de democracia: Os argumentos críticos de Schumpeter com relação à Teoria Democrática Clássica e as bases da construção de uma nova teoria da democracia. In: *Vértices*, ano 4, nº1, 2002.
- AMINZADE, Ron; McADAM, Doug. Emotion and Contentious Politics. In: *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics*. (orgs.) AMINZADE, Ron et al. New York and London: Cambridge University Press, p. 14-50, 2001.
- ANDRADE, Renata C. Kant: a Liberdade, o Indivíduo e a República. In: *Os Clássicos da Política*.(org.) WEFOORT, F, v. 2, São Paulo: Ed. Ática, p. 47-100, 2006.
- ANTUNES, Marco Antônio. O público e o privado em Hannah Arendt. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-publico-privado.pdf>>
- ARAÚJO, Cicero. Razão pública, bem comum e decisão democrática. In: *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. (org.) COELHO, V. S. P. & NOBRE, M. São Paulo: Editora 34, p.157-172, 2004.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 342, 1999.
- ARISTÓTELES, *Retórica*. Tradução e notas de M. Alexandre Jr., P. F. Alberto e A. N. Pena. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2005.
- ARISTÓTELES. *O Homem, "Animal Cívico"*. Em: *A Política*. Martin Claret, São Paulo, 2010.
- AVRITZER, Leonardo. A Teoria democrática e a deliberação pública. In: *Lua Nova* Nº 49, pp. 25-46, 2000.

BACON, Francis. *Novum Organum*. [Trad.] ANDRADE, José Aluysio Reis de. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BADER, Eleanor, J. Research Reveals Bias in Testing. *Guardian*, 29 de abril 1987. Acessado In: *Gênero, Corpo, Conhecimento*. [trad.] FREITAS, Brítta Lemos. Rio de Janeiro: Record: Rosados Tempos, Introdução, 1997.

BALLETT, Marion. *Émotions et Elections. Les Campagnes Présidentielles Françaises (1981-2012)*. INA / Le Bord de l'Eau, p. 286, 2014.

BARRETT, Lisa Feldman. Solving the emotion paradox: categorization and the experience of emotion. *Personality and Social. In: Psychology Review* 10 (1): 20-46, 2006.

BARNES, Marion. Passionate participation: emotional experiences and expressions in deliberative forums. In: *Politics and emotions: the affective turn in contemporary political studies*. (org.) THOMPSON & HOGGETT. Continuum: New York, p. 23-40, 2012.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Difusão Européia do Livro: São Paulo, p. 309.1970

BECKER, Howard. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Hucitec., 1999.

BENHABIB, Seyla. Rhetorical Affects and Critical Intentions: A Response to Ben Gregg. In: *Theory and Society* 26, p.153-158, 1987.

BENHABIB, Seyla. Models of Public Space: Hannah Arendt, the Liberal Tradition, and Jurgen Habermas. In: CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MIT Press, p. 73-98, 1992.

BENHABIB, Seyla. Communication and the Other: beyond deliberative democracy. In: BEBHABIB, S. (ed.) *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 120-135. Acessado em: MARQUES, Ângela Cristina S.; (Org. etrad.). *A deliberação pública e suas dimensões políticas comunicativas: textos fundamentais*. BeloHorizonte: Autêntica, p. 109-142, 2009.

BESSETTE, Joseph. *Deliberative Democracy: The Majority Principle in Republican Government*. In: *How Democratic is the Constitution?*, Washington, D.C., AEI Press. p. 102–116, 1980.

BICKFORD, Susan. *The Dissonance of Democracy: Listening, Conflict, and Citizenship*. Ithaca: Cornell University Press, p. 224, 2006.

BICKFORD, Susan. Emotional talk and political judgment. In: *The Journal of Politics*, Vol. 73, No. 4, p. 1025-1037, 2011.

BLAU, Adrian. Rationality and deliberative democracy a constructive critique of John Dryzek's theory. In: *Contemporary Political Theory*, 10(1):37, p. 37-57, 2011.

BOHMAN, James. What is Public deliberation? A dialogical Account. In: *Public deliberation: pluralism, complexity, and democracy*. Cambridge: The MIT Press, p. 23-69, 1996. Acessado em: MARQUES, Ângela Cristina S. (Org. etrad.). *A deliberação pública e suas dimensões políticas comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica, p.31-84, 2009.

BOHMAN, James. The coming age of deliberative democracy. In: *The Journal of Political Philosophy*, v. 6, n. 4, p. 400-425, 1998.

BOQUET, Damien; NAGY, Piroska. L'historien et les émotions en politique: entre science et citoyenneté. In: *Politiques des émotions au Moyen Âge*, (eds.) BOQUET, Damien; NAGY, Piroska Florence: Sismel – Edizione del Galuzzo, p. 5-30, 2008.

BORGES, Maria de Lourdes. Razão e emoção em Kant / *Maria de Lourdes Borges*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, p. 184, 2012.

BOROS, Gábor. A secularização dos afetos religiosos nos escritos de Spinoza: esperança e medo, amor e generosidade. In: *Cadernos Espinosanos / Estudos Sobre o século XVII* São Paulo: Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, 2009.

BRADER T. *Campaigning for hearts and minds: how campaign ads use emotion and information to sway the electorate*. PhD thesis, Harvard Univ., Cambridge, MA, 1999.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? In: *Novos Estudos*, CEBRAP, Nº86, p. 51-72. 2010.

CALHOUN, Ceshire. Putting Emotions in Their Place. In: *Passionate Politics*, GOODWIN, J., JASPER, J. M., & POLLETTA, F. (Eds.), University of Chicago Press, Chicago, pp. 45–57, 2001.

CALHOUN, Ceshire.; Robert SOLOMON. What is an Emotion? In: *Classical Readings in Philosophical Psychology*. New York/Oxford: Oxford University Press, p. 3-40, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. Maquiavel Eterno. In: *O Príncipe* / MAQUIAVEL, Nicolau ; [trad.] DIAS, Maurício Santana, São Paulo: Penguin Classics / Companhia das Letras, p. 11-22, 2010.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. [trad.] Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, p. 271, 2013.

CHAMBERS, Simone 1996. *Reasonable Democracy: Jürgen Habermas and the Politics of Discourse*. Ithaca: Cornell University Press, p. 264, 1996.

CHAMBERS, Simone. Deliberative Democratic Theory, In: *Annual Review of Political Science*, 6, 307-26, 2003. Acessado em: MARQUES, Ângela Cristina S.; (Org. etrad.).

A deliberação pública e suas dimensões políticas comunicativas: textos fundamentais. Belo Horizonte: Autêntica, p. 239-261, 2009.

CHAMBERS, Simone. Behind Closed Doors: Publicity, Secrecy, and the Quality of Deliberation. In: *The Journal of Political Philosophy*, 12, 4, p. 389-410, 2004.

CHAMBERS, Simone. Rhetoric and the public sphere: has deliberative democracy abandoned mass democracy? In: *Political Theory*, v. 37, n. 3, p. 323-350, jun. 2009.

CHAPPELL, Zsuzanna. *Deliberation Democracy: A Critical Introduction*. Palgrave Macmillan, p. 200, 2012.

CHARADEAU, Patrick, Uma teoria dos sujeitos da linguagem; em: Análise do discurso: fundamentos e práticas, MARI, H.; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (org.) v.5, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

CHARADEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto. (trad.) de Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz, 2008

COHEN, Joshua. Deliberative Democracy and Democratic Legitimacy (Hamlin, A. and Pettit, P. (eds.), *The Good Polity*. Oxford: Blackwell, p. 17–34, 1989.

COHEN, Joshua. Freedom of expression. In: *Philosophy and Public Affairs*. 22(3), p. 207-263, 1993.

COHEN, Joshua. Deliberation and Democracy Legitimacy. In: *Essays on Reason and Politics*, BOHMAN; REHG, 1997. Acessado em: MARQUES, Ângela Cristina S.; (Org. e trad.). *A deliberação pública e suas dimensões políticas comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica, p.85-108, 2009.

COLLIER, David; MAHON, James E. Concept Stretching Revisited: Adapting categories in comparative analysis. In: *The American Political Science Review*, v. 87, p. 844-855, 1993.

CONOVER, Pamela Johnston; FELDMAN Stanley. Emotional reactions to the economy: I'm mad as hell and I'm not going to take it any more. In: *Am. J. Polit. Sci.* n, 30,p. 30–78, 1986.

COOKE, Maeve. Five Arguments for deliberative democracy. *Political Studies*. Oxford: Blackwell, v. 48, p. 947-969, 2000.

COSTA, Giuliana. Sedar megaeventos esportivos vale à pena? In: *O Social em Questão* - Ano XVI - nº 29, p. 159-178, 2013.

DAHLBERG, L. The habermasian public sphere: taking difference seriously? In: *Theory and Society*, v. 34, n. 2, p. 111-136, 2005.

DAMASIO, Antonio. *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e o Cérebro Humano*, de São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DARWIN, Charles; LORENZ, Konrad. *A expressão das emoções no homem e nos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 341, 2009.

DRYZEK, John. *Discursive democracy : politics, policy, and political science*. New York : Cambridge University Press, p. 254, 1990.

DRYZEK, John *Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestation*. Oxford. New York, 2000.

DRYZEK, John. *Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations*. New York: Oxford University Press, 2001.

DRYZEK, John. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: COELHO, V. S. & NOBRE, M. In: *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 41-62.

DRYZEK, John. Rhetoric in Democracy: A Systemic Appreciation. In: *Political Theory*, v. 38, n. 3, p. 319-339, p. 2010.

ELSTER, John 1998. *Deliberative democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.

ESPÍNDOLA, Arlei de. O Lugar dos Sentimentos na Ética de Jean-Jacques Rousseau. In: *Rev. Filos.*, v. 19, n. 25, p. 345-360, 2007.

EVANS-PRITCHARD, Edward. *Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FARIA, Cláudia Feres. O que há de radical na teoria democrática contemporânea: análise do debate entre ativistas e deliberativos. *Rev. bras. Ci. Soc.* vol.25 no.73 São Paulo, p.101-111, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.

FEYERABEND, Paul. *Adeus à razão*. São Paulo: Editora UNESP, 2010

FIORATI, Jete Jane. Os direitos do homem e a condição humana no pensamento de Hannah Arendt. *Os direitos humanos e o direito internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. GUTMANN & THOMPSON, 2002.

FUNG, Archon. Receitas para Esferas Públicas: Oito Desenhos Institucionais e Suas Consequências. In: COELHO, V; NOBRE, M. *Participação e deliberação— teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, p. 173-209, 2004.

FUNG, Archon. Deliberation Before the Revolution: Toward an Ethics of Deliberative Democracy. In: *An Unjust World. Political Theory*, Vol. 33 No. 2, p. 397-419, 2005.

GOFFMAN, Erving. *A representação do Eu na vida Cotidiana*. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora Record. 1997

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

GOMES, William B. A Psicologia de Platão e de Aristóteles. In: História da Psicologia – UFMG/FAFICH/D Psi, publicado em <<http://www.fafich.ufmg.br/cogvila/dischistoria/Gomes3.pdf> > p. 17-23, *sem data*.

GOODIN, R. "Sequencing deliberative moments". In: *Innovating democracy*. New York: OUP, p.186-203, 2008.

GOODWIN, Jeff. The Libidinal Constitution of a High-Risk Social Movement: Affectual Ties and Solidarity in the Huk Rebellion, 1946 to 1954. In: *American Sociological Review*, V. 62, N. 1, p. 53-69, 1997.

GROSS et al. "Emotion and Aging" Experience, Expression, and Control. In: *Psychology and Aging*, by the American Psychological Association, Inc.1997, Vol. 12, No. 4, p. 590-599, 1997.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. Deliberative democracy beyond process; In: *The Journal of Political Philosophy*, v. 10, n.2, p 153-174. Deliberação e legitimidade democrática. In: MARQUES, Ângela Cristina S. (Org. e trad.). *A deliberação pública e suas dimensões políticas comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica, p.177-206, 2002.

HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action*, Volume 1: Reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1983. 464p.

HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action*, Volume 2: Lifeworld and system – a critique of functionalism reason: Beacon Press, p. 457, 1987.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. "Concluding comments on empirical approaches to deliberative politics". In: *Acta Politica, International Journal of Political Science*, v.40, n. (3), p. 384-392, 2005

HALL, Cheryl. Recognizing the Passion in Deliberation: Toward a More Democratic Theory of Deliberative Democracy. In: *Hypatia*, vol. 22, nº4, p. 81-95, 2007.

HALL, Stuart.. Parte 4: Teoria da Recepção, In: *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, Belo Horizonte: Editora UFMG, p.391-450, 2013.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014

HAUBER, Gabriela. *O Papel das Emoções na Deliberação: O Debate Sobre a Redução da Maioridade Penal no Brasil*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCom UFMG), como requisito para obtenção do título de mestre em Comunicação Social, p. 144, 2015.

HENDRIKS, C. M. 2006. "Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy". *Political Studies*, v.54, n.3, pp.486-508.

HICKERSON , Andrea & GASTIL, John. Assessing the Difference Critique of Deliberation: Gender, Emotion, and the Jury Experience. In: *Communication Theory* 18, p. 281–30, 2008.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Formas e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Martin Claret, p. 489, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras 1995

HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 485, 2013.

HONNETH, Axel. Identidade pessoal e desrespeito: violação, privação de direito e degradação. Em: *Luta por Reconhecimento*, Editora 34: São Paulo, p. 213-224, 2003.

HUME, David. *Tratado Sobre a Natureza Humana*.(trads.) GUTIÉRREZ, Rachel; HURTADO, Carmen Serralta. Rio de Janeiro: Editora Paraula, p. 125, 1994.

JAGGAR, Alisson. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: *Gênero, Corpo, Conhecimento*. [trad.] FREITAS, Brítta Lemos. Rio de Janeiro: Record: Rosados Tempos, p. 157-185, 1997.

JASPER, James M. The emotions of protest: Affective and reactive emotions in and around social movements. *Sociological Forum*, vol.13, 1998.

JUST , Marion R.; CRIGLER, Ann N.; BELT, Todd L. Don't Give Up Hope: Emotions, Candidate Appraisals, and Votes. In: *The Affect Effect: Dynamics of Emotion in Political Thinking and Behavior*. (ed.) NEUMAN et al, Chicago: Chicago Press, p. 231-260, 2007.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, p.119, 2007,

KELLEY S. *Interpreting Elections*. Prince- *Psychol. Rev.* 97:377–95ton, NJ: Princeton Univ. Press, p. 267, 1983.

KEMPER, Theodore David. A structural approach to social movement emotions. In: *Passionate politics: emotions and social movements* (orgs.) GOODWIN, J.; JASPER, J.M.; POLLETTA, F. Chicago: The University of Chicago Press, p. 58-73, 2001.

KERN M. *30-Second Politics: Political Adversiting in the Eighties*. New York: Westport, p. 237, 1989.

KING, Y. Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura. In: *Gênero, Corpo, Conhecimento*, (org.) JAGGAR, A.; BORDO, S., Rio de Janeiro: Record: Rosados Tempos, p. 126-156, 1997.

KING, Gary; KEOHANE, Robert; VERBA, Sidney. *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*. Princeton University Press, 1994.

KONSTAN, David. *Ressentimento - História de uma emoção*. In: *Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. (orgs.): BRESCIANI, S.; NAXARA, M.; Campinas: Editora Unicamp, p. 59-84. 2001

KRAUSE, Sharon. *Civil Passions: Moral Sentiment and Democratic Deliberation*. Princeton University Press, New Jersey, 2008.

LANDES, Joan B. The Performance of Citizenship: Democracy, Gender and Difference in the French Revolution. In: *Democracy and Difference*, (eds.) BENHABIB, Seyla. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, p. 295-313, 1996.

LECOINTRE, Marisa Russo. Emoção e cognição: uma abordagem científica das emoções. Em: *Filosofia e História da Biologia*, v. 2, p. 337-349, 2007

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Natureza e Cultura*. Revista Antropos – Volume 3, Ano 2, p. 17-26.2009.

LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera Pública e Democracia Deliberativa em Habermas: Modelo Teórico e Discursos Críticos. In: *Kriterion: Journal of Philosophy*, 51(121): 227-258, 2010.

LUCAS, Randolph. *Democracia e participação*: Trad. Cairo Paranhos Rocha. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, p. 228, 1985.

LUMMAA et al. "Why Cry? Adaptive Significance of Intensive Crying in Human Infants", In: *Evolution and Human Behavior*, n. 19, p. 193–202, 1998.

LUTZ, Tom. *Hystory of Tears*, W.W. Norton, 1999, p. 352.

LUTZ, Tom. Tom Lutz: entrevista [Junho de 2002]. Entrevistador: VOMERO, Maria Fernanda. (2002) In: *Revista Super Interessante*, ed. 177. Acessado em < <http://super.abril.com.br/comportamento/por-que-choramos> > .

MANIN, Bernard. "On legitimacy and political deliberation". In: *Political Theory*, 15: 338-368, 1987.

MANIN, Bernanrd. “L’idée de démocratie délibérative dans la science politique contemporaine”. *Politix*, v.15, n.57, p.37-55, 2002.

MANSBRIDGE, Jane (ed). *Beyond self-interest*. Chicago and London: University of Chicago Press, 1990.

MANSBRIDGE, Jane MANSBRIDGE, J. Everyday Talk in Deliberative System. In: MACEDO, Stephen (ed.). *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. NY: Oxford University Press, 1999. p. 211-239.

MANSBRIDGE, Jane.; HARTZ-KARP, J.; AMENGUAL, M.; GASTIL, J. Norms of Deliberation: An Inductive Study, *Journal of Public Deliberation*: Vol. 2, 2006.

MANSBRIDGE, Jane. “Deliberative democracy or democratic deliberation?” In: ROSENBERG, S. (org.) *Deliberation, participation and democracy: can the people govern?* Basingstoke/ New York: Palgrave Macmillan, p.251-72, 2007.

MANSBRIDGE, Jane *et al.* “The place of self-interest and the role of power in the deliberative democracy”. In: *Journal of Political Philosophy*, v.18, n.1, pp.64-100, 2009.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Tradução de Maurício Santana Dias ; prefácio de Fernando Henrique Cardoso ; tradução dos apêndices de Luiz A. de Araújo. — São Paulo : Penguin Classics / Companhia das Letras, p.172. 2010.

MARCUS, George E. Emotions in Politics. In: *Annual Review of Political Science*, v. 3, p. 221-250, 2000.

MARQUES & MAIA, 2008 *Apelo emocional e mobilização para a deliberação: o vínculo homoerótico em telenovelas*

MARTINEZ, Aleix; DU, Shichuan. A Model of the Perception of Facial Expressions of Emotion by Humans: Research overview and perspectives. In: *Journal of Machine Learning Research*, n.1, p. 1-48, 2012.

MARTINS, Antônio Manuel. Filosofia e Política em Platão. Em: *HvMANITAS*, vol. XLVII, p. 385-396, 1995.

MAYER, Joviano Gabriel Maia. *O Comum no Horizonte da Metrópole Biopolítica*. Dissertação apresentada como requisito para aprovação no mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, p. 288, 2015.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *John Locke e o individualismo liberal*. In: *Clássicos da Política*, vol. 1, ORG. WEFFORT, F. São Paulo: Ática; p. 79-90, 2000.

MELUCCI, Alberto. *Challenging Codes: Collective Action in the Information Age*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 441, 1996.

MENDONÇA, R. Reconhecimento e deliberação: as lutas das pessoas atingidas pela hanseníase em diferentes âmbitos interacionais. Tese de doutoramento apresentada

ao programa de pós-graduação em comunicação social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, p. 369, 2009.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Democracia Discursiva: Contribuições e Dilemas da Abordagem Deliberativa do Grupo Australiano. In: *BIB*, São Paulo, no 69, p. 59-78, 2010.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento e (qual) deliberação?. In: *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 17, nº 1, p.206-227, 2011.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino & SANTOS, Débora Braúlio. A Cooperação na Deliberação Pública: Um Estudo de Caso sobre o Referendo da Proibição da Comercialização de Armas de Fogo no Brasil. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, p. 507 a 542, 2009.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; VIEIRA, Fernando; OLIVEIRA, Wesley Matheus. Reciprocidade discursiva, enquadramento e deliberação: a consulta pública sobre reforma política da almg. In: *Análise Social*, 211, xlix (2.º), p. 244-271, 2014.

MENESCAL, Ana Alice Miranda Menescal. A Ideia de Justiça e a Formação da Cidade Ideal na República de Platão. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Filosofia da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia, p. 102, 2009.

MERTON, Robert K. *La sociología de la ciencia*. Madri, Alianza Editorial, 2 vols, 1985.

MILL, John Stuart. *Considerações Sobre o Governo Representativo*. Editora da Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

MILLER, David. Deliberative Democracy and Social Choice. In: *Political Studies*, 40 (special issues), p.54-67, 1992.

MOLEWIJK, Bert; KLEINLUGTENBELT, Dick; WIDDERSHOVEN, Guy. The role of emotions in moral case deliberation: theory, practice, and methodology. In: *Bioethics*. v 25, n (7), p.383–393, 2011.

MORÍN, Edgar. *Ciência como consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 350, 2005.

MORRELL, Michael. *Empathy and Democracy: feeling, Thinking and Deliberation*. Pennsylvania: Penn State Press, p. 221, 2010.

MORRELL, Michael E. Deliberation and Voting: The Effects of Winning and Losing and Empathy on Deliberative Reciprocity (2012). In: *APSA Annual Meeting Paper*, p.24, 2012.

MOTTA, Filipe Mendes. Deliberação e Conflito na Serra do Gandarela: pela Superação de uma Dicotomia. In: III Semana de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, 27 a 29 de abril de 2015.

MOUFFE, Chantal. *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*. London – New York: Verso, 1992.

MOUFFE, Chantal. Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism?, In *Reihe Politikwissenschaft/Political Science Series*, n.º 72, Institut für Höhere Studien (IHS), 2000.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, Edições do Senado Federal, v. 7, p. 214, 2003.

NEBLO, Michael A. Impassioned Democracy: The Role of Emotion in Deliberative Theory. In: *Artigo apresentado na Conferência ECPR Joint Sessions of Workshops*, Turin, 2002.

NIELSEN, L. ; KASZNIAK, W. Conceptual, theoretical and methodological issues in inferring subjective emotion experience: recommendations for researchers, In: *The Handbook of Emotion Elicitation and Assessment*, J.A. COAN; J.J.B. ALLEN (Eds.), , Oxford University Press, New York, p. 361–375, 2007.

NOBRE, Marcos. Participação e Deliberação na Teoria Democrática: uma Introdução. In: COELHO, V; NOBRE, M. Participação e deliberação— teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, p. 21-40, 2004.

NUMMENMAA, Lauri; GLERAN, Enrico; HARI, Riitta; HIETANEN, Jari. Bodily maps of emotions. In: *PNAS*, vol. 111 n. 2, p. 646–651, 2013.

NUSSBAUM, Martha. *Upheavals of Thought: the intelligence of emotions*. Cambridge University Press, 2003.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o Público e o Privado. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.(2): p. 305-332, 2008

OLSON, Mancur. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.

OLSON, Mancur. A Theory of Social Movements, Social Classes, and Castes. In S . LINDENBERG; J. S. COLEMAN & S. NOWAK (eds.) *Approaches to Social Theory*, p. 317-337, 1986.

ONEILL, J. The Rhetoric of Deliberation: Some Problems in Kantian Theories of Deliberative Democracy, In: *Res Publica*, 8, p. 249-68. 2002

OPP, K. The Rationality of Political Protest: A Comparative Analysis of Rational Choice Theory. Front Cover ... Westview Press, 1989 - Political Science, p. 297, 1989.

PANTTI, Marvin; ZONEN, Liesbet. Do Crying Citizens Make Good Citizens? In: *Social Semiotics*. 16, 2, 205-224, June 2006 2006

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PLATÃO. *Fedro*. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.

PEIRCE, Charles. A Fixação da Crença. In: *Popular Science*, [trad.] de Anabela Gradim Alves, Universidade da Beira Interior, p. 1-15. 1877

PLUTCHIK, Robert. *Emoção*. São Paulo: Brasiliense, 50p 1978.*

POLLETTA, F. & JASPER, J. (2001) Collective Identity and Social Movements, *Annual Review of Sociology* Vol. 27: pp. 283-305.

PRINZ, Jesse. *Emotions embodied*. Penultimate version of chapter in R. Solomon (ed.) *Thinking about Feeling*,. New York: OUP 2003. Consult published version to quote

POGREBINSCHI, Thamy. *Pragmatismo: teoria social e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 200, 2005.

POSNER, Richard A. *Law, Pragmatism, and Democracy*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2003.

PROCHASSON, Christophe. Emoções e Política: Primeiras Aproximações. *Varia hist.* [online]. 2005, vol.21, n.34, p. 305-324, 2005.

RAWLS, John. *O liberalismo político*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

REDLAWSK , David P.; CIVETTINI, Andrew J. W.; LAU, Richard R. Affective Intelligence and American Democracy. In: *The Affect Effect: Dynamics of Emotion in Political Thinking and Behavior*. (ed.) NEUMAN et al, Chicago: Chicago Press, p. 152-179, 2007.

REDDY, William M. Sentimentalism and Its Erasure: The Role of Emotions in the Era of the French Revolution. In: *The Journal of Modern History*, 72, p.164, 2000.

REIS, Fábio Wanderley. *Mercado e Utopia* [online: publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais - www.bvce.org]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. *Cidadania democrática, corporativismo e política social no Brasil*. p. 359-386, 2009.

ROSENBERG S, BOHAN L, MCCAFFERTY P, HARRIS K. 1986. The image and the vote: effects of candidate presentation on voter preference. In: *Am. J. Polit. Sci.*, n. 30, p. 108–27, 1986.

ROSENBERG, Shaw (org.). *“Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?”* New York: Palgrave Macmillan, p. 312, 2007.

ROSENFELD, Dennis L. *Descartes e as peripécias da razão*. São Paulo: Iluminuras, p. 245, 1996.

- ROSS, Buck. *The Communication of Emotion*. New York: Guildford Press, 1984.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Considerações sobre o governo da Polônia e sua reforma projetada*. [Trad.] FORTES, Luiz Roberto Salinas. São Paulo: Brasiliense. 1982.
- ROY, Polis and Oikos in Classical Athens. *Greece and Rome (second Series)*, v. 46, n. 1, pp 1-18, 1999.
- SANDERS, L. Against Deliberation. *Political Theory*, v. 25, n. 3, p. 347-376, 1997.
- SANTIN, Rhuem. Um estudo da concepção tomasiana de amor na história da educação: as questões 26, 27 e 28 da suma teológica. Apresentado no IX Congresso de educação – EDUCERE. III Encontro Sul brasileiro de pedagogia. 2009
- SANTOS, Boaventura Sousa. "O Estado, o Direito e a Questão Urbana", In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 9, pp. 9-86, 1982.
- SANTOS , B.C.C.; FERREIRA, B. Cidadão, In: *Léxico dos conceitos políticos do Brasil*. (orgs.) FERES, J. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 43-64, 2009.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: EDUSP, p.176, 2012.
- SANYAL, Paromita. The role of emotions in deliberative environment. In: *Deliberation and development: Rethinking the Role of Voice and Collective Action in Unequal Societies*. (org.): HELLER, P.; RAO, V., Washigton D.C: World Bank Group, p. 167-188, 2015.
- SARTORI, Giovanni. Concept Misformation in Comparative Politics. In: *The American Political Science Review*, v. 64, n. 4, p. 1033-1053, 1970.
- SARTRE, Jean-Paul. *Esboço para uma teoria das emoções*. Porto Alegre: L&PM.2005
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SCHNUR, Dan. The Affect Effect in The Very Real World of Political Campaigns. In: *The Affect Effect: Dynamics of Emotion in Political Thinking and Behavior*. (ed.) NEUMAN et al, Chicago: Chicago Press, p. 357-374, 2007.
- SHERMAN, Nancy. *Making a necessity of Virtue: Aristotle and Kant on Virtue*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 387, 1997.
- SILVEIRA, Leonardo. *Segregação Residencial E Diferencial Racial De Renda: Estrutura E Distribuição Geográfica Por Raça Na Região Metropolitana De Belo Horizonte*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais, p. 88, 2014.
- SOKOLON, Marlene. *Political Emotions: Aristotle and Symphony of Reason and Emotion*. Illinois: Northern Illinois University Press, p. 217, 2006.
- SOLOMON, Robert C. *The Passions*. Garden City, N. Y: Doubleday, 1976.

SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004

SPINOZA. *Ética*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2007

STEINER, J. Rationality and stories in deliberative Justification. In: *The Foundations of deliberative democracy. Empirical research and normative implications*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2012.

TARROW, Sidney. *The Language of Contention: Revolution in Words 1688-2012*. New York: Cambridge University Press, p. 249, 2013.

THOMPSON, Simon; HOGGETT, Paul. The emotional dynamics of deliberative democracy. *Policy and Politics*, 29, p. 351–364, 2001.

TRILLING, Lionel. *The moral obligation to be intelligent*. New York: ESG, p.572, 2000.

TRONTO, Joan C. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. [trad.] FREITAS, Brítta Lemos. Rio de Janeiro: Record: Rosados Tempos, p. 186-203, 1997.

UGARTE, Pedro Salazar. Que participação para qual democracia? In: COELHO, V; NOBRE, M. Participação e deliberação— teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, p. 93-106, 2004.

VAN KLEEF, G.A. Emotion in conflict and negotiation: Introducing the emotions as social information (EASI) model. In N. M. Ashkanasy & C. L. Cooper (Eds.), *Research companion to emotion in organizations*, London: Edward Elgar, p. 392-404, 2008

van STOKKOM, Bas. Deliberative group dynamics: Power, status, and affect in interactive policy making. In: *Policy and Politics*, 33, p. 387–409, 2005.

VELÁSQUEZ, Elkin. Declaração do Diretor Regional do ONU-Habitat, Elkin Velásquez, durante sua intervenção no seminário Habitar realizado na última semana de Novembro de 2014, em Belo Horizonte, 2014.

VIEIRA, Mônica Brito; SILVA, Felipe Carreira da. Democracia deliberativa hoje: desafios e perspectivas. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº10. Brasília, p. 151-194, 2013.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. *A História das lágrimas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.314, 1986.

VICENT-BUFFAULT, Anne. Do pudor à aridez: história das lágrimas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.130, 1997.

WEBER, Max. *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída*. 3 ed. Textos selecionados; traduções de Maurício Tragtenberg. São Paulo: Abril Cultural

WERLE, Denílson Luís. Democracia Deliberativa e os Limites da Razão Pública. In: COELHO, V; NOBRE, M. *Participação e deliberação— teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, p. 131-156, 2004.

WOLSTONECRAFT , Mary. *A Vindication of the Rights of Woman*, London: J. Johnson, 1792.

YOUNG, Iris. Throwing like a girl: A phenomenology of feminine body comportment motility and spatiality; In: *Journal: Human Studies*, v.3, Issue 1, p. 137-156, 1980.

YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla (org). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

YOUNG, Iris Marion. *Intersecting voices: Dilemmas of gender, political philosophy, and policy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.

YOUNG, Iris. Inclusive Political Communication: Greeting, Rhetoric and Storytelling in Context of Political Argument. In: Paper presented at the Annual Meeting of the American Political Science Association, Boston, 1998.

YOUNG, Iris, *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

YOUNG, Iris Marion. 2001. [1996]. *Comunicação e o outro – além da democracia deliberativa*. In: SOUZA, Jessé (org.) *Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, Editora UNB.

Anexos

Anexo 1. Assembléias Analisadas em vídeo.

NÚMERO	DESCRIÇÃO VÍDEO (Extraída do próprio YouTube)	LOCAL	DATA	VOLUME DE VÍDEOS DISPONÍVEL (em minutos)
1	Reunião do prefeito de BH, Márcio Lacerda, com Comissão das Ocupações Urbanas.	Prefeitura BH	30/07/2013	135
2	Dia 17/10/2013, aconteceu na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, MG, uma Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Direito do Consumidor para tratar dos direitos e reivindicações do povo das ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória	CMBH	17/10/2013	123
3	Dia 27/03/2014, aconteceu na Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, MG, uma Audiência Pública na Comissão dos Direitos Humanos sobre a luta das Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, da região do Isidoro, Belo Horizonte, MG, por acesso a saúde e a educação.	CMBH	27/03/2014	60
5	Foram 2,20 horas de reunião junto ao prefeito de Santa Luzia, enquanto cerca de 600 pessoas das Ocupações permaneciam se manifestando na porta da prefeitura de Santa Luzia.	Prefeitura Santa Luzia	1/4/2014	7
6	Assembléia Geral Ocupação Vitória	Ocupação Vitória	6/7/2014	22
7	TJMG fará Mediação e Conciliação em 2ª Instância sobre Ocupações de BH e RMBH, 31/07/2014	TJMG	31/07/2014	
8	Cel. Machado anuncia despejos.	-	7/8/2014	8
9	Dia 10/08/2014, durante visita do Dep. Federal Nilmário Miranda, do PT, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, do Dr. Wiliam Santos, presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MG e do Dr. Élcio Pacheco, advogado também da Comissão dos Direitos Humanos da OAB/MG, Nilmário Miranda, em nome da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal,	Ocupação Vitória	10/8/2014	84
10	Dia 13/08/2014, em Audiência Pública na Comissão dos Direitos Humanos, na Assembleia Legislativa, sobre o gravíssimo conflito social que envolve diretamente 8 mil famílias na iminência	ALMG	13/08/2014	90

	de serem despejadas, segundo decisões judiciais injustas, inconstitucionais, várias pessoas, na Fila do Povo, questionam com veemência os anunciados despejos das Ocupações do Isidoro.			
11	Dia 15/08/2014, uma Comitativa de 15 professores da PUC/MINAS visitaram as Ocupações a Rosa Leão, Esperança e Vitória, na Região do Isidoro, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG.	Ocupações	15/08/2014	59
12	Dia 22/08/2014, o MST do Sul de Minas Gerais entregou nas Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória, na região do Isidoro, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG, 1 caminhão de alimentos dos acampamentos do Sul de MG. É solidariedade da classe trabalhadora.	Ocupações	22/08/2014	47
13	Dia 17/11/2014, em Audiência Pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de MG sobre as Ocupações urbanas de Belo Horizonte e região metropolitana de BH, Dr. Epaminondas, procurador de Justiça do Ministério Público de MG na área do Tribunal Militar, alerta aos comandantes da polícia para a necessidade de se respeitar todas as leis e regras no cumprimento de liminares de reintegração de posse.	ALMG	17/11/2014	118
14	Dia 27/11/2014, aconteceu Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Vespasiano, MG, sobre o Despejo da Ocupação Santa Maria, cerca de 130 famílias foram sumariamente jogadas nas ruas, sem nenhuma alternativa digna. 80 casas de alvenaria foram demolidas.	Câmara Vespasiano	27/11/2014	135
15	Dia 28/11/2014, aconteceu um Debate Pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no Plenário da ALMG, em Belo Horizonte, sob a presidência do deputado André Quintão (PT), presidente da Comissão de Participação Popular.	ALMG	28/11/2014	43
16	Dia 26/02/2015, na Cidade Administrativa, em Belo Horizonte, MG, na Mesa de Negociação com as ocupações, a coordenação de Sete Ocupações de Timóteo, MG, colocou no colo do Governo de MG o destino de 1.500 famílias das Ocupações de Timóteo.	COHAB - MG	26/02/2015	27
17	Dia 12/03/2015, na Cidade Administrativa, em Reunião da Mesa	COHAB - MG	12/3/2015	14

	de Negociação com as Ocupações Urbanas, militantes do MLB denunciaram ação violenta da mineradora Anglo Gold expulsando famílias de suas casas. O povo, em ocupações, exige moradia própria, digna e adequada.			
18	Tributo a Manoel Bahia, mártir da luta por moradia digna e adequada. 01/04/2015	Ocupações	1/4/2015	13
19	Publicado em 4 de mai de 2015 Dia 28/04/2015, na Cidade Administrativa, sede do Governo de Minas Gerais, em Belo Horizonte, MG, houve mais uma reunião da Mesa de Negociação com as Ocupações. Reunião tensa que encaminhou seis problemas sociais, entre os quais: Acampamento Novo Paraíso, do MST, em Jequitaiá, MG,	COHAB - MG	28/04/2015	38
20	Em Audiência Pública na ALMG dia 06/05/2015, sobre Ocupações de Belo Horizonte e RMBH, Charlene, da Ocupação Rosa Leão, exige moradia digna e adequada para o povo das Ocupações da Izidora e deixa claro que o povo não aceitará despejo e nem migalhas.	ALMG	6/5/2015	122
21	Dia 03/07/2015, em visita às Ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória - Ocupações da Izidora - , em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG, a deputada Marília Campos, do PT/MG, e os deputados Cristiano e Jean se comprometem em apoiar as reivindicações do povo das ocupações.	Ocupações	3/7/2015	54
22	Nós, coordenações das Ocupações da Izidora, representantes das Brigadas Populares, do MLB, da CPT e da Rede de Apoio, fizemos reunião dia 13/08/2015, das 11:00h às 15:00h, na Cidade Administrativa com Cláudius, da COHAB; com Dr. Rômulo, da Casa Civil; e com Neila Batista, da Secretaria de Governo do Governador Pimentel.	COHAB - MG	13/08/2015	19
23	Dia 25/08/2015, audiência Pública na Câmara dos Vereadores de Belo Horizonte, MG, para denunciar a repressão e a truculência da PM de MG a mais de 2.000 pessoas das Ocupações da Izidora que marchavam na Linha Verde (MG 010), rumo à Cidade Administrativa, em BH, na manhã do dia 19/06/2015.	CMBH	25/08/2015	95

			TEMPO TOTAL (MINUTOS)	1313
			(HORAS)	21.88

Anexo 2. Visitas às ocupações

NÚMERO DA VISITA	DATA	DESCRIÇÃO
1	26/09/2015	Visita para acompanhamento das assembleias internas.
2	10/10/2015	Visita para acompanhamento das assembleias internas.
3	17/10/2015	Visita para acompanhamento das assembleias internas.
4	24/10/2015	Visita para acompanhamento das assembleias internas.
5	31/10/2015	Visita para acompanhamento das assembleias internas.
6	18/12/2015	Visita para sondagem do cotidiano das comunidades após assassinato de liderança.
7	19/12/2015	Visita para acompanhamento das assembleias internas.
8	21/12/2015	Visita para realização de roda de conversa informal e averiguação de contexto.



Capa: Wesley Matheus
Foto: Alessandra Giovanna